UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

DENISE DOS SANTOS RODRIGUES

**Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo
Negra**

São Paulo

2021

DENISE DOS SANTOS RODRIGUES

Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 23 de fevereiro de 2021. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Desenvolvimento do Turismo

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Rodrigues, Denise dos Santos

Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra / Denise dos Santos Rodrigues ; orientador, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – 2021.

144 f : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão corrigida

1. Turismo - São Paulo (SP). 2. São Paulo (Cidade) - História. 3. Relações étnicas e raciais - São Paulo (SP). 4. Negros - São Paulo (SP). 5. Racismo. 6. Espaço urbano - São Paulo (SP). I. Trigo, Luiz Gonzaga Godoi, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 910.981611

Nome: RODRIGUES, Denise dos Santos

Título: Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestra em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Turismo.

Área de concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Aprovado em: 23/02/2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes

Profa. Dra. Luana Melo e Silva

Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia

Profa. Dra. Valéria Barbosa de Magalhães

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Para dona Dalva, porque é sempre por e para ela.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu quero agradecer a todas e todos que vieram antes de mim, aos meus ancestrais, que guiaram meus passos para que eu pudesse chegar até aqui. À minha família, sobretudo vó Maria Lucia, à minha mãe Dalva e à minha irmã Deise. Mulheres incríveis, guerreiras, que são minha fortaleza e que me inspiram a seguir em frente e enfrentar essa trajetória; meu objetivo de vida é que vocês tenham muito orgulho de mim.

A Alfredo Magnani Sakataukas, companheiro que com muito carinho, paciência, compreensão e surpresas conseguiu trazer leveza a momentos tão cansativos. A Simone Adami, amiga, conselheira, professora, inspiração de vida e exemplo de integridade. Às minhas “parças” Thalita Branco e Jacqueline Silva, companheiras de jornadas literárias, cinematográficas, jogos e cultura *nerd*, que me resgatavam para outra realidade nos momentos mais difíceis. Agradeço pelo suporte, incentivo e empatia quando eu recusava convites para sair porque precisava cumprir alguma atividade da pesquisa ou da pós.

Nessa jornada acadêmica, eu não posso deixar de agradecer a cada professora e professor que passou por mim e deixou suas marcas, ajudando a formar aquilo que sou hoje. Levo cada um de vocês comigo, do berçário ao mestrado; foram vocês que me mostraram um caminho possível no mundo dos livros e dos estudos, e me ensinaram que o conhecimento é tudo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, que proporcionou aprendizados inenarráveis ao longo de quase três anos. Ao meu orientador, Prof. Luiz Trigo, meu “prô”, que com muito carinho, atenção, bate-papos acadêmicos, filosóficos e até sobre o universo *geek*, me acolheu como orientanda, acreditou na minha pesquisa, mostrou o caminho inicial e me incentivava a continuar trilhando e desbravando caminhos. Prô, seu apoio foi e é muito importante. Aos Profs. Edmur Stoppa, Ricardo Uvinha e Alexandre Panosso Netto, por mostrarem que a Universidade, o Lazer e o Turismo estão juntos para a construção de uma sociedade melhor, e que isso é possível! Ao Fabiano, secretário do PPGTUR, e à equipe da biblioteca da EACH, Sandra Tokarevicz e Sidinei Damasceno, por todo suporte acadêmico.

Um agradecimento especial aos meus amigos do PPGTUR, que me acolheram tão bem desde o início, que me escutaram tagarelar, surtar, rir e me divertir em diversas aulas, cafês, congressos e pelas horas de mensagens nas redes sociais e, não posso deixar de mencionar, por acreditar e confiar em mim como Representante Discente do nosso programa durante quase dois anos. Aqui deixo estrelinhas especiais para pessoas que me inspiram, me apoiam e me

encantam e me ajudaram a trilhar essa jornada: Fillipe Romano, Gabriela Camargo (minha parceira RD), Bethânia Mendes, Bel Santos Mayer, Natália Pais, Fausi Kalaoum, Karine Facini, Mariana Tomazin e Rômulo Duarte.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que apoiou essa pesquisa e possibilitou que fosse executada com dedicação exclusiva.

Eu sou, porque nós somos.

Obrigada!

*Olhando pra trás
Dores e espinhos sem flores, desde os ancestrais
Horrores de senhores que atrasaram nossa história
O legado é mais, jamais mancharão nossa memória
São questões emocionais atando os nós em nós*

(BARBOSA, 2020)

RESUMO

RODRIGUES, Denise dos Santos. **Cidade em Preto e Branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra**. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2021. Versão corrigida.

As histórias reproduzidas nas cidades são produtos de narrativas oficiais perpetuadas para rememorar e exaltar heróis, representantes e datas. Esses destaques não são elaborados ao acaso, eles são reflexos de grupos hegemônicos que definem e reforçam aquilo que se quer preservar. O Turismo, como atividade que interage com essas construções narrativas, pode reproduzir esses discursos. A presente pesquisa tem por objetivo analisar como a construção das narrativas oficiais difundidas na história de São Paulo interage com a presença, história e memória negras na região central da cidade e suas relações com o turismo paulistano. O recorte espacial da pesquisa são os distritos da Sé, República, Liberdade e Bela Vista, locais que remontam às origens e expansão de São Paulo, ainda hoje são considerados pontos turísticos importantes e são territórios fortemente marcados pela história negra na capital paulista. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se do método de pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, por meio das abordagens bibliográfica e documental, técnicas de análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas. Para identificar como os órgãos oficiais reproduzem as marcas que se referem à presença negra em diferentes momentos, analisaram-se oito mapas cartográficos do século XIX e, além desses, o Mapa Geral de São Paulo, o Guia da Cidade e o Roteiro Temático Afro. As entrevistas foram realizadas com dois grupos, três ativistas dos movimentos negros e culturais, e quatro organizadores de roteiros que trazem como protagonista essa presença negra paulistana. Os resultados da pesquisa indicam que as memórias, histórias e as personalidades negras em São Paulo sofreram com um processo de apagamento gradual, contínuo e intensivo resultado de uma política racista de branqueamento da cidade, que também recaiu sobre as práticas turísticas. Mesmo ao trazer a perspectiva da pluralidade cultural, a presença negra pouco aparece nos guias e mapas elaborados por órgãos oficiais de Turismo. Apesar de existir um roteiro específico de temática afro, o documento encontra-se desatualizado, incompleto e carece de informações que versem sobre a negritude na formação da sociedade paulistana e brasileira e a ela remontem. Contudo, ao mesmo tempo em que o Turismo reforça uma narrativa de apagamentos por meio de políticas oficiais que destacam a presença imigrante e bandeirante, tal narrativa é confrontada por meio de iniciativas de afroturismo que resistem, recontam e reivindicam a São Paulo Negra. O Turismo afrocentrado busca contestar as narrativas

difundidas e reivindicar a presença negra na construção e desenvolvimento da maior cidade do país. Dessa forma, entende-se que o Turismo paulistano acaba por reforçar o racismo estrutural existente e necessita reavaliar os processos para endossar a prática antirracista. Enquanto isso, a sociedade civil busca formas de resgatar, valorizar e reivindicar as narrativas negras por meio da atividade turística, ao mostrar que é possível repensar a área como instrumento de conhecimento e informação.

Palavras-chave: Turismo. Racismo Estrutural. Relações Raciais. Territórios Negros em São Paulo. São Paulo.

ABSTRACT

RODRIGUES, Denise dos Santos. **City in black and white: tourism, memory, and the reclaimed narratives in the Black São Paulo.** 2021. 144 f. Dissertation (Master in Sciences) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2021. Corrected version.

The histories reproduced in the cities are products from official narratives perpetuated to commemorate and exalt heroes, representatives, and dates. These spotlights are not elaborated at random; they are reflexes of hegemonic groups that define and reinforce what they want to preserve. Tourism as an activity that interacts with those narrative constructions may reproduce such speeches. The current research has as objective to analyze how the constructions of official narratives disseminated in the history of São Paulo interact with the black presence, history, and memories in the central city area and their relationship with São Paulo's Tourism. The spatial clipping of this research are the districts of Sé, República, Liberdade and, Bela Vista, places that reassemble the origins and expansion of São Paulo, even today are considered remarkable touristic attractions and territories strongly marked by the black history in the city. To achieve the proposed objectives, it was utilized a qualitative and exploratory research method; through a documental and bibliographical approach; the techniques were content analysis and semi-structured interview. To identify how the official agencies reproduce the marks that refer to the black presence in different times were analyzed eight cartographic maps of the 19th century and, in addition to these, the General Map of São Paulo, the City Guide, and the Afro Guide. The interviews were conducted with two different groups: three black and cultural movement activists; and four guide organizers who bring as protagonists this black presence in São Paulo's city. The results of this research indicate that the memories, histories, and black personalities in São Paulo suffered from an intensive and continuous gradual erasure process, the result of a racist and whitening policy of the city that also was absorbed by the touristic practices. Even when bringing the perspective of cultural plurality, black presence hardly appears in the guides and maps elaborated by official tourism agencies. Despite existing a specific Afro Guide, the document is outdated, incomplete, and lacks information on the blackness in the formation of both São Paulo and Brazilian societies and goes back to it. However, at the same time Tourism reinforces a narrative of erasures through official policies that highlight the immigrant and Bandeirantes presence, such narrative is confronted through afro tourism that resists, retell, and reclaim the Black São Paulo. The afro-centered tourism tries to contest the widespread narratives and reclaim the black presence in the development and

construction in the biggest city of the country. Thus, it is understood that São Paulo's Tourism ends up reinforcing the existent structural racism and needs to reevaluate the processes to endorse the anti-racist practices. Meanwhile, civil society seeks ways to rescue, valorize and reclaim the black narratives through Tourism, by showing that it is possible to rethink the area as an instrument of knowledge and information.

Keywords: Tourism. Structural Racism. Race Relations. Black Territories in São Paulo. São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carta da capital de São Paulo (1842).....	58
Figura 2 - Detalhe da força indicada na carta da capital de São Paulo (1842).....	59
Figura 3 – Adaptado da carta da capital de São Paulo (1842).....	60
Figura 4 - Mapa dos distritos Sé e República.....	62
Figura 5 - Igreja N. S. do Rosário dos Homens Pretos.....	63
Figura 6 - Vista do Largo do Rosário no início séc. XX.....	65
Figura 7 - Estátua de Zumbi dos Palmares – Praça Antônio Prado.....	66
Figura 8 - Monumento à Mãe Preta e Igreja do Rosário dos Homens Pretos	68
Figura 9 - Homenagem do Google Brasil ao Tebas	69
Figura 10 – Frontispício da Igreja da Ordem Terceira do Carmo	70
Figura 11 – Igreja da Misericórdia e o “Chafariz do Tebas”.....	71
Figura 12 – Réplica do “Chafariz do Tebas”.....	71
Figura 13 - Estátua a Joaquim Pinto de Oliveiras, o Tebas.....	72
Figura 14 - Largo da Memória e Obelisco do Piques.....	73
Figura 15 - Detalhe do painel de José Wasth Rodrigues.....	74
Figura 16 - Obelisco do Piques.....	74
Figura 17 - Retrato de Luiz Gama.....	75
Figura 18 - Monumento a Luiz Gama	76
Figura 19 – Mapa do distrito Liberdade	77
Figura 20 - Placa da localização do extinto Pelourinho	79
Figura 21 - Morro da força	80
Figura 22 - Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados.....	81
Figura 23 - Capela dos Aflitos 1939.....	82
Figura 24 - Capela dos Aflitos 2020.....	83
Figura 25 - Detalhe do mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios (1847)	84
Figura 26 - Vista área da Capela dos Aflitos.....	84
Figura 27 - Ossadas descobertas no bairro da Liberdade	86
Figura 28 - Contas de vidro descobertas durante escavação na antiga necrópole.....	86
Figura 29 – Mapa do distrito Bela Vista.....	89
Figura 30 – Divulgação da Festa de São Benedito 2019.....	92
Figura 31 - Divulgação da Festa da Mãe Negra 2019	93
Figura 32 - Capa do mapa geral de São Paulo.....	100

Figura 33 - Guia da cidade de São Paulo.....	103
Figura 34 - Capa do Roteiro Afro.....	106
Figura 35 - Lugares que remetem à presença negra em São Paulo	119
Figura 36 - Palavras que remetem à presença negra em São Paulo	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrada de imigrantes no estado de São Paulo entre 1827 e 1929	44
Tabela 2 - Variação percentual da população da cidade de São Paulo (1872 -1920).....	45
Tabela 3 - Participação da população da cidade de São Paulo sobre o total do Estado	45
Tabela 4 - População da cidade de São Paulo segundo a "composição racial"	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis, estatutos e códigos que influenciaram as relações raciais no Brasil e em São Paulo	41
Quadro 2 - Estereótipos impregnados na elite paulistana: negro vs imigrante europeu.....	43
Quadro 3 - Roteiros sobre a São Paulo Negra	110
Quadro 4 - Lugares citados pelos entrevistados	119
Quadro 5 - Palavras citadas pelos entrevistados.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	Arquivo Histórico Municipal
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
APL	Academia Paulista de Letras
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BM&FBOVESPA S.A.	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CG&S	Casa Grande & Senzala
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONE	Coordenadoria dos Assuntos da População Negra
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CUFA	Central Única das Favelas
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico Municipal de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS	Instituto Moreira Salles
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, <i>Queers</i> e outras identidades
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MNU	Movimento Negro Unificado
MTUR	Ministério do Turismo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PM	Polícia Militar
SASP	Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMTUR	Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo
SPTURIS	São Paulo Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3	PERSPECTIVA SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS	27
3.1	Relações raciais.....	28
3.2	Racismo estrutural.....	30
3.3	Racismo científico.....	32
4	BRANQUEAMENTO, IMIGRANTISMO E RESISTÊNCIA NEGRA.....	40
4.1	Branqueamento, leis e imigrantismo.....	40
4.2	A onda negra resiste: desdobramentos em São Paulo	49
4.3	Narrativas reivindicadas: a memória da cidade.....	52
5	TERRITÓRIOS NEGROS EM SÃO PAULO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE	56
5.1	Distritos Sé e República: o centro histórico	62
5.2	Distrito Liberdade	77
5.3	Distrito Bela Vista: Bixiga	89
5.4	Turismo, apagamento e afroturismo.....	95
5.4.1	<i>Roteiros turísticos e a reprodução do apagamento</i>	<i>98</i>
5.4.2	<i>Afroturismo e resistência: análise das entrevistas.....</i>	<i>109</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
6.1	Limitações da pesquisa.....	133
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	143
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS ATIVISTAS E ORGANIZADORES DOS ROTEIROS SOBRE A SÃO PAULO NEGRA.....	144

1 INTRODUÇÃO

Em alguns países da África Ocidental, os griôs são grandes sábios. São eles os responsáveis por manter viva a memória de seu povo: contar histórias, lembrar tradições, exaltar heróis e resgatar toda a ancestralidade de um povo. No Brasil, ganharam outros nomes: benzedeiros, pretos velhos, senhoras e senhores negros com o mesmo objetivo. Contudo, no decorrer da história brasileira, essas pessoas foram silenciadas devido aos processos de exclusão e práticas racistas que criaram diversas barreiras econômicas, sociais e culturais para que esses conhecimentos não fossem repassados, valorizados, preservados e mantidos. O que acontece quando esses senhores da memória são silenciados? Recorremos a outras memórias, às memórias dos lugares, dos documentos que contam um outro lado da história.

A diáspora africana forçada trouxe 4,8 milhões de pessoas para o Brasil. Apesar da incontestável participação negra na formação da sociedade brasileira, esses indivíduos foram apartados dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais devido às formas como o racismo se apresentou em nosso Estado (ALMEIDA, 2019; AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; GONZALEZ; HASENBALG, 1982; MOURA, 2014).

Ao pensarmos nas marcas negras presentes nas cidades brasileiras e no reconhecimento que se dá às contribuições africanas e afro-brasileiras nos processos de formação dessas cidades, nota-se que o advento da escravização é a temática recorrente, contudo, pouco se destacam os territórios e sujeitos negros que contribuíram para essas construções. A reprodução desse discurso traz uma ideia equivocada que relegou a população negra à condição de escravizada e não a intersecciona com o desenvolvimento do país.

As relações raciais e o racismo são pautas antigas dos movimentos negros que reivindicam a urgência de ampliar as discussões que enfatizam os sujeitos negros como protagonistas da história nacional. Em 2020, as pautas negras ganharam destaque e o movimento Vidas Negras Importam eclodiu nos Estados Unidos e repercutiu ao redor do mundo após as manifestações motivadas pela morte do afro-americano George Floyd por um agente de polícia; essas manifestações foram ouvidas no Brasil e motivaram ondas de protestos semelhantes. Além de ampla visibilidade pela mídia, essas ações repercutiram nas redes sociais e aproximaram a população ao tema, os movimentos e ativistas negros enfatizaram a pauta racial nas redes sociais, as discussões sobre heróis retratados nos monumentos das cidades e os processos que ocultaram a presença negra na patrimonialização da cidade também ganharam força.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), São Paulo é a maior cidade negra do Brasil. Contudo, o que de fato é reconhecido e divulgado sobre isso nas ruas da cidade? O que é evidenciado nas narrativas oficiais e de amplo conhecimento dos paulistanos? Como o Turismo aborda a presença negra paulistana na formação de uma das principais capitais do Brasil? De que forma o Turismo reproduz as diferentes narrativas de São Paulo?

Os griôs e os lugares contam muito, embora por vezes de maneiras diferentes. Ambos remetem às narrativas, seja por uma perspectiva reforçada continuamente ou uma outra, invisibilizada nesse processo. Adichie (2019) nos apresenta os “perigos de uma história única” de se reproduzir estereótipos, minimizar narrativas, e como devemos mudar a perspectiva para que se vejam quais histórias foram ocultadas nesses processos. Apesar de todo esforço para invisibilizar a história do povo negro, há locais que resistem aos processos e deixam marcas que nenhum racismo vai apagar. Há várias formas de reconstruí-la e recontá-la, o Turismo é uma delas.

O Turismo, como área interdisciplinar das ciências sociais aplicadas, também deve subsidiar discussões acerca das temáticas que abrangem o setor ou sobre ele recaem, pois os processos que envolvem a atividade estão intrinsicamente relacionados às demandas sociais, históricas, culturais e econômicas. A atividade turística pode direcionar olhares e evidenciar narrativas ou, como disse Chimamanda, reforçar uma “história única”, que versa parcialmente sobre os fatos. Cabe aos pesquisadores pensarem criticamente sobre o papel da área nas lutas das minorias sociais e identificarem como se pode endossar as reivindicações para torná-lo mais plural, diverso e justo.

A São Paulo que veremos nas próximas páginas é uma cidade de resistência, de territórios em disputas, que mesmo invisibilizada e negligenciada pelas políticas oficiais, pelos políticos e intelectuais, soterrada pelo próprio processo de “modernização”, resiste e existe na memória do povo negro, mesmo quando não há mais tantos lugares físicos para fotografar.

Para compreender essas dinâmicas de forma mais ampla, essa pesquisa buscou entender como a história e a memória da população negra são retratadas em São Paulo, e como ocorrem as reproduções dessas narrativas no turismo da cidade, correlacionando a temática racial e a atividade turística para responder às perguntas: como as construções narrativas difundidas oficialmente na história de São Paulo interagem com a presença e memória negras na região central da cidade e como essa percepção recai sobre o turismo paulistano?

O objetivo geral desse estudo foi analisar como a construção das narrativas oficiais difundidas na história de São Paulo interagem com a presença, história e memória negras na região central da cidade e suas relações no turismo paulistano.

A pesquisa foi dividida em seis capítulos e seus subcapítulos, além desta introdução. O capítulo dois apresenta a pergunta da pesquisa, o objetivo geral e os específicos, além dos procedimentos metodológicos utilizados para alcançá-los. Foram utilizados métodos de pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, com abordagens bibliográfica, documental, aportada nas técnicas de análise de conteúdo e entrevista semiestruturada.

O capítulo três aborda as perspectivas das relações raciais no Brasil e como o racismo estrutural e o científico foram consolidados no país no pós-abolição e influenciaram a sociedade por meio de justificativas infundadas para identificar a população negra, outrora escravizada, como inferior. Aqui percorreremos os pensamentos e estudos dos autores Raymundo Nina Rodrigues (2010, 2011); Gilberto Freyre (1999); Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008), e Silvio Almeida (2019).

O quarto capítulo aborda como o racismo estrutural foi determinante nas políticas públicas de branqueamento transvestidas de políticas imigrantistas, como as leis que reforçavam apagamentos e criminalização da negritude paulistana. Ao mesmo tempo, iniciam-se as discussões sobre as resistências e as reivindicações da memória negra de São Paulo.

O quinto capítulo traz os territórios onde a presença negra paulistana era vivida e discute como as formas de apagamento foram reforçadas no decorrer dos séculos XIX e XX e ainda recaem sobre as representações da cidade no século XXI. Abordam-se as cartografias da época e quatro distritos centrais: a Sé, a República, a Liberdade e a Bela Vista, comparando-os em suas funções nas narrativas da cidade entre o passado e presente.

Continuando as análises, agora integrando a discussão ao Turismo, foram selecionados três documentos oficiais da Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR) e da São Paulo Turismo (SPTuris): o Roteiro Temático Afro (SÃO PAULO TURISMO, 2012), o Guia da Cidade (SÃO PAULO TURISMO, 2018) e o Mapa Geral de São Paulo (SÃO PAULO, 2020) para compreender como e se as histórias negras são contadas e apresentadas no circuito turístico. Posteriormente são apresentadas as análises das entrevistas realizadas com sete ativistas e organizadores de roteiros com a temática negra, a fim de mostrar como esses sujeitos compreendem a São Paulo Negra e suas percepções no Turismo paulistano. As entrevistas foram analisadas em seis eixos temáticos, a saber: São Paulo, turismo e representatividade; apagamento e racismo; políticas públicas; turismo e educação; lugares que remetem à cultura e história negras em São Paulo e palavras que a representam.

Por fim, chega-se às considerações finais, que resgatam os objetivos elencados, apresentam-se as limitações da pesquisa e indicações para pesquisas futuras acerca da temática das relações raciais envolvendo a questão negra e o Turismo.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por meio de bolsa demanda social com duração de vinte e quatro meses.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como parte das ciências sociais aplicadas, os estudos turísticos dialogam constantemente com perspectivas interdisciplinares e permitem uma análise ampla sobre determinados objetos e sujeitos de estudos (DENKER, 2007). Para o presente trabalho, investigaram-se o turismo e as relações raciais por meio da **pesquisa** de caráter **qualitativo e exploratório, com abordagens bibliográfica, documental**, aportada nas técnicas de **análise de conteúdo** (BARDIN, 1977) e **entrevista semiestruturada**. Esses procedimentos metodológicos foram adotados para que se pudesse responder às perguntas “Como as construções narrativas difundidas oficialmente na história de São Paulo interagem com a presença e memória negras na região central da cidade, e como essa percepção recai sobre o turismo paulistano?”.

O recorte espacial da pesquisa foi a região central da cidade de São Paulo, em função da sua importância histórica/espacial no nascimento e expansão da cidade. Foram selecionados os distritos da Sé, República, Liberdade e Bela Vista, pois acompanharam o desenvolvimento e modernização de São Paulo, tornando-se importantes marcos históricos no território e na memória paulistana, onde a participação da população negra se fazia presente.

Esses espaços são utilizados em roteiros turísticos, sejam roteiros oficiais, como o Roteiro Temático Afro da SPTuris (2012), ou extraoficiais, como os elaborados pela empresa Black Bird Viagens: a Caminhada São Paulo Negra; pelo Coletivo Cartografia Negra: a Volta Negra; pela turismóloga e guia de turismo Isabella Santos: o projeto Sampa Negra; pelo Coletivo Crônicas Urbanas: os Itinerários da Experiência Negra e pelo Instituto Bixiga: Rolê SP – Territórios Negros. Suas reminiscências trazem um contraponto às narrativas oficiais constantemente reproduzidas na história da cidade que reforçam a presença imigrante e a contribuição dos bandeirantes para o seu desenvolvimento. Deste modo, as memórias reivindicadas e as manifestações culturais referentes à população negra, com seus reflexos no turismo, são os atores deste estudo.

Os objetivos específicos contemplaram: 1. investigar as relações entre racismo, política de branqueamento e suas reproduções nas narrativas oficiais. 2. analisar como a Secretaria Municipal de Turismo aborda em seus roteiros a memória e as manifestações negras. 3. investigar como a São Paulo Negra é compreendida pelos agentes que reivindicam as memórias e as manifestações negras na cidade. 4. investigar se os turistas e visitantes desses espaços reconhecem as contribuições negras na região central do município.

No que se refere à **pesquisa bibliográfica**, este estudo realizou um levantamento de livros e artigos por meio das palavras-chave: branqueamento, cultura negra, história, história dos bairros, imigrantismo, memória, patrimônio, racismo, relações raciais e turismo, combinando dois ou mais termos para as pesquisas. Consultaram-se as bases de dados Periódicos CAPES e Scielo. A triagem inicial deu-se por análise dos títulos, palavras-chave e resumo. Os livros, artigos, teses e dissertações selecionados foram lidos na íntegra e utilizados no decorrer da pesquisa. As discussões teóricas foram embasadas sobretudo nos trabalhos sobre memória de Michael Pollak (1989, 1992); São Paulo, racismo, branqueamento e história, de Petrônio Domingues (2004); São Paulo, imigrantismo e pobreza, de Carlos José Ferreira dos Santos (2008); História, lugar de memória e identidade, de Pierre Nora (2012), e Racismo e racismo estrutural de Silvio de Almeida (2019).

A **pesquisa histórico-documental** foi utilizada para embasar o estudo, pois acredita-se que essa construção é dada dentro de um contexto e um espaço/tempo devidamente delimitados. A partir disso, considera-se que a história pode ajudar a explicar a realidade que vivemos (BORGES, 1983). Como afirma Tim May (2004, p. 207), “a natureza das relações sociais, políticas e econômicas passadas está lá para que vejamos através de atos de pesquisa histórica que nos permitem refletir sobre questões contemporâneas”. Se as cidades e as sociedades são produtos de seus tempos e devem ser analisadas dentro dessa contextualização, o Turismo, como prática que interage com esses meios, também deve ser analisado como tal.

Para isso, se utilizou da técnica de **pesquisa documental**. As fontes de pesquisa documental são importantes aliadas dos estudos turísticos; as informações extraídas desses documentos permitem levantamentos históricos sólidos sobre determinado assunto, contanto faz-se necessário que o pesquisador busque fontes autênticas e confiáveis para que as análises e as interpretações sejam feitas de maneiras adequadas (DENKER, 2007; MAY, 2004).

Conforme ressalta Oliveira (2007, p. 69), são vastas as possibilidades na utilização de documentos como fontes: “a [pesquisa] documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

Desta forma, as fontes de pesquisa documental, como roteiros e itinerários turísticos, mapas e cartografias oficiais, sites oficiais de turismo, livros, relatos, decretos, leis, reportagens de jornais/revistas e acervos iconográficos foram de fundamental importância na análise da presença negra nas regiões delimitadas no estudo.

Aliadas à pesquisa documental foram utilizadas as técnicas de **entrevistas semiestruturadas** em profundidade. A autora Veal (2011) caracteriza entrevista em

profundidade como um importante procedimento de coleta de dados. Esse tipo de entrevista busca investigar a temática discutida além das respostas elaboradas em roteiros, ao encorajar e incentivar os entrevistados a falar. Na entrevista em profundidade há uma maior flexibilidade, pois tal procedimento permite que o pesquisador elabore um roteiro prévio, semiestruturado, mas também conduza as perguntas de acordo com as respostas do entrevistado (DENKER, 2007; MAY, 2004).

Por meio de pesquisas em sites de buscas, redes sociais e, posteriormente, indicações dos entrevistados, identificaram-se oito articuladores que atuam com o resgate e valorização das manifestações culturais afro-brasileiras em São Paulo e entrevistaram-se sete deles. Foram entrevistados quatro responsáveis por projetos que envolvem caminhadas e roteiros temáticos: Eriberto Peres Castilho, cocriador do Rolê SP – Territórios Negros; Fernanda Zanelli, cocriadora dos Itinerários da Experiência Negra; Guilherme Soares Dias, cocriador da Caminhada São Paulo Negra; Isabella Fernanda dos Santos Ramos, criadora da Sampa Negra.

Os outros três entrevistados são ativistas dos movimentos negros e culturais: Isabel dos Santos Mayer, turismóloga e educadora social; José Abílio Ferreira, jornalista e pesquisador e José Adão de Oliveira, cofundador e coordenador regional de educação do Movimento Negro Unificado (MNU). Por meio das entrevistas buscou-se compreender as percepções sobre turismo, políticas e a “São Paulo Negra”, aquela que estabelece a presença negra na construção econômica, histórica e sociocultural no desenvolvimento da cidade.

Não houve retorno dos responsáveis pelo roteiro Volta Negra, elaborado pelo Coletivo Cartografia Negra, e com a SMTUR para inserir suas considerações sobre o Roteiro Temático Afro. Outro fator limitante, mas justificado pelo contexto de pandemia de coronavírus (covid-19), foi a impossibilidade de coleta e análise das percepções dos visitantes e turistas das regiões.

Em decorrência do isolamento social, as sete entrevistas foram realizadas por videoconferência e gravadas. Para salvaguardar a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, aos moldes do termo de consentimento livre esclarecido (APÊNDICE A), no início das gravações foi explicado o objetivo da pesquisa, além de solicitada a autorização para utilização dos nomes dos interlocutores e suas respostas para este estudo, além de pesquisas e apresentações derivadas dele. Tendo como base a técnica da entrevista semiestruturada, foi elaborado um roteiro de perguntas (APÊNDICE B). Todas as sete entrevistas foram transcritas integralmente pela pesquisadora.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, juntamente com a pesquisa documental e as entrevistas para a interpretação das informações coletadas, utilizou-se a **análise de conteúdo** proposto por Bardin (1977, p. 42), que define o método como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A **análise de conteúdo** organiza, sistematiza e interpreta as palavras, sejam elas transmitidas oralmente ou por escrito. As três etapas basilares dessa técnica: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos dados, foram inseridas e aplicadas no decorrer da pesquisa. A partir dos objetivos expostos, a pré-análise foi realizada por meio da organização do material e triagem sobre os temas estabelecidos anteriormente. Em seguida, passou-se para a fase de exploração do material coletado, na qual estabeleceram-se diretrizes temáticas que direcionaram como as análises e os recortes seriam estabelecidos, são elas: São Paulo, turismo e representatividade; apagamento e racismo; políticas públicas; turismo e educação, lugares que remetem à cultura e história negras em São Paulo e palavras que a representem.

Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e suas interpretações, utilizando-se da inferência, realizado a partir da análise da triangulação da pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas tratadas no capítulo 5 – territórios negros em São Paulo: entre o passado e o presente. Desta forma, interpretou-se todo o material coletado para se chegar aos resultados sobre a experiência negra e suas relações com o turismo em São Paulo aqui apresentados.

3 PERSPECTIVA SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS

As análises sobre as questões raciais são complexas e passíveis de diversas abordagens, proporcionando uma engendradora rede com temáticas que se complementam e ao mesmo tempo funcionam de forma independente umas das outras.

Solomos e Back (2000) destacam como a multidisciplinaridade das teorias raciais permite abranger assuntos sobre identidade, racismo, descolonização do pensamento e estudos culturais nas mais diversas áreas, resultando em novas análises e perspectivas, além de demonstrar a necessidade de uma agenda política para o debate racial. Estudos se mostram necessários para compreender a diversidade, as particularidades regionais e locais e os diferentes contextos histórico-políticos que tornam as questões raciais complexas e abrangentes.

Winant (2000), em seu estudo sobre raça e teorias raciais, ressalta que somente com a observação desses fenômenos sociais é possível se questionar e aprender sobre e com eles. Também analisa como as dimensões das discussões raciais eram compreendidas no contexto estadunidenses e seus reflexos nos debates que estão ocorrendo nos dias de hoje, o que, em diversos níveis, também vem ocorrendo no contexto brasileiro.

Trazendo para a contemporaneidade, o autor destaca a necessidade de enfatizar temáticas como o pós-colonialismo, a globalização, a igualdade racial e o multiculturalismo - por vezes deixados de lado. Winant ainda ressalta que não se pode ignorar a vertente crescente de oposição, que nega a existência do racismo. Justamente pelo fortalecimento dessa vertente conservadora, que deslegitima a luta antirracista, esses diálogos precisam ser restabelecidos, além de criar uma rede de apoio e estudo em outras áreas. Por isso, nesta pesquisa busca-se dialogar sobre Turismo dentro da ótica das relações raciais como processo de desenvolvimento sociocultural, histórico e da luta antirracista.

Dentro da conjuntura brasileira, nota-se a relevância da contextualização histórica e política indicada por Solomos e Back e como as discussões raciais estão cada vez mais presentes na sociedade, como ressaltou Winant. Como veremos no decorrer da pesquisa, as teorias raciais apresentadas no final do século XIX até meados do século XX reforçaram o estereótipo que persiste até os dias atuais por meio do racismo estrutural, marginalização do povo negro e discriminações.

A socióloga Márcia Lima (2016), em suas análises sobre as questões raciais no contexto brasileiro, apresenta três vertentes: os estudos sobre desigualdades raciais, os estudos sobre o negro no Brasil, e os estudos das relações raciais. Apesar de dialogarem entre si, cada

abordagem segue caminhos distintos quando se fala em “questão racial” e, no Brasil, seu ator central é a população negra.

De acordo com Lima (2016), pela perspectiva das desigualdades raciais analisam-se dados estatísticos para identificar como alguns fatores, por exemplo, escolaridade, classe social, salário etc., se tornam determinantes, reforçam ou refletem as desvantagens socioeconômicas de determinado grupo em relação a outro. Já nos estudos sobre o negro no Brasil, Lima destaca a busca por identificar as particularidades na trajetória e ascensão desses indivíduos em contextos definidos (mercado de trabalho, relações interraciais, universidade etc.) como forma de analisar suas especificidades, fazer comparativos e compreender como ocorrem essas trajetórias e seus desdobramentos. E, por fim, os estudos sobre as relações raciais buscam identificar como o fator raça interfere e é percebido nas relações em sociedade, como dialogam sobre discriminação, convivência interracial e como essas questões refletem e interagem no desenvolvimento social.

As pesquisas em turismo conseguem dialogar com as três vertentes apresentadas por Lima, a perspectiva escolhida pode levar a diversas análises e interpretações e até correlacioná-las. Mesmo com todas essas possibilidades, o pano de fundo continua o mesmo: tentar relacionar raça à participação em sociedade e ao desenvolvimento do indivíduo.

A agenda racial e antirracista foi ganhando destaque e se adequando aos novos tempos mesmo que, por vezes, seja necessário retomar, ou iniciar, discussões que há muito já deveriam ter sido compreendidas. Em contrapartida, a onda conservadora também cresceu e muitas vezes, vai de encontro às temáticas raciais, o que corrobora a necessidade de ampliar os debates para compreender, situar e contextualizar esses desdobramentos e movimentos sobre a questão racial.

3.1 Relações raciais

Durante quase quatro séculos de exploração pelo tráfico negreiro, o Brasil recebeu aproximadamente 4.8 milhões de africanos trazidos ao país sem sua liberdade e sua identidade, reiniciando no Novo Mundo uma trajetória de resistência e luta que influenciou e influencia direta e indiretamente toda a sociedade brasileira até os dias de hoje (O’MALLEY; BORUCKI, 2017).

A diáspora negra forçada é intrínseca ao desenvolvimento do país. Como disse Zulu Araújo, diretor da Fundação Pedro Calmon e ex-presidente da Fundação Palmares, a escravidão

renegou o que o indivíduo tem de mais precioso: sua história, sua ancestralidade, o direito de se reconhecer e compreender quem é (BRASIL..., 2016).

Em 2021, 133 anos do pós-abolição, as temáticas raciais no Brasil ainda estão sendo trabalhadas. Pode-se dizer que o desenvolvimento dessas questões se iniciou com a abolição. Afinal, o africano e seus descendentes ganharam status de “cidadãos”, cidadãos com direitos e deveres. Para muitos escravizados, era a esperança de melhoria de condições e oportunidades. Contudo, após muitos percalços, o que se viu foi uma evolução lenta, demorada, com inúmeros impedimentos à população negra, incluindo a resistência da elite e da população em geral em aceitar o novo lugar do sujeito negro dentro da sociedade brasileira.

Da falta de assistencialismo no pós-abolição às cotas raciais, temos mais de 130 anos, tudo isso permeado de muito racismo, negacionismo do preconceito racial, tentativas de apagamento das lutas e culturas negras, além da falta de oportunidades dos negros e, sobretudo, da falta de uma identificação na nossa história. Já que, com frequência, os destaques da história oficial são relacionados à mais baixa representação da subalternidade do negro como ser escravizado, essa constante representação traz marcas na sociedade, nas pessoas e em todas as nuances que possibilitam essa intersecção, refletidas inclusive no Turismo.

A população negra escravizada é uma parcela importante da nossa história, mas limitar o africano e seus descendentes à condição de escravo reduz e subjuga toda uma relevância histórica, social e cultural da participação negra na construção da sociedade brasileira. Invisibiliza histórias de lutas, resistências, contribuições e ensinamentos que contribuíram para o processo de desenvolvimento do “ser brasileiro”, além de desconsiderar a pluralidade das nações e povos que vieram forçados ao Brasil. Por isso, faz-se necessário entender o que foi o processo de escravização e suas influências, mas ainda mais urgente é enegrecer a nossa própria história e tirar os véus que tentam ocultar e apagar a participação negra na nossa formação enquanto povo.

Para entender esse percurso das relações raciais no país e como ele interfere no Turismo é necessário que se faça uma retrospectiva, sob o prisma de autores que, no pós-abolição, com a igualdade perante a lei, ainda assim acreditavam na inferioridade do negro, e outros pensadores que, em suas pesquisas, demonstraram que o afro-brasileiro sofre sim um tratamento diferenciado. Daremos destaque para Nina Rodrigues (1894), Gilberto Freyre (1933) e Florestan Fernandes (1955). É importante analisar esses autores para entender a evolução desses pensamentos dentro da academia e seus reflexos na sociedade em diferentes momentos do século XX. Compreendê-los permite que possamos identificar o modo como interferiram na

dinâmica social da época e em suas representações futuras, além de traçar um paralelo com a forma como isso se reflete nos dias de hoje, mesmo que sob outra ótica.

3.2 Racismo estrutural

A pesquisa “As Faces do Racismo” (CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS, 2020), realizada pelo Instituto Locomotiva a pedido da Central Única das Favelas (CUFA), indicou que 77% dos entrevistados conhecem alguém que se sentiu humilhado ou discriminado devido a sua raça ou cor. Dentre as pessoas negras o percentual aumenta para 83%. Segundo a mesma pesquisa, 62% acreditam que o racismo está arraigado na sociedade brasileira e 38% acreditam que o racismo se manifesta apenas em algumas pessoas.

Em 1988, a antropóloga Lilia Schwarz coordenou uma pesquisa similar na Universidade de São Paulo com o objetivo de entender como os brasileiros entendiam o racismo vigente no país, à época no centenário da abolição. 98% dos entrevistados disseram conhecer pessoas ou situações que revelavam a existência do preconceito racial. Em contrapartida, 97% afirmaram que **não** tinham preconceitos raciais (SCHWARCZ, 2001, p. 76). Essa pesquisa demonstra incongruências entre os próprios entrevistados, já que um alto índice afirma já ter presenciado alguma atitude racista e quase o mesmo percentual acredita que não tinha preconceitos raciais; como aponta a pesquisadora, é um “misterioso” caso de um país racista, sem pessoas racistas.

Em 32 anos que as separam, as duas pesquisas ainda apresentam resultados expressivos e mostram que o racismo continua presente na sociedade brasileira. Apesar de, em ambos os levantamentos, reconhecerem sua existência, nota-se uma ausência de informação e autoanálise sobre o tema. A pesquisa da CUFA não pergunta se o entrevistado tem algum tipo de preconceito racial, mas ao questionar se as pessoas brancas também são vítimas de racismo, constatou que 53% acreditam que sim. Considerando a margem de erro de 3%, metade dos entrevistados não compreende o porquê de não existir um “racismo reverso” e consequentemente nega as estruturas de poder que estão intrinsicamente ligadas ao racismo.

Almeida (2019, p. 32, grifos do autor), define racismo como “*uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam*” e vai um pouco mais a fundo ao dizer que o nosso racismo é estrutural e intrínseco à nossa sociedade. O que ele quer dizer com isso?

Almeida destaca que as estruturas de poder e todas as suas instâncias se manifestam em circunstâncias históricas e reforçam o racismo por negligenciarem as relações raciais. Ele está

tão enraizado no cerne da sociedade que naturaliza as práticas de discriminação e exclusão e não reconhece que as pessoas não-brancas são, sim, tratadas de forma diferente:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2019, p. 50)

Ou seja, o “normal”, a “regra”, é haver práticas racistas condicionantes ao comportamento em sociedade. O que torna mais difícil o seu combate, mas não tira a responsabilidade do indivíduo em se monitorar, monitorar o outro e entender seu papel dentro desse sistema.

Se o racismo faz parte dessa estrutura e está naturalizado dentro dessa mesma dinâmica, não é de se espantar que o Turismo, como área das ciências sociais aplicadas, feito por pessoas e para pessoas, também esteja inserido nesse contexto racista. O Turismo se configura racista por não apresentar turistas negros em campanhas publicitárias, não identificar a raça dos viajantes brasileiros, estereotipar os corpos das mulheres negras nas divulgações, negligenciar os corpos negros como viajantes e profissionais do setor, ao não pensar os usos dos espaços, ao não refletir sobre a história dos lugares e como esses discursos são reproduzidos dentro da área, ao negligenciar a reprodução das práticas racistas nos equipamentos e serviços de lazer, enfim, ao não considerar a população negra como turista, consumidora e profissional do setor.

A relações raciais se desdobram em diversas facetas, como bem apontou Lima (2016), e dentro das interações sociais o racismo é uma delas. O conceito biológico de raça não existe, mas o sociológico e o político carregam de modo bem intrincado suas acepções dentro da nossa sociedade. O racismo, a discriminação e o preconceito racial fazem parte do dia a dia das pessoas e do cotidiano brasileiro.

Ao analisar a naturalização do racismo no país, Guimarães (1995) traz a discussão sobre a negação do racismo e ressalta que esse pensamento está muito ligado à negação das diferenças existentes, já que muitos ainda retratam a nação brasileira como homogênea “imaginada como uma conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua” (GUIMARÃES, 1995, p. 95). Ignorar as relações e diferenças existentes é uma forma de reproduzir o racismo.

Para o sociólogo, o maior desafio na luta antirracista no Brasil é reconhecer que o racismo não está no “outro” e sim, nas instituições e nos indivíduos. Em 1995, Guimarães acreditava que o desafio mais crítico seria convencer a opinião pública de que as desigualdades que separam negros e brancos (no salário, no emprego, na educação, na mortalidade etc.) estão

nessas estruturas (GUIMARÃES, 1995). Esses enfrentamentos só ocorrerão quando as mudanças e as práticas antirracistas permearem dentro do Estado e irradiarem nas práticas sociais, econômicas e políticas (ALMEIDA, 2019). Apesar do crescente debate e alguns avanços, vemos que a discussão ainda se mantém atual.

As ciências sociais já comprovaram que o racismo brasileiro está presente em todas as camadas da sociedade independente de classe, gênero e instrução educacional. Sendo sistêmico, ele é reproduzido e espelhado na construção dessas interações sociais. Questionar-se sobre a quantidade de pessoas pretas encarceradas, a violência policial, o genocídio negro, a intolerância religiosa, a falta de acesso a saúde e saneamento básico, o número de pretos com ensino superior ou em cargos de chefia/diretoria, a falta de acesso ao entretenimento e lazer, preterimento nos relacionamentos, problemas de autoaceitação dos traços fenotípicos, falta de representatividade nas mídias, na literatura e pelos nossos políticos nos níveis federal, estadual e municipal, são alguns exemplos que iniciam a discussão sobre os efeitos do racismo na população negra e do combate a essa naturalização (AZEVEDO, 1987; GONZALEZ; HASENBALG, 1982; LIMA, 2016; MOURA, 2014; MUNANGA, 2019).

3.3 Racismo científico

Hoje sabemos que raça é um conceito socialmente construído. Para a biologia, não há fator que determine raças humanas. Contudo, no início do século XIX, as teorias raciais ganharam força, amparadas pela ciência; o que hoje chamamos de racismo científico entrou em voga mundialmente, e no Brasil não foi diferente. Como bem aponta Silvio Almeida, as indagações acerca das diferenças humanas saíram do campo filosófico e foram para o campo científico.

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicarem *pouca inteligência* (ALMEIDA, 2019, p. 29, grifos do autor).

As justificativas pseudocientíficas das teorias raciais e eugenistas importadas da Europa chegaram com força em terras brasileiras e incentivaram um projeto de branqueamento da população. Esse projeto começou nas cadeiras do senado brasileiro até penetrar nas províncias

e capitais. Petrônio Domingues (2004) diz que o processo de branqueamento em São Paulo foi aquele que obteve maior sucesso, mas antes de entendermos o que foi o branqueamento, faz-se necessário dar um ou dois passos atrás e analisar o que ocorreu anteriormente para desencadear esse processo.

Ao falar de branqueamento não há como se desviar dos ideais eugenistas do final do século XIX e início do século XX. O chamado Darwinismo Social, a ciência que acreditava na superioridade genética, intelectual, política e cultural do ser branco-caucasiano e na inferioridade das demais “raças”, aqui em destaque para os sujeitos negros, africanos, afro-brasileiros e seus descendentes.

Para os cientistas da época, o negro era inferior, genética, intelectual e culturalmente. As ditas “teorias raciais” acabaram por ser difundidas e interiorizadas por grande parte da elite brasileira e dos políticos. Estimava-se que entre um a quatro séculos o país estaria livre da “mancha negra” que impedia o progresso da nação (AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; MOURA, 2014; SANTOS, 2002; SCHWARCZ, 2001). Em quais aspectos constituía essa dita inferioridade? Para responder essa pergunta vamos analisar o panorama racial brasileiro em linhas gerais, e suas influências específicas, no caso, em São Paulo.

O médico, psiquiatra, professor, antropólogo e etnólogo Raymundo Nina Rodrigues, em 1894, lançou seu livro “As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil”, no qual apresenta os resultados de sua extensa pesquisa sobre a influência do sangue negro e da mestiçagem na formação da sociedade brasileira e suas justificativas para considerar o negro como raça inferior.

O autor defendeu a justificativa dada pela ciência da época que falava sobre “desigualdade biológica” entre raças. Pela ótica médico-jurídica, acreditava-se que as “raças selvagens”, negras e indígenas, eram inferiores intelectual e socialmente, entre outras razões, devido ao tamanho de seus crânios, considerados menores, portanto, menos evoluídos, e, por isso, deveriam ter penas diferenciadas em comparação aos já evoluídos e civilizados homens brancos. As penas deveriam ser atenuadas, já que esses indivíduos não teriam “maturidade humana” suficiente para serem responsabilizados por seus próprios atos devido à ausência de evolução social e mental (NINA RODRIGUES, 2010, 2011).

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. (NINA RODRIGUES, 2010, p. 14–15)

Com frases como essa, citações e estudos de autores como Silvio Romero, o médico higienista italiano Cesare Lombroso e outros, o autor trazia em seu discurso a inferioridade biológica e cultural dos negros, dando a entender que nada que viesse dessa população seria aproveitado, mas sim o fator que determinaria um atraso latente e mancharia a possibilidade da construção de um Brasil civilizado.

Em estudo publicado postumamente, Nina Rodrigues apontou indícios sobre a contribuição negra na construção do Brasil. Em “Os africanos no Brasil” (1932, escrito entre 1890 e 1905), ele se debruça nessa busca por identificar os remanescentes africanos, sobretudo na Bahia, no pós-abolição e suas interrelações na sociedade da época, ao retratar as culturas africanas resistentes, suas diferenças, similaridades e – de certa forma – como foram absorvidas e interiorizadas na dinâmica social. O mais inusitado nesses escritos é que o antropólogo reconhece e admite que a escravidão foi injustificada e condenável, mas ao mesmo tempo traz uma perspectiva totalmente eugenista e racista, na qual culpabiliza o africano e seus descendentes pelo atraso do Brasil devido a sua “infantilização” no processo evolutivo e civilizatório da humanidade.

Em outras palavras, o autor traz evidências da forte presença negra na sociedade baiana e reconhece sua influência na sociedade brasileira, lista contribuições na língua, dança, música, escultura, festas populares, religiosidade, especialidades e ofícios, mas, num segundo momento, reforça as ideias de inferioridade e do “problema do negro” apresentadas em “As raças humanas...”. Nina Rodrigues também acreditava que a miscigenação era um equívoco e outro pilar da degenerescência brasileira (BARBOSA, 2016; MUNANGA, 2019; NINA RODRIGUES, 2010, 2011). O que aparenta é que, para o autor, essa contribuição negra é de “segunda mão”, como veremos mais adiante, do “imigrante indesejado”. Nina Rodrigues escolheu o negro como bode expiatório do fracasso civilizatório do Brasil como nação.

Por vezes, Nina Rodrigues cita em seus textos o historiador Sílvio Romero (1851-1914) – e em diversos momentos seus pensamentos se complementam, já que ambos entendiam que havia uma inferioridade africana. Contudo, divergiam ao falar sobre a mestiçagem; se para Nina Rodrigues a integração entre raças era negativa e deveria ser contida, Romero a compreendeu como saída para a construção de uma “futura nação branca”, por meio do embranquecimento. Para o autor, a mestiçagem permitiria que os “sangues das raças inferiores” fossem diluídos e extintos em até três séculos (BARBOSA, 2016; SANTOS, 2008).

As discussões sobre mestiçagem e branqueamento foram ganhando adeptos e força. Em 1911, O diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda foi convidado para representar o Brasil no I Congresso Universal das Raças, em Londres, e apresentou o estudo “Os mestiços

do Brasil” e, assim como Sílvia Romero, apontava a miscigenação como forma de suprimir a presença negra no país, por meio do branqueamento populacional.

Somente na segunda metade do século XX começaram os estudos para desmistificar as antigas constatações; as ciências sociais e a biologia se debruçaram em estudos para comprovar que raça não é um fator biológico, mas sim político e social (ALMEIDA, 2019; AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; MOURA, 2014; SCHWARCZ, 2001).

Sílvia Romero, João Batista de Lacerda, Nina Rodrigues e outros não foram apenas intelectuais que importaram as teorias eugenistas da Europa. Suas pesquisas acabaram por influenciar toda uma geração de pensadores que auxiliaram na disseminação dos ideais de inferioridade da raça negra e perpetuaram o racismo científico nas discussões sobre as relações raciais no país nesse período.

Como vimos, nesse primeiro momento, o racismo científico reforçou a ideia de uma inferioridade biológica e social do negro. Mesmo que em certos momentos houvesse alguma sinalização que indicasse a contribuição e participação da população negra no país ela era automaticamente depreciada e vista como insignificante. As narrativas de uma história oficial que invisibiliza a história do povo negro e suas culturas são forjadas nesse contexto. Como preservar algo que é indesejado, lido como atrasado e sinônimo de inferioridade?

Anos mais tarde, na década de 1930, o sociólogo Gilberto Freyre entra na discussão sobre as relações raciais do Brasil e muda o enfoque dado até aquele momento. Em “Casa Grande & Senzala” (CG&S) (1933), Freyre traz uma nova perspectiva indo de encontro às ideias de Nina Rodrigues; se para o último a miscigenação seria a derrocada da sociedade brasileira, para Freyre, abraçá-la era o passo inicial para sua valorização e progresso.

Freyre é o primeiro pesquisador a assumir a miscigenação como algo positivo. Para o autor, a integração portuguesa-indígena-africana trouxe contribuições benéficas à cultura e para a nossa sociedade, sobretudo na gastronomia, na música, no jeito de ser do brasileiro e na língua. Pela perspectiva cultural analisada pelo autor, a mão negra foi o diferencial para o sucesso da empreitada portuguesa nos trópicos.

O autor se mostra extremamente favorável à miscigenação, como enfatiza Schwartz “a mestiçagem – menos biológica e mais cultural – é destacada, não mais como veneno, mas tal qual redenção” (SCHWARCZ, 2001, p. 27). Toda a aparente degenerescência e atraso que negros e indígenas representavam anteriormente agora ganha uma denotação positiva do “ser brasileiro” (MUNANGA, 2019; SANTOS, 2002; SCHWARCZ, 2001). A miscigenação interseccionava aquilo que havia de melhor das “três raças”, tornando os brasileiros únicos. Para ele, a nossa maior grandeza consistia nessa singularidade.

Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano (FREYRE, 1999, p. 283).

No entanto, essas referências favoráveis à miscigenação são trazidas sob uma perspectiva de um “senhor de engenho”, uma visão vertical – de cima para baixo -, que ainda apresenta o discurso de superioridade e inferioridade entre as raças (ADAMI; DIMAS, 2002; SANTOS, 2002). Enquanto isso, o tema avança fora do campo intelectual e “o mestiço vira nacional” e ocorre a ressignificação, clareamento e “desafricanização” de símbolos culturais que outrora eram vistos marcadamente como negros, como a feijoada, o batuque, a capoeira, o samba, entre outros (ORTIZ, 2012; SCHWARCZ, 2001).

Apesar da grande contribuição de suas pesquisas sobre a formação sociocultural e política brasileira, o sociólogo tinha uma visão equivocada sobre a temática racial e a própria escravidão. Mesmo representando a miscigenação como positiva à nossa sociedade, o autor analisa a escravidão como saída necessária à economia da época, além de defender a ideia de que as relações raciais no período teriam ocorrido de forma harmônica, quase sem conflitos, minimizando os aspectos negativos da diluição sofrida pelas culturas subjugadas nesse processo.

Por diversas vezes, Freyre fetichiza o negro, erotiza a negra escravizada, apresentando-a como “a mulata fogosa” e responsável pela iniciação sexual dos jovens senhores, sem considerar a relação de abusos, estupros e violências sofridos por elas. Além de romantizar a relação senhor e escravizado. No trecho abaixo, ao criticar o pensamento no qual julgava a escravidão como influência negativa à casa-grande, Freyre enfatiza uma relação quase familiar entre eles:

Mas aceita, de modo geral, como deletéria a influência da escravidão doméstica sobre a moral e o caráter do brasileiro da casa-grande, devemos atender às circunstâncias especialíssimas que entre **nós modificaram ou atenuaram os males do sistema**. Desde logo **salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos**, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América (FREYRE, 1999, p. 352, grifo nosso).

As novas interpretações de Freyre ganharam uma forte repercussão positiva. A ideia de harmonia na interação racial brasileira e a suposta “ausência de conflitos”, situação contrária ao que ocorria nos EUA à época, deu a falsa impressão de uma convivência pacífica entre as

raças. Guimarães (1995) frisa que essa nova interpretação de Gilberto Freyre, com a dita “democracia racial”, seria um “mito fundador de uma nova nacionalidade brasileira”.

Embora não tenha sido em CG&S que tenha surgido a expressão “democracia racial”, os primeiros indícios desse conceito já são notadamente expressos ali. A aceitação dessa participação negra e indígena intrinsecamente relacionada à aceitação branca-portuguesa a qual somente o Brasil teria conseguido alcançar, a ideia de um convívio supostamente harmonioso entre o “melhor das três raças formadoras” se firmou. Como se, de fato, fôssemos bem resolvidos com as questões raciais presentes no país. Conforme brilhantemente afirma a pesquisadora Lélia Gonzalez **“Freyre criou a mais formidável arma ideológica contra o negro. A ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país o levou a formular a noção de democracia racial”** (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 84, grifo nosso).

O que Freyre ignorou – ou fingiu ignorar – é que a aparente aceitação veio à custa de muito sofrimento, violência, usurpação de direitos, abandono de tradições e consequente marginalização do povo negro, problemas já refletidos na população negra à época. A “democracia racial” acabou por arraigar-se no ideário político e social do Brasil como uma pátria igualitária a todos, independente da questão racial (DOMINGUES, 2004; MUNANGA, 2019; ORTIZ, 2012; SANTOS, 2002).

O mito da democracia racial não pode ser ignorado, pois seu discurso foi norteador de estudos posteriores e é reproduzido insistentemente no âmbito político, econômico e social ainda nos dias de hoje. Por meio dele, o racismo é negado, enquanto a população negra, sua cultura e história são negligenciadas.

Nos anos que se seguiram, os estudos de Freyre ganharam notoriedade internacional. Interessados em entender o processo de integração racial harmoniosa e sem conflitos o qual se julgava ocorrer no Brasil, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, o Projeto Unesco. Na década de 1950, Florestan Fernandes e Roger Bastide encabeçaram as pesquisas que integraram o projeto e que deram origem ao livro “Branços e negros em São Paulo” (1955).

Segundo Florestan, o objetivo do estudo não era o de identificar se não havia discriminação racial e o chamado “preconceito de cor”, mas sim compreender como e em quais formas eles se manifestavam na sociedade paulistana, mesmo sem um conflito explícito e declarado entre brancos e negros.

Os resultados dos estudos derrubaram por terra a ideia da democracia racial de Freyre. Na realidade, o apresentado foi justamente o oposto de uma relação harmoniosa. Ao mostrar as dificuldades de integração do trabalhador negro no pós-abolição, preterimentos afetivos, barreiras nas interações sociais e educacionais sofridos por negras e negros, Bastide e Florestan exibiram continuamente que o racismo à época era palpável e afetava negativamente a experiência da população negra na cidade.

A discriminação e o preconceito ficaram na sociedade como resquícios de uma sociedade escravocrata, sendo reproduzida, tanto pela elite, como pelos mais pobres, a ideia de uma “inferioridade moral, mental e social” dos negros, como reforçam os autores:

Subsistiram representações e estereótipos associados à cor e às diferenças raciais; uma parte considerável do velho sistema de etiqueta das relações raciais; o antigo padrão básico através do qual o preconceito de cor sempre se manifestou em São Paulo; e certas medidas discriminatórias, principalmente as que atingiam os negros e os mestiços libertos na ordem senhorial. Entre as representações e estereótipos, salienta-se a noção de que o negro é “inferior” ao branco (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 140).

O branqueamento e as influências da branquitude também são abordados nesses estudos, os negros são ocultados por preterimentos sociais, profissionais e afetivos. Os teores racistas e estereotipados por trás dos relacionamentos interraciais, a preferência pelos ditos “mulatos” em relação aos negros retintos nas vagas de emprego e até as preferências estéticas, inclusive da própria população negra, por parceiros com cabelos lisos, traços mais afilados e pele mais clara. Aproximar-se do “padrão branco” poderia ser a porta de ascensão ao “mundo dos brancos” tão duramente almejada por essa parcela da população (BASTIDE; FERNANDES, 2008; FERNANDES, 2007).

Como bem reforçou Fernando Henrique Cardoso: “não se deve tomar a ideologia do branqueamento como ‘mera ideologia’. Ela opera efetivamente, amortecendo a identidade racial e, portanto, o substrato material e pseudocientífico do preconceito racial.” (BASTIDE; FLORESTAN, 2008, p. 15).

Ao apontar as desigualdades, os conflitos e o racismo presentes em São Paulo, Florestan Fernandes trouxe para as ciências sociais uma nova perspectiva sobre as relações raciais no país e um olhar mais acurado sobre a população negra e as negligências do Estado no amparo e integração negra no pós-abolição. Nesse contexto, é importante frisar que em suas obras sobre a temática Florestan foi escutar representantes da Frente Negra Brasileira, ler artigos da Imprensa Negra e ouvir pensadores negros, como Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, sobre a situação do negro brasileiro e o racismo enraizado na sociedade. Essas trocas

certamente direcionaram o olhar do sociólogo para uma perspectiva que dificilmente teria alcançado sozinho.

As teorias raciais, amplamente discutidas entre os séculos XIX e XX, mostraram-se uma forma de reafirmar o racismo e estigmatizar o povo negro. Nina Rodrigues, Silvio Romero, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha e outros são produtos de seus tempos e espaços, e devem ser analisados como tais, mas não devemos retirar desses pensadores toda a responsabilidade que tiveram ao reproduzir um discurso racista em suas obras.

O projeto do branqueamento tomou diferentes rumos entre Nina Rodrigues (1894), Gilberto Freyre (1933) e Florestan Fernandes (1955), o que fica claro ao analisarmos os estudos desses pensadores e suas épocas. É nítido que houve uma evolução na forma de percepção desses pensamentos.

A ideia de “inferioridade da raça negra” foi se tornando mais velada, um verdadeiro degradê. Se em Nina Rodrigues essa inferioridade era explícita e clara, Gilberto Freyre conseguiu contornar e ressignificar aquilo que era tido como negativo ao defender que a miscigenação era a resposta para o que as elites e intelectuais procuravam: unidade, uma mescla. A ideia do ser nacional estava se firmando. Já Florestan mostrou o que a sociedade escondia por baixo das aparentes relações harmoniosas. Essa evolução foi penetrando na sociedade, absorvendo camada por camada e atingindo outros níveis na esfera do “racismo à brasileira”.

O racismo foi se tornando tão velado e tão bem estruturado que, em 2021, no século XXI, ainda se luta contra o negacionismo que questiona constantemente sua existência. Esse negacionismo deve-se à ideia de que a “miscigenação e as relações interraciais seriam marcadas pela ausência da discriminação racial e a quase inexistência do preconceito de cor” (BASTIDE; FLORESTAN, 2008, p. 10), a qual sabemos que é uma grande falácia.

4 BRANQUEAMENTO, IMIGRANTISMO E RESISTÊNCIA NEGRA

A análise dos autores supracitada visa apresentar os ideais dos pesquisadores à época e trazer à luz os pensamentos norteadores de uma grande parte desses intelectuais. O distanciamento histórico nos permite evidenciar essas propostas por um novo prisma, traçar um paralelo com a realidade atual e compreender como essa sucessão de estudos refletiu e ainda reflete nas tentativas de apagamento cultural as quais a cultura negra sofre.

Historicamente falando, 133 anos da abolição é um período curtíssimo, um passado recente. Da perspectiva eugenista de Nina Rodrigues aos estudos sobre as diferenças existentes nas relações entre negros e brancos em São Paulo, de Bastide e Florestan, temos pouco mais de 60 anos, os quais nos mostram que os resquícios de uma sociedade racista e excludente ainda persistem na sociedade brasileira.

Durante esse período, o branqueamento tomou outras formas também na dinâmica social; a população negra foi “integrada” à sociedade, mas, em contrapartida, com a condição de se aproximar do padrão branco imposto. Para ser aceita numa sociedade que a colocava à margem, seria necessário se apagar e se distanciar dos iguais – e muitos negros começaram a pensar que assim teriam o devido reconhecimento. O afastamento da própria identidade negra se deu ao se distanciar de suas origens culturais e religiosas, recusas de seus traços fenotípicos e, até mesmo, evitando relacionamentos afetivos com pessoas negras.

Não alheios ao “problema do negro” essa discussão também chega à política e às leis, além de ganhar força com a política imigrantista, como veremos a seguir.

4.1 Branqueamento, leis e imigrantismo

Enquanto os indivíduos negros eram excluídos das interações sociais, o sistema político, carregado de preconceitos e parte dessa engrenagem, também contribuiu para essa exclusão. Branqueamento e imigração foram dois projetos que ocorreram de forma simultânea no país. Enquanto a disputa no campo intelectual acontecia, nas cadeiras do Senado e nas Câmaras elas também eram debatidas.

Quadro 1 - Leis, estatutos e códigos que influenciaram as relações raciais no Brasil e em São Paulo

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

No quadro acima, elaborado para este trabalho com finalidade de síntese, foram apresentados leis, decretos e normas promulgados no decorrer de 164 anos que mostram a evolução da discussão racial no âmbito legal, desde antes da abolição até os dias de hoje. A Lei Eusébio de Queiroz (BRASIL, 1850), a qual proibia o tráfico negreiro em terras brasileiras, anunciava a iminência da extinção da escravatura. Enquanto isso, a elite também movimentava suas peças. No mesmo ano entra em vigor a Lei de Terras: a partir de então as terras seriam adquiridas somente por meio de compra e o Império estava impedido de realizar doações.

As consequências foram efetivas: enquanto uma provocou o tráfico interprovincial, a outra dificultava ainda mais a aquisição de terras pelos libertos e pobres. Destacam-se os futuros homens e mulheres livres, os quais sequer receberiam alguma indenização em terras por parte do Império, já que a legislação não os amparava.

Após a proibição do tráfico negreiro, as preocupações da elite da época eram evidentes: era uma questão de tempo para o sistema escravista vir por terra e ruir. Esses temores eram direcionados sobretudo para os problemas econômicos que ocorreriam com a extinção da escravidão e não relacionados a questão humana, social e ética para com a população negra (AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; MOURA, 2014).

Ao passar dos anos, leis complementares à Eusébio de Queiroz foram aparecendo, como a Lei do Ventre Livre (BRASIL, 1871), a qual declarava livres filhos de mulheres escravizadas nascidos no Brasil a partir daquela data; e a Lei do Sexagenário (BRASIL, 1885), a qual declarou livres escravizados com 60 anos ou mais.

As Leis Eusébio de Queiroz, do Ventre Livre e do Sexagenário serviram como uma forma de “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre e culminaram, 33 anos depois, na Lei Áurea (BRASIL, 1888). Entretanto, essas leis não asseguravam indenizações, educação, terras ou assistências para todos esses novos cidadãos, muito pelo contrário. Por exemplo, em determinadas situações, era o liberto com mais de 60 anos quem teria que **indenizar** o antigo senhor, prestando-lhe serviços por um período de três anos.

A força motriz que sustentava a economia escravista estava seriamente ameaçada e era papel dos políticos pensarem em formas de minimizar esse impacto. Era questão de tempo para emancipar ou abolir a escravidão e as lavouras de café, em franca expansão, estariam em ruínas caso não tivessem um plano de contingência. O racismo científico reproduzido por grande parte dos intelectuais, a iminência da abolição, as metas de modernização e progresso, as justificativas de “falta de mão de obra” convergiram para o projeto imigrantista brasileiro.

O projeto do branqueamento, com seu viés racista tendo como justificativa as teorias raciais em voga à época, foi discutido pela elite e nos palanques das Assembleias, travestido de apoio à imigração europeia. Para a elite, a “onda negra” era um empecilho de diversas maneiras, os negros representavam uma ameaça à ordem pública - com o constante medo de um levante similar à Revolução Haitiana, sinônimo de atraso, pois o sistema econômico escravagista estava fadado ao fracasso, à inaptidão, insubordinação e indisciplina ao trabalho livre (AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; MOURA, 2014).

Amparados pelas teorias racistas que indicavam que o negro era intelectualmente atrasado, uma raça inferior, não civilizado, aliadas ao crescente aumento dos crimes cometidos por negros e ao medo de insurreições e revoltas, os deputados da província de São Paulo indicavam em diversas sessões que o imigrante europeu seria a solução para o “problema do negro”, trazendo o progresso almejado, a disciplina e a ordem e, como bom trabalhador, seria ainda um exemplo moralizador para os nacionais - brancos pobres, negros libertos, mestiços e escravizados (AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; SANTOS, 2008).

Para os políticos da época, composto em grande parte por fazendeiros, a vinda do imigrante europeu era a resposta para os problemas enfrentados pelo Império e pelas Províncias. Esse imigrante, como “raça superior”, “mais desenvolvida”, faria o país atingir seus objetivos civilizatórios e de progresso.

Como destacam Azevedo (1987) e Domingues (2004), nas discussões acaloradas dos imigrantistas destacavam-se o constante medo de revoltas negras e a “escassez de braços” para os trabalhos na lavoura paulista, e a ideia de que isso seria resolvido com a vinda do imigrante europeu ganhou corpo. No entanto, as próprias discussões entre os deputados apontavam a numerosa população negra da província e explicitavam a rejeição do braço negro. Como justificativa eram utilizadas as ideias de “vagabundagem” e de “incapacidade para o trabalho” do nacional e do escravizado. Não havia “falta de mão de obra” numericamente falando, mas sim falta de uma mão de obra que políticos e proprietários de terras aceitavam e queriam: “a mão de obra milagrosa”, “trabalhadora” e “civilizatória” do imigrante europeu.

Quadro 2 - Estereótipos impregnados na elite paulistana: negro vs. imigrante europeu

Negro simbolizaria	Imigrante branco europeu simbolizaria
Atraso	Progresso e desenvolvimento
Barbárie	Cultura
Passado	Futuro
Devassidão	Moral
Escravidão	Liberdade
Primitivismo e selvageria	Civilização
Africanização ou enegrecimento	Clareamento da raça ou branqueamento

Fonte: Domingues (2004, p. 63).

Cabe ressaltar que a mão de obra que interessava às elites nesse primeiro momento era a europeia. A asiática, em especial a chinesa, também era vista como “raça inferior”, não tão inferior quanto a negra, mas não serviria para os “propósitos civilizatórios”. Houve movimentos a favor da vinda da mão de obra asiática entre 1860 e 1870, contudo o projeto foi recusado e ficou em segundo plano, como uma alternativa caso o projeto do imigrante desejado falhasse. O asiático, seria “uma espécie de imigrante transitório, ou seja, aquele que com seu trabalho permitiria uma transição pacífica do regime de trabalho escravo para o livre, criando condições propícias para a chegada daqueles tão valorizados agentes de progresso” (AZEVEDO, 1987, p. 147-148). Embora houvesse essa restrição à entrada dos imigrantes asiáticos, Domingues (2004) enfatiza que, na prática, foi “letra morta”, já que em 1908 o estado de São Paulo subsidiou a entrada dos imigrantes japoneses para trabalhar nas lavouras de café e, graças a isso atualmente São Paulo concentra o maior número de descendentes de japoneses fora do Japão.

Em 1884, a então província de São Paulo, aprovou uma lei de incentivo à imigração (SÃO PAULO, 1884). A lei contemplou reembolsos de passagens, auxílio à hospedagem e compras de terra a crédito como incentivos para famílias inteiras. Medidas essas questionadas por uma pequena parcela de deputados e abolicionistas, que as entendiam como privilégios desproporcionais entre o trabalhador livre nacional e o imigrante europeu, além de ignorar o destino da mão de obra dos libertos no pós-abolição.

Manter esse imigrante era caro, tanto que havia projetos de lei que pensavam formas de amenizar essa situação, como a proposta de aumentar o imposto sobre o trabalhador escravizado e transferi-lo ao fundo pró-imigrante ou projetos de incentivo a doações de terras. Mesmo com esse contratempo, o europeu ainda era muito bem visto e considerado necessário para o progresso do país (AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004).

Anos mais tarde, em 1890, já na República, é promulgado o decreto-lei nº 528, que regularizou a entrada dos imigrantes no país (BRASIL, 1890a). Os textos das leis delimitavam quais os imigrantes poderiam entrar em terras brasileiras e, no caso paulista, os beneficiados com auxílio do governo. Em ambos os casos o africano foi barrado. De acordo com Ribeiro (2016), as forças policiais e aduaneiras foram orientadas para impedir os acessos nos portos de embarque e desembarque daqueles que não se enquadrassem na lei.

Segundo Santos (2008), entre os anos de 1890 e 1899, período de grande aumento populacional em São Paulo, 81,08% das entradas de imigrantes foram custeadas pelo governo, e, entre 1890 e 1914, 60,63% das entradas foram financiadas pelos cofres públicos. A desaceleração só vai ocorrer em 1927, com o corte dos subsídios aos imigrantes.

Tabela 1 - Entrada de imigrantes no estado de São Paulo entre 1827 e 1929

Ano	Número de imigrantes
1827 - 1884	37.481
1885 - 1889	168.127
1890 - 1899	735.076
1900 - 1909	388.708
1910 - 1919	480.509
1920 - 1929	712.436
Total	2.522.337

Fonte: Boletim da diretoria de terras, colonização e imigração, 1937 *apud* Domingues (2004, p. 265).

Tabela 2 - Variação percentual da população da cidade de São Paulo (1872 -1920)

Ano	População	Período	Percentual de aumento
1872	26.020	1872-1890	149,55%
1890	64.934	1890-1900	300,40%
1900	260.000	1900-1910	20,76%
1910	314.000	1910-1920	85,17%
1920	581.435	---	---

Fonte: Santos (2008, p. 33).

Dados atualizados por Rocha (2018, p. 105).

Tabela 3 - Participação da população da cidade de São Paulo sobre o total do Estado

Ano	Estado	Capital	%
1872	837.854	26.020	3,11
1890	1.384.753	69.934	5,05
1900	2.282.279	260.000	11,39
1920	4.592.188	581.435	12,66

Fonte: Santos (2008, p. 34).

As tabelas 1 e 2 mostram a evolução da política imigrantista praticada no estado e sua influência na cidade de São Paulo. Na tabela 1, o decênio 1890 – 1899, período após as leis de incentivo à imigração estabelecidos em 1884 e 1890, comporta um aumento quase 4,5 vezes maior na entrada de imigrantes no estado, se comparado ao decênio anterior. Apesar de não termos dados consolidados dos números de imigrantes que residiam na cidade, a capital também reflete um aumento populacional expressivo no mesmo período, como podemos constatar nas tabelas 2 e 3.

Domingues (2004), Santos (2008) e Rocha (2018) indicam em suas pesquisas que a presença imigrante, sobretudo italiana, se refletiu na composição étnica e influenciou na dinâmica e nas interações sociais, como vemos na tabela 4. “Falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões” nas ruas, nas indústrias e nos comércios da capital, e com isso a cidade foi embranquecendo em sua composição racial.

Tabela 4 - População da cidade de São Paulo segundo a "composição racial"

Ano	Negros (pretos e mulatos)	Brancos	Caboclos	Total
1872	11.679 – 37,2% Escravos: 3.828 – 14,7%	18.834 – 60%	872 – 2,8%	31.385 – 100%
1886	10.275 – 21,5% Escravos: 593 – 1,2%	36.334 – 76,2%	1.088 – 1,3%	47.697 – 100%
1890	10.842 – 16,6%	53.334 – 81,9%	490 – 0,4%	64.934 – 100%
1893	14.559 – 11,1%	115.726 – 88,5%	-	130.775 – 100%
1910	26.380* - 11%	-	-	239.820 – 100%
1920	52.112* - 9%	-	-	579.033 – 100%
1934	90.110* – 8,5%	-	-	1.060.120 – 100%

* **Número Estimado**

Fonte: Domingues (2004, p. 263).

Notamos algumas variações no total da população da cidade ao compararmos os dados pesquisados por Domingues (2004) e Santos (2008), o que é justificado pelos diferentes documentos consultados pelos autores, dessa forma, optou-se por apresentá-las mesmo com divergências. Pela tabela 4 estima-se que a população negra se manteve estável e até mesmo cresceu nos períodos analisados, mesmo com o intenso fluxo imigratório e sua influência no grande aumento populacional vivido pela cidade (ROCHA, 2018).

Essa política imigrantista, embranquecedora e racista obteve êxito e, como era de se imaginar, os negros ficaram sem respaldo algum e foram preteridos em relação aos brancos europeus. Como bem assinalado por Azevedo, “havia uma política de privilegiamento do imigrante no mercado de trabalho, tornando ainda mais difícil a integração social do negro, pois a discriminação contra ele crescia no mesmo ritmo do aumento da concorrência representada pelo europeu” (AZEVEDO, 1987, p. 248).

Entre 1835 e 1869, diversas leis provinciais estabeleceram as diretrizes educacionais para a instrução primária dos brasileiros. De norte a sul as legislações proibiam a matrícula de escravizados nas escolas e, por vezes, os libertos também eram excluídos. As barreiras ao acesso educacional se estenderam até o final do século XIX, exprimindo todas as dificuldades enfrentadas pelos negros devido a sua condição de escravizados (BARROS, 2016). A Lei das Cotas, a qual reserva 50% das vagas nas universidades federais para estudantes de escolas públicas e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, somente foi promulgada em 2012,

como medida paliativa e reconhecendo todos os empecilhos que as chamadas minorias sociais ainda têm para ter acesso à educação (BRASIL, 2012).

Outras formas de opressão eram instituídas pelos Código de Posturas, conjunto de regulamentos que orientavam a vida nas províncias. Tais códigos atingiam diretamente a população negra escravizada e liberta por meio de uma legislação discriminatória (DOMINGUES, 2004), cujo objetivo explicitavam “[...] a preocupação em ‘organizar’, ‘disciplinar’, ‘modernizar’, ‘higienizar’: embranquecer” (JACINO, 2018, p. 114).

No Código de 1875 havia vários artigos que reprimiam as reuniões de pessoas negras, e as punições para quem infringisse a lei eram multas e prisões. O artigo 229 era claro “[...] são proibidos os batuques e cateretês dentro da cidade e suas povoações, sob pena de 20\$ de multa a quem consentir em sua casa ajuntamento para esse fim” (SÃO PAULO, 1875). Mesmo com sua atualização às vésperas da abolição, em 1886, o artigo se manteve, sob o número 236.

Em 1890, no capítulo XIII do código penal brasileiro, proibiram-se o jogo da capoeira e a “vadiagem”, com o objetivo civilizatório e disciplinador, sob pena de prisão; as pessoas que não tinham trabalho, ocupação legal ou residência eram penalizadas. O artigo nº 402 exprime a criminalização contra a capoeira e, caso houvesse grupos, as chamadas “bandas”, a penalidade era agravada. Segundo a lei, a prática da capoeiragem provocaria tumultos e desordens, além de ir contra aos “bons costumes” (BRASIL, 1890b).

Atualmente, a capoeira é reconhecidamente uma manifestação cultural africana, de origem banto. Somente em 1937 – época da “desafricanização” e nacionalização de vários símbolos negros, ela foi instituída como modalidade esportiva e, em 2008, a roda de capoeira e o ofício dos mestres de capoeira foram registrados como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Por fim, em 2014, a capoeira foi elevada a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO. De criminalizada a patrimônio nacional, essa mudança de perspectiva em relação à capoeira mostra como, enquanto sociedade, somos manipulados por teias invisíveis que acabam por determinar, seja positiva ou negativamente, uma prática cultural.

Destaca-se que, se existiram leis para coibir e desmotivar esses agrupamentos, isso se deveu ao fato de que estes estavam consolidados e incomodavam. Interpreta-se aquilo que está nas entrelinhas, não se criariam artigos específicos recriminando essas ações, se o uso da cidade por essas pessoas não fosse regular e constante em sua rotina.

Até a data da abolição, o negro é tema central das preocupações políticas, tanto do movimento abolicionista como dos imigrantistas, pois era um empecilho a ser resolvido. Porém, após a abolição isso se altera; o negro entra em segundo plano, sua integração é adiada, ignorada, o protagonista agora é o imigrante europeu. A discrepância de tratamento entre o

imigrante e o nacional, o qual incluía uma grande parcela de negros, é evidente. Enquanto a população negra passava por todas essas mudanças e tentava se readaptar a essa nova dinâmica, a elite articulava meios de subsidiar a vinda e a permanência dos imigrantes europeus, com a justificativa de modernizar o país (AZEVEDO, 1987; DOMINGUES, 2004; SANTOS, 2008).

Observando o quadro 1, vemos que somente em meados do século XX e início do século XXI retoma-se a preocupação com a população negra, iniciando com a lei Afonso Arinos, em 1951, e seus desdobramentos até os dias de hoje. Indiretamente, o Turismo foi o pontapé para a aprovação dessa primeira lei contra o racismo no país, que instaurou a discriminação racial como contravenção penal; seu projeto foi elaborado após Katherine Dunham, renomada coreógrafa e bailarina afro-americana, ser impedida de se hospedar junto a sua companhia em um hotel de luxo em São Paulo devido a sua cor.

É importante frisar que, em toda nossa história, o Brasil não teve **leis** explicitamente segregacionistas, tais como as Leis Jim Crow, vigente nos EUA entre 1876 e 1965, muito menos um *apartheid*, como ocorreu na África do Sul, entre 1948 e 1994, no qual delimitavam e segregavam espaços para negros e para brancos, mas, mesmo assim, Katherine Dunham foi impedida de se hospedar no Esplanada Hotel.

Na prática, o racismo à brasileira foi e é tão cruel quanto essas leis segregacionistas, ou ainda pior, pois ele é dissimulado. No caso de São Paulo, apesar de não explicitar a segregação, o racismo à paulista era apresentado por meio de algumas leis e documentos oficiais, códigos de posturas e costumes, estatutos e regimentos de clubes, escolas, associações, estabelecimentos comerciais e empresas (DOMINGUES, 2004). Não foi necessária uma lei para proibir a entrada de pessoas negras em um espaço, essa atitude partiu da própria instituição e dos indivíduos que as representavam, os quais se utilizaram de outros artifícios para barrar a presença negra nesses espaços.

Atualmente, por mais que se tenha avançado na discussão sobre o racismo à brasileira, sua estrutura se mantém intrincada nas raízes da sociedade ao criar novas formas de se apresentar, o chamado “racismo velado”, no qual desenvolve outras maneiras, perceptíveis ou não, de reproduzi-lo.

Ao falar sobre essas formas de opressão em São Paulo e como a legislação auxiliou nesse processo em São Paulo, Domingues (2004, p. 201) é taxativo:

Os negros eram privados de direitos civis elementares. Um cordão de isolamento, invisível ou expresso, apartava negros e brancos em algumas instituições do estado, no sistema de ensino, no mercado de trabalho, na divisão espacial da cidade, na prática religiosa, desportiva, nas uniões

conjugais, na rede de lazer, de serviços, enfim, na vida pública e cotidiana de São Paulo.

Se por um lado havia constantes tentativas de exclusão da população negra na dinâmica da cidade que se modernizava, por outro, havia um processo de resistência e ocupação desses territórios, mesmo quando não eram bem vistos e até marginalizados, como veremos a seguir.

4.2 A onda negra resiste: desdobramentos em São Paulo

O início do século XX consolidou a cidade como a “terra dos imigrantes”, a presença massiva de italianos nas fábricas, no comércio e seus reflexos socioculturais se tornaram cada vez mais evidentes (DOMINGUES, 2004; MOURA, 2014; SANTOS, 2008). Para os políticos da época, aquele progresso almejado representado pela introdução do imigrante estava finalmente se concretizando.

O ex-escravizado, agora como trabalhador nacional livre, foi preterido ao imigrante branco europeu, tornou-se a mão de obra indesejável, o vagabundo, aquele que insistia em resistir nas ruas da cidade como vendedor de ervas, ambulante, benzedeiro, carroceiro, quituteira, lavadeira etc. (SANTOS, 2008).

Essas existências ressignificaram o uso daqueles espaços nas ruas do centro, dos lugares mais marginalizados como a Várzea do Carmo, onde atualmente se localizam o Parque Dom Pedro II e a Rua 25 de Março, até as famosas ruas de comércio do Triângulo Histórico, região compreendida entre a Praça da Sé, Largo São Francisco e Largo São Bento. Continuar a ocupar essas ruas mesmo com serviços vistos como “indignos” e se fazer presente representou uma resistência à pretensa “modernização europeia” que pairava sobre a cidade e que, na realidade, queria ocultar a presença de todos esses sujeitos, suas histórias e contribuições para a metrópole.

Santos (2008) corrobora essa participação dos trabalhadores nacionais e os chama de “despossuídos”, preteridos ao máximo, mas, conforme aponta o autor, mesmo morando em cortiços e lugares insalubres, considerados pelas políticas públicas como estorvos, indesejáveis e pessoas que só atrasavam o projeto de europeização, eles resistiam ao constante processo de branqueamento da metrópole.

As elites menosprezavam, desmereciam e queriam demonstrar a “inconveniência” dos comportamentos relacionados à parcela nacional pobre, aqui em destaque a população negra, para a ordem em constituição, o que servia, por vezes, para justificar proibições e a repressões de manifestações culturais, encontros, modos de viver e sobreviver desses sujeitos, como vimos anteriormente (SANTOS, 2008).

Domingues (2004) e Santos (2008) se ocuparam em mostrar como o povo negro se manteve ativo, mesmo quando ignorado pelos sistemas político e social da cidade, além de combater e resistir às opressões e reprimendas sofridas no decorrer dos anos que se seguiram. Para esta pesquisa, não pretendemos discorrer detalhadamente sobre os temas que ambos os autores conseguiram pesquisar tão bem, pois fugiria dos recortes estabelecidos; optou-se por contextualizá-los de forma mais concisa para o leitor compreender como se deram essas interações entre o corpo negro e a cidade.

Em sua pesquisa, Santos traz à luz as ocupações e serviços que a parcela nacional pobre e negra ocupava em meio ao grande crescimento imigrante e ao desenvolvimento da cidade de São Paulo como expoente metrópole industrial, entre os anos de 1890 e 1915. **As ruas não eram caracterizadas somente como espaços de trabalho**; as lavadeiras, ambulantes, vendedores de ervas, carroceiros, entre outros, também as utilizavam como espaços de confraternização, troca e escuta da população criminalizada e marginalizada, que ocupava esses territórios para encontrar com os seus, realizava folguedos, capoeiras, batuques e rezas.

Como vimos, a dinâmica político-social da cidade forçava o apagamento, ao exemplo das lavadeiras da Várzea do Carmo, as quais faziam do território ponto de encontro e conversa, e que foram desapropriadas das margens do Tamanduateí após a canalização do rio, perdendo não somente sua fonte renda, mas também seu espaço de sociabilização. Apesar das constantes represálias, manifestações negras e indígenas resistiam. Como reforça Santos, a permanência de elementos dessa parcela de “excluídos” se manteve até os dias de hoje, ritos preservados e resguardados por seus descendentes.

No pós-abolição, embora o crescimento da cidade desincentivasse a manutenção e articulação desses grupos, algumas dessas ocupações se mantiveram ou se readequaram. As lavadeiras citadas há pouco, não deixaram de frequentar as ruas centrais, porém, agora com outros ofícios, como os de faxineiras nas casas e comércios da região (SANTOS, 2008). Nada muito diferente do que ainda ocorre nos dias de hoje.

Domingues (2004) também dedicou sua pesquisa a trabalhar sobre os mitos que permearam a população negra, como a falácia da “falta de mão obra”, e como esses discursos, desenvolvidos por uma elite racista, que queria uma São Paulo branca, influenciaram suas vidas. O autor explica como se deu o processo de branqueamento, imigrantismo e a exclusão do negro do mercado de trabalho livre, indo ao encontro de análises realizadas por Santos, bem como a subvalorização do trabalhador negro; além disso, nos apresenta os modos de sobrevivência tanto profissional como cultural na cidade.

Além de destacar e corroborar as análises referentes ao trabalho da população negra realizadas por Santos, para mostrar como ocorriam as interações sociais, Domingues esmiúça as manifestações e organizações culturais dessa parcela da população durante a Primeira República (1889-1930). Se por um lado a política social, econômica e cultural de São Paulo oprimia e deslegitimava essas ações desde antes da abolição, por outro, a comunidade negra se reestruturava e reorganizava para manter suas tradições, lares e saberes (DOMINGUES, 2004; MOURA, 2014).

Para alcançar esses objetivos, havia várias formas de atuação, como é listado e detalhado pelo autor: grêmios recreativos e culturais (cordões carnavalescos, bailes, samba e times de futebol), sociedades beneficentes, núcleos de religião afro-brasileira, irmandades e confrarias religiosas, clubes literários, grupos de capoeira, associações teatrais, salões de beleza, até mesmo a criação dos jornais, da hoje chamada Imprensa Negra Paulista (DOMINGUES, 2004).

Apartadas de muitas agremiações de nacionais e imigrantes, as reuniões em salões e os bailes constituíram importantes pontos de concentração e sociabilidade da população negra em diversos bairros centrais de São Paulo, todos esses agrupamentos eram mantidos pelos próprios membros, o que mostra a intrincada rede de apoio comunitário existente entre eles (DOMINGUES, 2004). Os encontros se estendem até os dias de hoje, com as devidas características e diferenças entre gerações, os bailes “charme”, ocorridos entre 1970-1980, os encontros de *hip hop*, *rap*, *slam*, saraus, os bailes *funks*, passando pelos encontros de adolescentes das periferias em *shoppings centers*, os chamados “rolezinhos”, ainda ocorrem nas ruas da cidade, sejam ocupando as ruas centrais, sejam nas periferias (1000 trutas..., 2006).

Dentro desse contexto, os jornais da Imprensa Negra Paulista eram importantes meios de comunicação com essa parcela da população; inspirados pelos jornais dos imigrantes, os negros também desenvolveram seus próprios folhetins. Com circulação restrita e baixas tiragens, eles eram mais simples, quase exclusivamente só com textos, com poucas ou sem imagens, e cerca de 4 a 10 laudas, eram editados e impressos pelos próprios redatores, muitas vezes em suas próprias casas e financiados por eles e pelas associações negras, por isso muitos foram descontinuados rapidamente ou não tinham uma periodicidade regular.

Os jornais tinham como pauta o cotidiano dos “homens de cor” - como eles mesmo se denominavam, espaços para indicar a situação social e política, denunciar a truculência policial, o “preconceito de cor”, as dificuldades em conseguir empregos ou as precariedades sofridas pela comunidade na época. Além disso, eram utilizados para manifestações políticas e artísticas por meio de poesias, poemas e crônicas, homenagear abolicionistas e celebrar datas importantes, como o treze de maio. Havia seções para informar sobre as reuniões e bailes,

citados anteriormente, aniversários e falecimentos e dicas de educação, cultura e etiqueta, para que a população negra fosse mais valorizada e respeitada; por exemplo, eram recorrentes artigos que alertavam sobre o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e reforçavam a importância de estarem sempre ‘bem trajados’ e com “boa aparência” (DOMINGUES, 2004; ROCHA, 2018).

Os jornais da imprensa negra constituem importantes ferramentas para compreensão de todas as questões elencadas por Domingues e Santos. Esses autores conseguem nos mostrar as diferentes formas de expressão e manifestações negras na Paulicéia no pós-abolição, seja no âmbito econômico, seja no social e cultural, essa parcela da população se mantinha presente mesmo com o massivo branqueamento da cidade, opressões e racismos que limitavam seu acesso aos trabalhos ou lazeres.

A cidade que tentava invisibilizar esses sujeitos negros a todo custo é a mesma que negligencia a memória e a história negra nos dias hoje. O que vimos até aqui foi um constante processo racista, de “uma cidade que se queria branca” (ROCHA, 2018), mas por meio de um processo de resistência dos povos negros que ajudaram a construir e manter a cidade, hoje conseguimos reivindicar, legitimar e visibilizar essas histórias.

4.3 Narrativas reivindicadas: a memória da cidade

Sodré (2002, p. 19) nos alerta sobre como as cidades brasileiras são “capitalisticamente planejadas”, tudo é pensado, organizado e executado, “desde o traçado das ruas, a valorização dos bairros e a construção de prédios majestosos até a localização dos lugares de serviço público”. São Paulo é um exemplo disso, foi modificada estrategicamente para fascinar, ludibriar e, como também reforça o autor, “esmagar as diferenças”.

Mas, mesmo em um espaço territorial que sofre e exerce essa influência europeia e branca, há também aqueles que se opõem a essa hegemonia, por meio dos seus próprios símbolos e valores culturais. As chamadas por Sodré de culturas de *Arkhé*, as culturas indígenas e afro-brasileiras, redefinem, ressignificam e resistem às opressões através de um constante processo de “remanejamentos do espaço territorial” (SODRÉ, 2002).

As cidades aqui são entendidas como territórios nos quais a história e a memória estão em constantes disputas devido às interações dos sujeitos. Como afirma Sodré (2002, p. 22) “a História dá-se num território, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma identidade grupal”, e em São Paulo não é diferente. Como já vimos até aqui, diversos fatores podem influenciar nessas dinâmicas sociais e nas narrativas da cidade. As reflexões trazidas por Guillen (2018) sobre as marcas negras na cidade de Recife podem ser

transportadas para São Paulo. Sabendo que a população negra também ajudou a construir e desenvolver a cidade e, como vimos, São Paulo também possuiu seu contingente de escravizados, seus descendentes permaneceram e ainda hoje a compõem. Onde encontram-se essas referências à história da São Paulo escravocrata e por que pouco é contado sobre isso nas narrativas da cidade?

As narrativas oficiais ocultam essa história, como reforçou Le Goff (1990, p. 109) a historiografia também é encontrada nos silêncios e ausências, são essas lacunas que geram questionamentos. O autor completa: “[...] devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos”.

Domingues (2004) nos recorda que a história é socialmente construída e, em grande parte, estabelecida por uma elite econômica e intelectual que determina a preservação de um passado de acordo com os próprios interesses. Ao falar sobre o passado, Urry (1999, p. 150) é categórico: “a questão não reside em saber se devemos ou não preservar o passado, mas que tipo de passado escolhemos para preservar [...]”, o autor explicita um jogo de interesses que envolve a preservação desse passado e essas escolhas **não são arbitrárias**, mas escolhidas **intencionalmente** para destacar ou ocultar algo. Isso nos leva à discussão sobre a memória.

A memória, entendida aqui como a “faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos [...]” (HOUAISS, 2009), é influenciada e influencia de acordo com as perspectivas dos sujeitos, essas lembranças são transformadas por meio de interações sociais e reinterpretações constantes, tanto em nível coletivo como individual (HALBWACHS, 1990). Dessa forma, as memórias, tal qual a história, são socialmente construídas (BRUSADIN, 2018; HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1990; NORA, 2012; POLLAK, 1992).

A memória evoca um sentimento de unidade, de identidade e até mesmo de pertencimento, por isso está vinculada intrinsecamente à memória coletiva. Ao reforçar os acontecimentos e reinterpretações do passado de um grupo que se quer salvaguardar, essas memórias coletivas buscam manter as similaridades que os unem, isso ocorre em seus mais diversos núcleos, seja familiar, escolar, religioso, profissional e até num sentimento de identidade nacional (POLLAK, 1989). Desta forma, a memória coletiva se torna uma importante ferramenta de controle e manipulação. Le Goff (1990, p. 426) alerta como esse domínio é uma preocupação para aqueles que detêm o poder:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos

indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Corroborando com o autor, Pollak (1989, 1992) ainda diz que a memória nacional é a mais “legítima das memórias coletivas”, sua importância é tanta que as definições de “datas e acontecimentos [que] vão ser gravados na memória de um povo” ocorrem por meio de disputas, conflitos e do jogo político. Em meio às disputas para determinar essas memórias nacionais, os monumentos são utilizados como a materialização visível para consagrar lugares.

A interseção entre a história e a memória é chamada por Pierre Nora (2012) de lugares de memória. Para se constituir um lugar de memória é necessária a coexistência em três sentidos, que podem aparecer em diversos níveis: o **material**, que o vincula a algo físico, palpável; o **simbólico**, que reforça seu papel de ritual, sendo representativo e/ou alegórico de algo passado, e o **funcional**, pois ao mesmo tempo em que retrata o passado, também o transmite no tempo presente. A aceção dos três sentidos forma os lugares de memória, que se configuram em espaços representativos da história, aquele passado que se quer lembrar, e da memória, o aspecto que evoca o sentimento de pertencimento.

Nesse processo de conjunção entre memória, história e identidade, Brusadin destaca a participação do patrimônio cultural na atividade turística, reinterpretado como atrativo cultural. O autor compreende patrimônio cultural como “[...] todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região e da época específica” (BRUSADIN, 2015, p. 81) e reforça que não há como desvincular o patrimônio de seu caráter simbólico; por mais que tenha sido construído por grupos hegemônicos, é a sociedade que atribui esse valor e o legitima. Brusadin entende patrimônio cultural como um conceito flexível, plástico, que pode ser moldado e reorganizado de acordo com as discussões e interesses de um tempo e espaço específicos.

Para ele, o caráter simbólico atribuído ao patrimônio cultural pode auxiliar na compreensão dos processos históricos e identitários de determinada cultura. Brusadin enfatiza que essa relação entre o patrimônio cultural e Turismo acaba por interferir no “processo de construção e reconstrução da identidade” e alerta que essas intersecções não significam que elas sejam autênticas, já que esse processo de construção de narrativas do passado pode excluir e até mesmo discriminar outras perspectivas (BRUSADIN, 2014, 2015).

Partindo da premissa apresentada, o Turismo pode reforçar narrativas por meio desses patrimônios, caso não sejam contestadas ou reivindicadas por outros grupos sociais ou até

mesmo pelos próprios atores da área. Ou seja, esses locais se tornam referências para rememorar o passado por meio da atividade turística, mas, como vimos, até suas ausências têm algo a dizer.

Os silêncios citados por Le Goff (1990) aparecem ao tentarmos reconstruir a história afro-brasileira e afro-paulistana. A partir das análises feitas até aqui e o registrado pela história oficial, há indícios para contestar e reivindicar essas narrativas e buscar compreendê-las por meio desses patrimônios. O que nos mostra que a memória e a história negras estão em um constante processo de (re)descoberta e (re)conhecimento. Nas disputas entre o passado e o presente encontra-se o Turismo e busca-se reconstruir essas narrativas nas cidades e desvelar o que outrora estava escondido.

5 TERRITÓRIOS NEGROS EM SÃO PAULO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Essas disputas por territórios, pela história e pela memória também ocorrem na cidade de São Paulo – e em várias capitais brasileiras. São lutas para reivindicar uma história não contada e contestar a história oficial, que ofusca a participação das minorias sociais nessas construções narrativas, recai sobre os espaços públicos, nos lugares de memória, por meio dos patrimônios e, conseqüentemente é reforçada pelo Turismo. O que Michael Pollak (1989) chamou de “memória subterrânea”, aquela que destaca as análises e perspectivas das minorias, é o que entendemos por narrativas **reivindicadas**, os processos que deixam em evidência esses resgates coletivos que resistem nos espaços, mesmo diante de um sistema de opressão, no caso desta pesquisa, um sistema racista e embranquecido.

Se a história oficial preserva e enaltece um passado parcial, faz-se necessário ampliarmos as discussões e contestá-la. Retomando a fala de Urry (1999), o passado que se escolheu preservar traz inúmeras pistas de como se construiu a narrativa da sociedade paulistana. O que a cidade de São Paulo quer mostrar e preservar?

Hoje, ainda espanta trazer à tona a São Paulo escravagista, como se a cidade tivesse sido apartada desse processo que assolou todo o país. Identificar esses espaços nos quais a presença negra se encontrava na cidade é reconhecer as marcas da escravidão e legitimar a participação da população negra no desenvolvimento da cidade. Como veremos, os lugares de memória, aqueles materializados com pedra e cal, realmente são poucos, mas mesmo essas ausências devem ser explicadas, justamente para compreender as diferentes fases e as evoluções desses processos de escolha do que hoje chamamos de memória paulistana. Para além do passado escravocrata da cidade, as manifestações culturais negras encontram-se presentes e pulsantes nos dias de hoje, justamente pelos movimentos negros que se mantiveram ativos, nos relembrando e nos aproximando desse lado da história paulistana.

O Brasil é o país com a maior população negra fora da África, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), estima-se que a população negra brasileira seja de 56,4% – para o órgão, a somatória de pretos e pardos constitui a categoria “negros”. Ainda segundo o IBGE, no município de **São Paulo essa parcela corresponde a 40%, o que representa aproximadamente 4,9 milhões de negros, tornando a cidade com a maior população negra do Brasil.**

Em quase quatro séculos, estima-se que 4,8 milhões de africanos foram transportados ao Brasil na condição de escravizados (O'MALLEY; BORUCKI, 2017), agora esse mesmo

número de pessoas, descendentes de inúmeras nações e tribos africanas, continuam ocupando o centro e as bordas de uma única cidade, seja para trabalhar ou usufruir das atividades culturais, e lutam para ter suas histórias reconhecidas na maior cidade da América Latina.

O resgate ao passado da presença negra na cidade de São Paulo, sobretudo no que diz respeito à memória histórico-arquitetônica, é uma tarefa árdua. Muitos patrimônios de “pedra e cal”, principalmente aqueles dos séculos passados, foram demolidos no processo de modernização da cidade. Por isso, a seguir, daremos ênfase a eles e a personalidades negras que ocuparam esses espaços, mesmo quando não há resquícios físicos desses lugares.

O resgate da memória e da identidade negra paulistana traz uma crítica a essas ausências, e quando essa materialidade está presente, amplia-se a discussão para falarmos sobre o patrimônio cultural como compreendido por Brusadin (2015), um processo híbrido, que envolve tanto o valor simbólico imaterial, como o espaço físico construído no processo de formação dessa memória e identidade.

Agora iremos analisar a região central de São Paulo e como as tentativas de apagamento se deram na construção da cidade, além de mostrar como a presença negra resistiu nesses espaços. Em 2008, a divisão do Arquivo Histórico Municipal, vinculado ao Departamento do Patrimônio Histórico Municipal de São Paulo (DPH) e à Secretaria Municipal de Cultura, em comemoração aos 455 anos da cidade, disponibilizou *online* onze plantas do livro “São Paulo Antigo: Plantas da Cidade”, publicado em 1954 em comemoração ao IV Centenário da Paulicéia (CAMPOS, 2008).

Figura 1 - Carta da capital de São Paulo (1842)

Fonte: Ourique (1842 *apud* CAMPOS, 2008).

As onze plantas mostram a evolução da cidade no período compreendido entre 1810 e 1897. Os mapas e cartas são importantes documentos que mostram diferentes fases do desenvolvimento da São Paulo na época colonial, imperial e no início da Primeira República. Os documentos são distribuídos ao longo de 10 anos: 1810, 1841 – em duas versões distintas, 1842, 1847, 1855, 1868, 1877, 1881, 1890 e 1897(CAMPOS, 2008). Além disso, nos permitem outras análises; se falamos de leis e códigos que interferiram na vida da cidade, esses mapas deixam registrado o apagamento da presença negra em São Paulo.

Desses onze documentos, aqueles referentes aos anos de 1855, 1890 e 1897 exibem somente os traçados das ruas com seus nomes, como não há indicações das construções e/ou monumentos ou legendas, optou-se por desconsiderá-los, já que não era possível identificar a maioria dos espaços analisados. Para a pesquisa foram selecionados seis locais com forte presença negra à época e que hoje são rememorados nos roteiros turísticos e caminhadas pelo centro, são eles: a forca, a Capela e o Cemitério dos Aflitos, o pelourinho, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos e o obelisco dos Piques.

Dentre as oito plantas selecionadas, todas omitem a presença do pelourinho da cidade, localizado onde hoje é o Largo Sete de Setembro. Contudo, a Cadeia, que ficava bem próxima ao pelourinho, aparece em sete mapas. Algo semelhante ocorre com a Capela dos Aflitos; embora seja frequente a presença e indicação das Igrejas nesses documentos, a capelinha do

século XVIII, que fazia parte do primeiro cemitério público, não foi indicada em nenhuma das plantas. Se considerarmos que a Capela ficava dentro do terreno do Cemitério, ele é indicado somente em três plantas, dos anos 1841a, 1841b e 1847.

A forca, localizada na atual Praça da Liberdade, somente é representada na planta de 1842. Na contramão dessa tendência está a Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos, sendo a única que aparece em todas as plantas, como veremos adiante, não a apagaram do mapa, mas no início dos anos 1900, o terreno foi desapropriado e mudado de lugar. O Piques, construído em 1814, é referenciado em seis plantas, este foi o único caso no qual identificou-se o monumento por meio dos nomes do logradouro, algumas nomenclaturas utilizadas foram: subida do Piques, Rua do Piques e Largo/Monumento da Memória, e todos equivalem à localização do obelisco.

Além dos seis elementos selecionados, destaca-se a região onde hoje se localiza a Bela Vista e o bairro do Bixiga, identificado nas cartografias como Vale/Rio do Saracura ou como Bexiga, com a vogal E, o local é referenciado cinco vezes.

Figura 2 - Detalhe da forca indicada na carta da capital de São Paulo (1842)

Fonte: Ourique (1842 *apud* CAMPOS, 2008).

Figura 3 – Adaptado da carta da capital de São Paulo (1842)

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Utilizou-se a carta de 1842 (Figuras 1 e 2) para ilustrar os mapas da época por ser a única a indicar a força da cidade. Baseado nas demais plantas e documentos, a Figura 3 acima foi adaptada para este trabalho a fim de deixar em evidência os territórios negros ou aqueles que, de alguma maneira, remetam a essa presença negra do período.

Como indicado pelo IBGE (c2020b), os mapas são instrumentos de comunicação que têm por objetivo representar uma proposta de interpretação de determinado espaço de acordo com padrões estabelecidos por quem o propõe. Logo, essa forma de interpretação pode ou não contemplar com exatidão a realidade de uma época. É evidente que essas plantas não representam todas as cartografias da época, contudo, é importante observar a narrativa daqueles que fizeram a seleção em comemoração ao IV Centenário de São Paulo (1954). As plantas escolhidas marcam sim, o almejado progresso e modernização da cidade, representado pelo aumento e alargamento das vias. Apesar de não podermos afirmar que, em sua totalidade, as plantas excluía lugares simbólicos sobre a presença negra de forma proposital, intriga o fato de que importantes pontos da área central, como o cemitério, a força e o pelourinho não estejam retratados em mapas tão bem detalhados da cidade.

A ausência desses territórios numa época escravocrata gera questionamentos, por meio dos levantamentos expostos anteriormente. Pressupõe-se que não havia interesse de apresentar esses pontos como “oficiais”, registrados nas plantas da cidade, por mais que fizessem parte do

cotidiano da época. Esses mapas compuseram o álbum comemorativo de plantas históricas e como reforça Campos (2008, *on-line*) o objetivo não era apenas

[...] documentar o extraordinário fenômeno demográfico, econômico e social ocorrido na cidade de São Paulo durante o século XIX, mas infundir aos cerca de dois milhões e trezentos mil habitantes da cidade gigante de 1954 a confiança necessária à continuação de um esforço de crescimento e progresso até então sem precedente na história brasileira.

O livro era uma homenagem para exaltar o crescimento e a modernização da cidade, além de um incentivo para a continuidade desses projetos. Exibir as marcas da escravidão – e consequentemente a população negra que ali habitava – indicaria um retrocesso, uma mácula no passado construído tão arduamente pelos paulistanos. Vincular a “locomotiva do país” à escravidão atrapalhava os objetivos de uma cidade que se queria sinônimo de progresso e exemplo, então era mais adequado ocultar esses fatos, como bem reforça o hino da República (1890) e que cabe à São Paulo “nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País”.

O objetivo inicial ao pesquisar os mapas era imprimir maior precisão aos locais citados no decorrer do estudo, mas, ao analisá-los, o que se sobressaiu foi outro aspecto: a ausência de determinados pontos na cartografia de São Paulo. Após todas as leis, os pensamentos eugenistas e higienistas da época, também podemos interpretar como uma forma de ocultar os lugares “feios”, insalubres da cidade, aqueles “indignos” e indesejados os quais faziam lembrar essas presenças em São Paulo. Campos (2008, *on-line*), ao explicar sobre a expansão da cidade, é categórico ao dizer que a região da Capela dos Aflitos e forca era um local de desprestígio, perigoso, do qual a elite da época “procurava a todo custo se afastar”.

A partir das informações desses mapas e também dos territórios negros apontados pelos pesquisadores Domingues (2004), Santos (2008) e Ferreira (2018) que aparecem constantemente nos roteiros afrocentrados, selecionaram-se três territórios na cidade que exaltam a negritude para evidenciar essas marcas negras que ainda evocam a ancestralidade afro-paulistana e suas disputas político-sociais, sejam com os governantes, sejam com os imigrantes; são eles: os distritos Sé, República, Liberdade e Bela Vista.

fosse para enterrar os mortos no cemitério anexo à Igreja, celebrar missas fúnebres, tratar dos doentes e famintos, fosse para angariar fundos para compras de alforrias e abrigar escravizados fugidos (CASTRO, 2006; MARTINS, 1911; MELO; BANDEIRA, 2016; RIBEIRO, 2016; ROCHA; ZANELLI, 2018).

Após a abolição, as congadas, batuques e moçambiques se mantiveram no principal centro comercial da época, o Largo do Rosário ainda reunia essa mesma população negra em torno da Igreja vendendo seus itens nos tabuleiros, como podemos observar na figura 5 abaixo. Contudo, os comerciantes e moradores da região ficavam incomodados com as celebrações e encontros dos negros em torno dos comércios e os denunciavam, a polícia então reprimia os cortejos e festejos do Rosário (ROCHA; ZANELLI, 2018). Sob a justificativa de modernização da capital, as constantes reclamações incentivaram as criações de leis e códigos para desincentivá-los e proibi-los, como o código de posturas, sobretudo em uma das áreas mais importantes da cidade, que também era palco dessas manifestações culturais negras.

Figura 5 - Igreja N. S. do Rosário dos Homens Pretos

Fonte: Autor desconhecido (1904). Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Em 1903, a prefeitura desapropriou a Igreja do Rosário por meio das leis 670 e 698 (SÃO PAULO, 1903), após pagamento de uma indenização em dinheiro e cessão de um “pequeno terreno” para sua reconstrução. Nas atas da Câmara Municipal, encontram-se reclamações de comerciantes e moradores contrários à escolha do Largo do Paçandu¹ como nova sede da Igreja, com a alegação de que um terreno público não poderia ser repassado para uso privado a terceiros. Na recorrência da discussão, a resposta do então prefeito Antônio da Silva Prado reforça que a concessão de terrenos públicos para igrejas já havia ocorrido anteriormente e uma fala se destaca (SÃO PAULO, 1904, p. 413, grifo nosso):

[...] não pode a Irmandade dar-lhe outro destino, e não priva a Câmara os moradores do uso e gozo do largo, e ainda menos os do município – de um logradouro público que, ao contrário, continuará a ter as mesmas alamedas e **receberá outros melhoramentos indispensáveis, tornando-se, dessa sorte, de pouco concorrido que é atualmente, mais procurado e frequentado.**

Ou seja, a Igreja, que se encontrava no centro comercial da cidade, foi desapropriada para um lugar “pouco concorrido” e para uma área a qual precisava de “melhoramentos indispensáveis”, muito diferente de sua localização inicial, região já consolidada e bem estruturada. Ainda nos registros sobre a nova sede do Rosário, Antônio Prado destaca que o novo plano seria elaborado pela prefeitura e ganharia uma “arquitetura moderna”, e que mesmo os moradores que eram contrários iriam se beneficiar disso e concordar com o embelezamento do Largo do Paçandu. O projeto do prefeito deu certo. A Câmara não validou a solicitação e seguiu o acordado com a Irmandade.

A Igreja, então com quase 200 anos, foi demolida, desapropriada e recebeu sua nova sede em 1906, após dois anos de obras, no Largo do Paçandu, local onde se encontra até os dias de hoje. O nome do antigo Largo do Rosário foi alterado em 1905 para Praça Antônio Prado. No terreno desapropriado foi erguido o Palacete Martinico Prado – em homenagem ao irmão do prefeito, e projetado por Ramos de Azevedo. O local foi sede do Jornal O Estado de São Paulo, do Citibank e hoje abriga a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a Bolsa de Valores do Brasil, (CASTRO, 2006; PELEGRINI, 2015; SCHOLZ, 2014). O mesmo prefeito que desapropriou o Rosário dos Homens Pretos de sua antiga sede, defensor da política imigrantista e modernizadora em São Paulo, usurpou para si o nome do território negro.

No início dos anos 1900, a cidade passando por processos acelerados de modernização com viés higienista, a aplicação dos códigos de posturas e a forte presença imigrante fazem

¹ A grafia utilizada é aquela apresentada pelo Dicionários de Ruas da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/largo-do-paicandu-paissandu>. Acesso em 19/10/2020.

com que a cidade seja remodelada, e as transformações vieram em conjunto com essas medidas normativas. A relocação do Rosário para uma área menos desenvolvida, um “pequeno terreno”, constantes protestos dos moradores e comerciantes tanto no antigo largo e até mesmo antes de se consolidar a transição para o Paiçandu, nos permitem dizer que essas desapropriações foram amparadas por essa política com viés racista, que não considerava a importância de uma Igreja com quase dois séculos, cujas tradições foram questionadas e reprimidas naquele espaço. O que interessava era o crescimento da cidade e retirar as referências coloniais, do passado escravocrata e dos sujeitos negros dos lugares visíveis. Essa prática permeou o período e ainda recai sobre os dias de hoje.

Figura 6 - Vista do Largo do Rosário no início séc. XX

Fonte: Gaensly (1902?). Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Após todos esses acontecimentos, a Praça Antônio Prado reprimiu suas marcas negras por mais de 100 anos. Em 2011, a Igreja e sua irmandade receberam a placa de 300 anos em sessão solene na Câmara dos Deputados. Por vezes, os processos históricos nos mostram essas evoluções; a casa da Câmara, onde as batucadas foram questionadas, deslegitimadas e proibidas, é o mesmo espaço que hoje reconhece sua notoriedade para a população negra paulistana (SÃO PAULO, 2011). Em 2016, por meio de um concurso promovido pela

Coordenação de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, o artista negro José Ferreira dos Santos, o Jofe Santos, instalou a estátua de bronze em homenagem a **Zumbi dos Palmares**, líder do Quilombo dos Palmares/AL, e em sua placa rememora a localização inicial da igreja.

Figura 7 - Estátua de Zumbi dos Palmares – Praça Antônio Prado

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2019.

Hoje, no Largo do Paiçandu, no distrito da República, a igreja amarela, em frente à Galeria do Rock, se destaca na praça e ainda mantém suas tradições com congadas, festejos, missas inculturadas que mesclam ritos católicos com elementos africanos. Além de continuar com seu caráter assistencial. Em maio de 2018, após o incêndio e desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, foi em sua nave central que as doações foram protegidas e seus arredores serviram de abrigo para os moradores que ocupavam o antigo prédio².

² AMÂNCIO, T. Após incêndio, igreja fica lotada de doações e precisa fechar as portas no centro de SP. **Folha de São Paulo**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/apos-incendio-igreja-fica-lotada-de-doacoes-e-precisa-fechar-as-portas-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em 18/10/2020.

Em 1955, após articulações entre o Clube 220, entidade negra da cidade, e a Câmara dos Vereadores, integrando parte das celebrações ao IV Centenário da Cidade, foi inaugurado o monumento à **Mãe Preta**, como forma de homenagem às negras escravizadas conhecidas como “amas de leite”(STUMPF; VELLOZO, 2018). Elaborada por Júlio Guerra – mesmo escultor do bandeirante Borba Gato, a escultura traz uma mulher negra, escravizada, com os seios à mostra, amamentando uma criança branca. Em uma das faces de sua base de mármore, um trecho do poema homônimo de Cyro Costa está transcrito: “Mãe preta, escravidão do amor, a criar os filhos alheios, rasgou, qual pelicano, as maternais entranhas, e deu à Pátria Livre, em holocausto, os seios!”. Em outra lateral, há uma espécie de casa grande, um tronco de tortura com grilhões no chão e, paralelo a ela, silhuetas de escravizados em suas ocupações do período escravocrata.

Apesar da idealização do monumento ter partido de uma agremiação negra, sua execução não agradou a todos. José Correia Leite foi categórico ao dizer que a representação não condizia com a realidade e que com aquelas feições desproporcionais e “deformadas”, não entraria na casa grande (SILVA, 2007, p. 99 *apud* STUMPF; VELLOZO, 2018, p. 185) e reforça:

Se fosse uma branca não permitiriam que um artista fizesse uma figura deformada como aquela. Por que não fizeram como um José Bonifácio que tem ali na Praça Ramos, o Anchieta da praça da Sé, todos os outros monumentos com traços bonitos? Por que fazer uma negra descomunal, quando todo mundo sabe que uma negra daquela não entraria na casa grande para dar de mamar a um filho de senhor, com aquele pé grande?

A figura da mãe preta, como idealizada no monumento, é controversa, pois pode passar uma visão romantizada – bem próxima às falas de Gilberto Freyre, o qual sugere, como nos versos do poeta Cyro Costa, que a mãe negra se sacrificava por amor à criança branca a qual amamentava e pela qual zelava e, com isso, também contribuía para o desenvolvimento da pátria. Nesse contexto, a mãe preta representaria a conexão maternal entre negros e brancos, unindo a nação e os irmãos de leite. Como bem pontuado por Deiab (2006, p. 140), todo o sofrimento da mãe preta “não causou sua revolta, pelo contrário, a santificou”.

Para além dos estereótipos das feições retratadas na escultura, é possível ressignificá-la: a mãe negra também representa a força da mulher negra escravizada, o sofrimento pelas violências físicas e psicológicas, estupros sofridos, pelos filhos perdidos e compulsoriamente afastados de seu convívio. A Mãe Preta também é resistência.

Segundo o DPH (2010), o monumento também é um local de prática de religiosidade, não somente católica, mas das religiões de matrizes africanas, muitas vezes recebendo oferendas,

velas, flores e pedidos de orações, além de ser referência às comemorações do 13 de maio e 20 de novembro. Em 2004, o monumento foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), reforçando ainda mais seu valor cultural e representativo para a população negra e para a cidade.

Figura 8 - Monumento à Mãe Preta e Igreja do Rosário dos Homens Pretos

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Em ambos os espaços ocupados, a Igreja do Rosário foi/é um sinônimo de resistência negra. Os diversos usos dados pela população negra mostram a sua constante presença e interação territorial nesses espaços de memória. A trajetória da Igreja do Rosário dos Homens Pretos representa, ao mesmo tempo, as tentativas ostensivas de apagamento e a resistência negra da cidade, resistindo às reprimendas, celebrando os vivos e os mortos, professando a fé e a religiosidade, amparando ontem e – ainda hoje – a história negra paulistana. Como bem definiu Ribeiro (2016, p. 134), a Igreja do Rosário “representou a um só tempo: identidade, templo e refúgio.”

Além da Igreja N. S. do Rosário, o centro teve um importante personagem, também relacionado às ruas, à religiosidade e ao desenvolvimento da cidade: Joaquim Pinto de Oliveira, o **Tebas**, o arquiteto negro da São Paulo escravocrata.

Nascido em Santos/SP, Tebas (1721-1811) passou parte da vida escravizado e conseguiu sua alforria por meio de ação judicial entre os 57-58 anos, e era um exímio conhecedor de alvenaria (FERREIRA et al., 2018). Os autores do livro sobre o arquiteto relatam

que o reconhecimento de Tebas só foi possível devido aos arquivos encontrados na Cúria Metropolitana de São Paulo e de outras entidades religiosas que comprovam sua existência e contribuições à cidade, e reforçam ainda que existiram vários outros “Tebas”, anônimos, exímios conhecedores de diversos ofícios, mas que a ausência de documentação nos impede de localizar e reconhecer.

Numa cidade construída em taipa de pilão, Tebas destacou-se por sua habilidade em talhar pedras. Entre suas obras reconhecidas estão: a torre da antiga Catedral da Sé, ornamentos no Mosteiro São Bento (1766), a fachada da Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1775 e 1778), da Igreja da Ordem Terceira do Seráfico São Francisco (1783) e o Chafariz da Misericórdia (1792) (FERREIRA et al., 2018).

Figura 9 - Homenagem do Google Brasil ao Tebas

Fonte: Vergani (2020).

Para esta pesquisa, iremos destacar duas dessas obras: o frontispício da Terceira Ordem do Carmo e o Chafariz da Misericórdia. Os registros localizados por Ferreira *et al* (2018) indicam contrato de serviço para realização dos arcos assinados por Joaquim Pinto de Oliveira em 1772. A obra foi concluída em 1775. O restante da fachada da Igreja, que inicialmente tinha outro responsável, passou em 1776 para a responsabilidade de Tebas, que finalizou o serviço em 1778 (FERREIRA et al., 2018). O trabalho original de Mestre Tebas na Ordem Terceira do Carmo pode ser visto ainda hoje, mais de 240 anos depois, na Avenida Rangel Pestana, na região central, próxima à Praça da Sé.

Figura 10 – Frontispício da Igreja da Ordem Terceira do Carmo

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Sua outra obra, o Chafariz da Misericórdia, não se encontra mais de pé. O implacável processo modernizador o excluiu da paisagem paulistana, mas seus registros demonstram sua importância em uma época na qual a cidade sofria com constantes problemas de abastecimento de água. A partir da canalização da água do Anhangabaú, Tebas projetou e construiu, em 1792, o primeiro chafariz público de São Paulo, talhado em pedra e com quatro torneiras. Além do abastecimento de água, o local era ponto de encontros dos escravizados que o faziam de lugar de socialização, lazer, além de concentração para as manifestações contra a falta d'água na cidade (FERREIRA et al., 2018). Na figura 11 abaixo, retirada do acervo do Museu da Cidade, observa-se ao fundo a Igreja da Misericórdia e a sua frente o “chafariz do Tebas”, como também era conhecido.

Segundo o Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM) (2020a), o chafariz ficou instalado no local até 1886, quando foi transferido para o bairro da Santa Cecília e desmontado definitivamente, em 1903. Apesar da demolição da Igreja, em 1888, e do Chafariz, o Largo da Misericórdia ainda existe entre as Ruas Direita, Quintino Bocaiúva e Álvares Penteado, a travessa continua sendo um lugar de passagem pelo centro da cidade. Na Jornada do Patrimônio 2020, uma réplica do Chafariz foi inserida em seu local de origem como podemos ver na figura 12, mais abaixo.

Figura 11 – Igreja da Misericórdia e o “Chafariz do Tebas”

Fonte: Azevedo (1860c). Acervo do Museu da Cidade.

Figura 12 – Réplica do “Chafariz do Tebas”

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

O reconhecimento de Tebas veio apenas em 2018, 207 anos após sua morte, por meio do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP), quando ele recebeu o título de “arquiteto”. Essa homenagem veio após a comprovação de sua existência e contribuição para a cidade, por meio dos registros remanescentes de seus contratos. Em junho de 2020, o Google o homenageou com uma ilustração em sua página de buscas, como consta na figura 9. Por fim, em 20 de novembro de 2020, depois de reivindicações dos movimentos negros, uma estátua idealizada pela arquiteta Francine Moura e pelo artista plástico Lumumba Afroindígena foi instalada em sua homenagem na Praça Clóvis Belacqua, próxima à Igreja da Ordem Terceira do Carmo e à Catedral da Sé. Joaquim Pinto de Oliveira finalmente está eternizado na paisagem da cidade que ajudou a construir.

Nos idos de XVIII, as habilidades e conhecimentos de Tebas ajudaram a modernizar uma São Paulo de taipa de pilão, mas foi esse mesmo processo de modernização, séculos depois, que ocultou sua existência e contribuições durante tantos anos. Somente agora podemos homenageá-lo e mostrar sua relevância para a cidade. A existência do Tebas corrobora o que autores como Domingues (2004), Santos (2008), Kabengele (2009, 2019), Moura (2014), e outros afirmam em seus textos; Tebas era mestre de muitos ofícios e saberes, mas um processo sistemático, racista e negacionista invisibilizou a história desses legados negros.

Figura 13 - Estátua a Joaquim Pinto de Oliveiras, o Tebas

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

O distrito da Sé ainda abriga o **Largo da Memória e o Obelisco do Piques**, construído por Daniel Pedro Muller em 1814, foi o primeiro monumento da cidade. Não há um consenso sobre os motivos de sua criação, mas entende-se que ele foi erigido para eternizar algo e por isso recebeu o nome de Largo e Ladeira da Memória (OLIVEIRA, 2018). O Largo contava com um chafariz onde escravizados lavavam roupas e que abastecia as casas e os tropeiros que passavam pela região, como podemos observar na figura 14. Por ser uma das principais estradas que ligava ao interior e a porta de entrada da cidade, alguns autores afirmam que ali também ocorriam leilões de escravizados; o espaço era utilizado como um mercado de troca, compra e venda (CASTRO, 2006; MARZOLA, 1979; SALIBA, 2016; STEVENS; DE MEULDER, 2019). Segundo Oliveira (2018), o chafariz foi removido em 1872. Para celebrar o Centenário da Independência do Brasil, em 1921, o largo foi revitalizado e ganhou as escadarias e o painel de azulejos azuis e brancos, projetados pelo arquiteto Victor Dubugras e pelo artista plástico José Wasth Rodrigues, figura 15, que ainda hoje se encontram ao lado da Estação Anhangabaú do metrô.

Segundo Rocha e Zanelli (2018) mesmo no pós-abolição, o Largo da Memória ainda se manteve como um lugar de encontros e articulações políticas da população negra, o que indicava uma forte presença de famílias negras na região.

Figura 14 - Largo da Memória e Obelisco do Piques

Fonte: Azevedo (1862). Acervo do Museu da Cidade.

Figura 15 - Detalhe do painel de José Wasth Rodrigues

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Figura 16 - Obelisco do Piques

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Localizado entre os distritos da República e da Consolação, encontra-se o Largo do Arouche, com destaque para um monumento instalado em sua praça, o busto em homenagem a **Luiz Gonzaga Pinto da Gama**, advogado, escritor e importante líder abolicionista do séc. XIX.

Luiz Gama nasceu livre, na Bahia, em 1830, filho de Luiza Mahin, africana liberta da Costa Mina, e pai de origem portuguesa, foi vendido como escravo ainda criança pelo próprio

genitor. Segundo carta³ escrita em 1880 por Gama, os escravizados de origem baiana tinham fama de revoltosos e insubordinados, devido a isso foi rejeitado por vários compradores, ficando como escravo doméstico do senhor que tentava comerciá-lo.

Aos 17 anos, faz amizade com um hóspede da casa em que morava, Antônio Rodrigues do Prado Junior, e aprende a ler. No ano seguinte, consegue provar que nasceu livre e foge para a capital. Nos anos que se seguiram, Luiz Gama, autodidata, foi cabo, copista e escrivão (FERREIRA, 2008; MORAES, 2020; STUMPF; VELLOZO, 2018). Em 1850, numa São Paulo escravocrata, mesmo enfrentando hostilidades de professores e alunos, ingressa na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, não conclui o curso, mas continua frequentando a biblioteca (FERREIRA, 2019).

A ausência de diploma não o impede de atuar como advogado na causa abolicionista, tendo sido um dos maiores líderes do movimento no Brasil. Gama alforriou, de graça e por vias legais, mais de quinhentos escravizados. Além de jurista, ele foi jornalista e poeta, escrevendo críticas em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, como define a pesquisadora Ligia Fonseca Ferreira, “Gama persegue e conquista a palavra escrita, que se converteria em seu ganha-pão, apanágio e arma de combate” (FERREIRA, 2008, p. 309).

Figura 17 - Retrato de Luiz Gama

Fonte: Azevedo (1880c).

³ Reportagem no jornal o Estado de S. Paulo disponibiliza, na íntegra, a carta de Luiz Gama ao amigo Lúcio Mendonça. GAMA, L. Treze de Maio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 1909. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19090513-11111-nac-0003-999-3>. Acesso em: 07/05/2020.

O ilustre abolicionista Luiz Gama não presenciou a abolição; faleceu em 24 de agosto de 1882 e foi sepultado no Cemitério da Consolação, seu jazigo encontra-se lá até os dias atuais. Segundo o amigo e cronista Raul Pompeia (1882), sua morte comoveu a todos e uma grande procissão acompanhou o cortejo da casa de Gama, no Brás, até à Consolação. Anos mais tarde, já na almejada República e num país sem escravidão, o Jornal Progresso se organizou para homenagear o seu centenário com um busto. A herma foi inaugurada em 1931, no **Largo do Arouche** e, em seu pedestal, traz os dizeres “Luiz Gama - por iniciativa do Progresso - homenagem aos pretos do Brasil” (DOMINGUES, 2016; STUMPF; VELLOZO, 2018).

Luiz Gama é o patrono da cadeira 15 da Academia Paulista de Letras (APL), também sediada no Largo do Arouche. O reconhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) veio muito depois, em 2015, 133 anos após a sua morte, quando Luiz Gama – finalmente – recebe o título de ‘advogado’. Dois anos depois, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo o homenageia com uma sala em seu nome.

Figura 18 - Monumento a Luiz Gama

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Outro território negro paulistano é o Distrito Liberdade, hoje conhecido como um “tradicional bairro étnico”, voltado para a cultura asiática, principalmente a japonesa. Seus visitantes reconhecem nas ruas essas referências e homenagens: são monumentos, calçamentos, letreiros com ideogramas japoneses, luminárias e jardins no estilo oriental, mercados e lojas com produtos asiáticos que saltam aos olhos.

Essa caracterização em homenagem aos asiáticos e seus descendentes, japoneses em particular, vem do final da década de 1960, quando houve um plano paisagístico de “orientalização” do bairro, elaborado pelo jornalista Randolpho Marques Lobato, presidente de uma comissão de comerciantes e moradores asiáticos da região, incentivado pela prefeitura, por meio do apoio da Secretaria Municipal de Turismo. O objetivo era a criação de uma “*China Town*” paulistana, aos moldes de São Francisco e Nova Iorque, para assim consolidar o bairro como um reduto oriental e atração turística. O bairro totalmente planejado e remodelado foi entregue ao público em 1973 (GUIMARÃES, 1979).

Esse processo de turistificação do bairro, que se deu em consonância com a comunidade asiática e a prefeitura da época, ocultou parte da história do bairro e de São Paulo, justamente aquela que destaca suas origens e as vinculam à população negra. Antes dessas modificações em sua paisagem, foi na região da Liberdade que os dois pilares de tortura negra foram erigidos e ficaram por mais tempo: o pelourinho e a forca.

O **pelourinho**, local de castigos e açoites aos negros e indígenas escravizados, também representava a institucionalização da ordem pública. Para uma aldeia ser elevada à categoria de vila eram necessários três símbolos: a Casa da Câmara, a igreja e o pelourinho. O primeiro registro do pelourinho é de 1560, marcando o início da vila de São Paulo de Piratininga. Localizado inicialmente em frente ao Colégio dos Jesuítas, passou por vários pontos da cidade, sempre acompanhando a Casa da Câmara e Cadeia. Em uma São Paulo pobre e sem recursos, o espaço de punição e tortura era simples e, segundo registro das atas, era constantemente depredado e reerguido conforme a necessidade. Sua última localização data de 1787, no atual Largo Sete de Setembro, onde hoje se encontra o Fórum de Justiça João Mendes (OLIVEIRA, 2020).

Essa localização era estratégica, importante ponto de passagem e moradias, próxima à Casa da Câmara e Cadeia e caminho ao Largo da Forca, para aqueles que haviam sido condenados à execução. As Igrejas próximas ao pelourinho, de São Gonçalo e a extinta Igreja dos Remédios, eram espaços religiosos que abrigavam e acolhiam escravizados fugidos (GUIMARÃES, 1979; OLIVEIRA, 2020). Oliveira indica que em meados do século XIX houve algumas solicitações para manutenção do largo homônimo, mas a documentação oficial

não indica o período de sua desativação, o nome do largo foi mantido até 1865, quando foi modificado para Largo Sete de Setembro, tal qual conhecemos atualmente.

Do extinto pelourinho, restam os registros da Câmara e, mais recentemente, uma placa instalada em 2019 pelo DPH; contudo, a placa, que remonta à memória da cidade, já foi deteriorada e, literalmente, apagada com tinta, após manutenção da pintura da praça João Mendes. A placa foi substituída para a Jornada do Patrimônio 2020.

Figura 20 - Placa da localização do extinto Pelourinho

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Próximo ao pelourinho, a **forca** estava localizada onde hoje se encontra a Praça Liberdade-Japão. Em 2019, o DPH também instalou uma placa informando sua localização, na saída da estação de metrô. O local era conhecido anteriormente como **Largo da Forca** (GUIMARÃES, 1979; OLIVEIRA, 2020). A forca representava a pena capital, máxima punição para escravizados, desertores e criminosos, e por isso estava localizada em um local que possibilitasse uma ampla visualização. Aos moldes do pelourinho, as execuções que ali ocorriam eram medidas disciplinatórias e de correção, para desincentivar rebeliões e revoltas (OLIVEIRA, 2020).

Como destaca Freitas (1921) em suas memórias, não restou fotografia ou pintura da forca, mas na época de publicação de suas reminiscências pediu ao amigo Pedro Alexandrino, que desenhasse o morro tal qual eles se lembravam na época em que moravam na região, em 1874. O autor (FREITAS, 1921, p. 19) garante a fidelidade do trabalho do artista e completa:

[...] ao lado, lá está a casinha de porta e duas janelas [...] a Santa Cruz dos enforcados em sua exata situação aparece circundada pelos duplos degraus de madeira onde a devoção pela alma do executado de 1821, do Chaguinhas, que

o povo considerou inocente e mártir, ia acender todas as noites os círios de suas promessas; o corte do morro [...] está perfeito; a cerca de pau dividindo o terreno baldio os fundos de quintal da então rua dos Estudantes existia realmente. Também lá está, ostentando o seu cocar de verdura o esguio jerivá de nefasta memória [...]

Figura 21 - Morro da força

Fonte: Desenho por Pedro Alexandrino, em Freitas (1921).

Outro personagem da cidade, pouco conhecido atualmente, é citado por Freitas: Francisco José das Chagas. Em 20 de setembro de 1821, Chaguinhas, como era conhecido, foi sentenciado à morte pela força, juntamente com Joaquim Cotindiba. Os dois soldados serviam em Santos e foram condenados por, supostamente, serem os líderes de um motim militar, iniciado por falta de pagamentos e por pleitearem igualdade de tratamento entre a tropa brasileira e a tropa portuguesa. Considerados líderes da rebelião, foram levados a São Paulo para serem executados (OLIVEIRA, 2020).

Apesar de prática convencional à época, as mortes dos soldados ganharam grande repercussão na cidade devido à forma como tudo ocorreu. Conforme levantamento feito por Oliveira (2020), na data, o Largo da Força estava lotado de pessoas para assistirem às execuções. Cotindiba foi enforcado primeiro. Ao chegar a vez de Chaguinhas, a corda se rompeu pela primeira vez, deixando-o ainda vivo no chão; na segunda tentativa, a corda se parte novamente. Chaguinhas só morreria na terceira vez. A autora ressalta que há relatos de uma terceira falha, o que teria obrigado seus carrascos a concluírem a execução com um punhal. Apesar das divergências, as fontes concordam que ao menos uma tentativa foi frustrada, o que gerou comoção pública pela clemência e chocou o fato de ele não ter sido anistiado.

Em sua pesquisa, Oliveira (2020, p. 118) assinala que essa brutalidade traumatizou os moradores e que os registros das atas – que serviram como fonte – evidenciam que a morte de Chagas causou uma tensão política por tornar “algo banal em um espetáculo de expressão de violência déspota”. O rompimento das cordas era considerado um sinal de misericórdia divina e possibilitava ao réu uma anistia do rei, mas o pedido de clemência foi negado, e a execução foi mantida como forma disciplinar para as tropas, a fim de conter futuros motins.

Outro assunto corriqueiro ao se tratar do executado é sobre a cor de sua pele, Oliveira (2020) afirma que nas fontes oficiais consultadas não há registros de sua raça, contudo os relatos orais indicam que ele era negro. Além dos relatos orais, a autora afirma que a devoção a Chaguinhas partiu sobretudo de pessoas negras que frequentavam e viviam na região. Essa devoção, apontada no relato de Freitas, pela cruz estancada na lateral direita do desenho de Alexandrino foi expressiva; em 1891 foi erguida a capela da Santa Cruz das Almas dos Enforcados, como forma de rememorar as almas perdidas para a forca e também devoção ao soldado executado.

Figura 22 - Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Com um pelourinho para os açoites e uma forca para condenados à morte, o bairro também abrigava um cemitério para sepultar os enforcados, indigentes, degradados e escravizados que não tinham vínculo com nenhuma irmandade. Cabe ressaltar que até o final do século XIX era comum os corpos serem enterrados nos terrenos das Igrejas. Contudo, a parcela pobre e negra ficava sem resguardo após a morte. O Cemitério dos Aflitos foi o primeiro sepulcro público de São Paulo, datado de 1775, e agregava ao seu terreno a **Capela dos Aflitos**, construída inicialmente de taipa de pilão e inaugurada em 1779. Sua área se estendia pela quadra da Ruas da Glória e dos Estudantes (OLIVEIRA, 2020).

A história da Capela também se encontra com a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados e com Chaguinhas. Os relatos indicam que, antes de sua execução, o soldado teria ficado na sala do templo, onde hoje seria o velário. Atualmente, a porta lateral da capela, que teria abrigado Chaguinhas, recebe pedidos de orações, cartas e preces dos devotos (OLIVEIRA, 2020).

Figura 23 - Capela dos Aflitos 1939

Fonte: Graeser (1939).

Figura 24 - Capela dos Aflitos 2020

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Como abordado anteriormente, apesar de a cartografia da época ser detalhista no que diz respeito aos templos religiosos, muito presentes na região, a Capela sequer é citada. Ressalta-se que os caminhos não eram lineares e de fácil acesso como são atualmente e a região era considerada perigosa e desprestigiada, da qual as famílias bem sucedidas queriam se afastar justamente devido à proximidade com esses lugares carregados de mortes e sofrimentos (CAMPOS, 2008; OLIVEIRA, 2020).

É muito simbólica a concentração desses pontos na região da Liberdade, se observamos a Figura 25, circundados por igrejas – dos Remédios e de S. Gonçalo – a Câmara, a Cadeia, o pelourinho, a forca e, finalmente, o cemitério ficavam relativamente próximos e podemos interpretar tal proximidade como formas representativas de vigia, alerta e ordem. Aos olhos da religião, as decisões e punições eram definidas; a cadeia, para cumprir as sentenças por desacatos; o pelourinho, para disciplinar e punir publicamente e a forca, como pena capital àqueles contrários à ordem pública estabelecida. Uma *via crucis*, de suplícios e castigos, terminando suas mazelas aos pés da Capela e do Cemitério dos **Aflitos**.

Figura 25 - Detalhe do mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios (1847)

Fonte: Bresser (1847 *apud* CAMPOS, 2008).

Devido à inauguração do Cemitério da Consolação, a necrópole dos Aflitos foi desativada em 1858, e seu terreno, loteado e vendido. A única memória dessa época, a Capela dos Aflitos, pequenina, resiste esmagada entre os prédios ao final da rua homônima. A Capelinha foi tombada em 1978 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Contudo, as narrativas reivindicadas do bairro da Liberdade ainda estão sendo construídas.

Figura 26 - Vista área da Capela dos Aflitos

Fonte: Globo São Paulo, reportagem de Neide Duarte (2018).

Em 2018, após a demolição de um edifício localizado atrás da Capela, foram identificadas nove ossadas do extinto cemitério, figura 27. Por estar no entorno de um bem tombado, os órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural recomendam pesquisas arqueológicas no terreno antes de novas intervenções (REIS, 2018a).

A descoberta abriu uma nova página para a história negra na região. Os registros e menções da primeira necrópole da capital até então eram documentos escritos, os fósseis confirmaram sua existência e conseguiram determinar alguns perímetros de sua localização. A responsável pelas escavações, Lúcia Juliani, indica que os prédios vizinhos que não possuem subsolo mantêm o sítio arqueológico preservado e que “o cemitério continua” (MACIEL, 2018).

Os estudos das ossadas ainda não foram concluídos e, apesar do estado avançado de deterioração devido à ação do tempo e ao peso do edifício, os arqueólogos conseguiram identificar que eram todos adultos, sendo duas mulheres e sete homens; futuramente será possível desvendar a idade, dieta, sinais de enforcamento e, por meio das arcadas dentárias, suas etnias. A maioria dos fósseis foi encontrada sem pertences, mas um deles estava com contas de vidro, de cor azul-marinho, junto ao pescoço, a pesquisadora indica que a utilização desses adornos era muito comum entre os escravizados, figura 28 (MACIEL, 2018; REIS, 2018a).

A arqueóloga Sônia Cunha destaca que as ossadas trazem novidades sobre aquilo que se sabia sobre o cemitério, pois acreditava-se que com sua desativação os restos mortais haviam sido transladados para o Cemitério da Consolação, o que pode ter ocorrido parcialmente ou não ter ocorrido (REIS, 2018a).

Figura 27 - Ossadas descobertas no bairro da Liberdade

Fonte: Brandt (2018a).

Figura 28 - Contas de vidro descobertas durante escavação na antiga necrópole

Fonte: Brandt (2018b).

No início de 2020, a criação do Memorial dos Aflitos foi aprovada pela lei municipal nº 17.310. Por meio de reivindicações dos movimentos negros paulistanos, a Prefeitura de São Paulo solicitou a desapropriação dos imóveis para a criação do memorial que contará com os fósseis descobertos, além de contar a história de negras e negros da cidade. Como ressaltou

Leila Maria França, arqueóloga do IPHAN: “o patrimônio histórico é a memória de um povo, o que lhe confere identidade, consciência de cidadania. Os bens arqueológicos são para usufruto do cidadão, que precisa conhecer a sua própria história” (REIS, 2018b).

O bairro da Liberdade está envolto em sofrimentos e memórias relacionadas à escravidão, mas também representa um local de muita resistência. Seja ao falar de Antônio Bento de Souza e Castro, morador da região e líder dos Caifazes, grupo abolicionista que organizava insurreições para fugas em massas de escravizados das fazendas cafeeiras, seja pelo abrigo cedido aos negros pelas Igrejas de S. Gonçalo e dos Remédios, pelas depredações da força ou do pelourinho e até mesmo nos dias de hoje, após mais de 160 anos da desativação do cemitério, a resistência salta aos olhos por meio da descoberta de ossadas com miçangas que nos relembram para não desistirmos de contar essa história.

No mesmo período da descoberta das ossadas do cemitério, entrou em vigor a lei 16.960 (2018) a qual aprovou a alteração do nome da estação de metrô para Japão-Liberdade e da Praça para Liberdade-Japão. O projeto apresentado à Câmara reforça que a alteração seria uma forma de homenagem aos 110 anos de imigração japonesa, comemorado à época, e aos nipo-brasileiros que contribuíram para o desenvolvimento da cidade e se estabeleceram em São Paulo. Apesar de muitas críticas recebidas por parte dos movimentos negros locais, e também por uma parcela dos descendentes de japoneses, os quais reconhecem a história negra e dos outros imigrantes asiáticos que participaram da construção do território, a lei foi aprovada (MACHADO, 2018). Mais uma vez, como outrora já havia ocorrido, a elite política paulistana tenta invisibilizar a história negra paulistana.

O Bairro da Liberdade é um exemplo de lugar em que as disputas pelos territórios ainda ocorrem de forma muito visível. Depois das alterações dos nomes da estação de metrô e da praça, a aprovação da criação do memorial chega em meio a uma outra disputa na Câmara. O projeto de lei 789/2019 buscou instituir a “Feira Oriental da Liberdade”, a proposta tinha como objetivo a valorização e difusão da cultura oriental do bairro e a proibição da comercialização de produtos artesanais e gastronômicos que não tivessem origem ou característica oriental. Após protestos e abaixo-assinados com mais de cinco mil assinaturas, em 2020, o projeto de lei foi retirado pelo proponente (DIAS, 2020a).

Em reportagem⁴ veiculada em jornal local, uma questão similar ao projeto de lei foi debatida. Devido às restrições advindas do isolamento social provocadas pela pandemia de covid-19, a Feira da Liberdade foi suspensa por tempo indeterminado, contudo, ambulantes

⁴ RIBEIRO, R; GOMES, F. Feira da Liberdade continua suspensa. **G1 - São Paulo**, 2020. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/videos/v/feira-da-liberdade-continua-suspensa/8799888/>. Acesso em: 24/08/2020.

licenciados pela prefeitura podem ocupar o espaço na Praça central do bairro – mesmo aqueles que não possuem artigos relacionados à cultura oriental – o que gerou reclamações da associação dos artesãos e expositores antigos, que estavam com medo de a feira ser “descaracterizada”. No entanto, as reclamações dos expositores não eram referentes ao uso do espaço por ambulantes durante as restrições, mas sim à participação de “novos expositores” da Feira da Liberdade que não tenham vínculo com a cultura asiática e que integram o quadro oficial de participantes.

Para um dos expositores o objetivo da Feira é “difundir a cultura oriental” e que essa nova demanda, além de descaracterizar o evento, também auxilia na **perda da identidade do bairro** e gera conflitos de interesses com os lojistas da região. Expositores favoráveis à medida reforçam que essa heterogeneização faz parte das feiras nacionais. Os visitantes também se dividem, alguns acreditam que deveriam ser somente orientais e outros reforçam que a presença da “cultura brasileira” enriquece a feira e representa São Paulo.

Na reportagem não houve a discussão sobre a presença negra do bairro, o visitante favorável à “mistura” cita o “acarajé”, mas não como reivindicação das marcas afro-paulistanas da região, mas como “cultura brasileira”. O desconhecimento sobre a história negra do bairro acaba por favorecer a priorização da presença do imigrante, que reivindica a Feira da Liberdade como marco da cultura asiática, e para o qual qualquer outra intervenção que não seja a oriental estaria descaracterizando-a, tirando a essência e os objetivos da criação da feira.

O processo de turistificação da Liberdade foi um sucesso, o planejamento como um bairro étnico e sua caracterização são reconhecidos e retratados na divulgação oficial da cidade, as marcas da cultura asiática são lembradas por moradores e visitantes. Esse processo trouxe o sentimento de pertencimento ao grupo asiático, que agora se apropria dos territórios da região. Em contrapartida, a falta de um conhecimento mais amplo sobre as origens e história do distrito acaba por privilegiar essa presença asiática em detrimento da negra, quando ambas poderiam coexistir sem preterimentos.

5.3 Distrito Bela Vista: Bixiga

Figura 29 – Mapa do distrito Bela Vista

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Localizado no distrito da Bela Vista, o Bixiga, ou Bexiga, é reconhecido como “tradicional bairro italiano”. Apesar de bastante popular, oficialmente essa nomenclatura corresponde a uma rua do distrito datada de 1982, mas a história da região é muito anterior a isso e não há consenso quanto à sua origem (AHM, 2020b; CASTRO, 2006).

Castro (2006) e Marzola (1979) relatam ao menos três versões da origem do bairro. A primeira delas se refere à Chácara do Bexiga, que existia na região desde meados do século XVIII até o final do século XIX, e na época de seu loteamento manteve a denominação. As outras duas versões possuem uma razão em comum, a varíola, conhecida popularmente como bexiga; como o local era afastado da área urbanizada da época, acredita-se que escravizados acometidos pela enfermidade viviam nos arredores. A última versão relata a existência de um proprietário de terras e de uma hospedaria, o Antônio Bexiga, que teria marcas da doença em seu corpo.

A troca pela letra “i” na primeira sílaba também não possui origem, o site⁵ do bairro, mantido por moradores, indica que a mudança foi feita para desassociar o bairro da varíola e, concomitante, homenagear a forma de pronúncia dos residentes italianos que foram morar na região no final do século XIX. Para esta pesquisa, optou-se pela grafia utilizada pela Prefeitura de São Paulo e que aparece nos mapas e roteiros turísticos oficiais.

⁵ PORTAL DO BIXIGA. **A história do Bixiga:** desde 1878 o bairro mais tradicional da cidade. 2020. Disponível em: <http://www.portaldobixiga.com.br/historia/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

As histórias das origens do bairro, sobretudo aquela referente aos imigrantes italianos e que o tornou reconhecido nos dias de hoje, vêm do final do século XIX. O livro sobre a origem da Bela Vista, escrito por Marzola (1979), quase se esquece da presença negra e enfatiza as marcas dos imigrantes italianos que, segundo ela, foi fator chave para dinamizar a cidade, que sofria de “falta de mão de obra”. A autora reforça a falácia dessa ausência de trabalhadores na capital paulista desconsiderando os fatores apresentados por Domingues (2016) e Santos (2008) e todo o processo que não inclui a população negra no pós-abolição. O discurso de Marzola ainda hoje é reproduzido ao falar sobre o processo de imigração, como os autores supracitados indicam em suas análises.

Apesar disso, as pesquisas sobre as regiões estão trazendo a perspectiva negra e reivindicando o Bixiga como bairro afro-italiano. Muito antes da vinda desses imigrantes, a região já era habitada por negros e negras que fugiam para a região e formaram o **Quilombo do Saracura**, o local era conhecido por ser afastado, abrigar muitas matas e o Rio Saracura, afluente do Rio Anhangabaú, hoje canalizado (CASTRO, 2006; MARZOLA, 1979; STEVENS; DE MEULDER, 2019).

Segundo Stevens e de Meulder (2019), o nome Saracura tem sua origem no tupi-guarani e significa “esconderijo de pássaros”, corroborando a pesquisa de Castro (2006), que indica que a região seria um esconderijo defensivo para o quilombo, devido à densidade de vegetação, à topografia íngreme e à dificuldade de acesso. O quilombo do Saracura, assim como tantos outros espalhados pelo país, era um local de resistência, disputa e luta da população negra (SODRÉ, 2002).

Ao fim da escravidão e com o crescimento da cidade, as áreas próximas aos rios eram as menos valorizadas, e no Bixiga, mesmo as áreas mais afastadas possuíam um valor imobiliário reduzido, o que atraiu a presença de imigrantes espanhóis, português e italianos da Calábria (CASTRO, 2006). Enquanto isso, o entorno do rio e as áreas mais baixas do bairro passaram a abrigar cortiços, conglomerados de casas, habitações precárias com baixo ou nenhum saneamento básico e mal ventiladas – que em sua maioria eram habitadas pela população negra (DOMINGUES, 2004; MARZOLA, 1979; ROCHA, 2018; SANTOS, 2008).

Além dos cortiços, a população negra se articulava na região com bailes, batuques e até um time de futebol, denominado “Cai-Cai”. Por meio dessas práticas de lazer ocorridas no bairro e a influência do time de futebol alvinegro nasce, nos anos de 1920, o cordão carnavalesco Vai-Vai do Saracura. Em 1972 o cordão transformou-se no Grêmio Recreativo Cultural e Social Escola de Samba Vai-Vai, localizado na região do antigo rio. A Vai-Vai, o

samba e o Bixiga trazem importante contribuição para rememorarmos a presença negra que ainda hoje permanece no bairro.

O processo de urbanização, a imigração pela qual a cidade passava e os baixos preços dos imóveis na localidade trouxeram os italianos para o antigo Saracura. As populações negra e italiana passaram a compartilhar as ruas e, também, um dos maiores símbolos italianos da região: a Igreja Nossa Senhora Achiropita.

A devoção à Achiropita foi trazida pelos imigrantes calabreses que se estabeleceram no Bixiga. As primeiras manifestações de louvor à santa iniciaram em 1910. A partir das arrecadações angariadas por meio das procissões e quermesses, os devotos constroem a capela à Achiropita no ano de 1918; a partir de doações e festejos, as alterações foram executadas e a Igreja, ampliada. Vale lembrar que anos antes das manifestações de Achiropita se iniciarem, no centro da cidade, a Igreja do Rosário era impedida, por meio de decretos, leis e reclamações públicas, de realizar suas celebrações e, como já vimos, isso foi indicativo para sua transferência para o Largo do Paiçandu.

Atualmente, a Festa de N. Sra. Achiropita, celebrada em agosto, é uma das maiores e mais reconhecidas festas religiosas da cidade. Muitas das tradicionais festas que tomam as ruas paulistanas são manifestações atreladas culturalmente a algum povo imigrante e reforçam a presença de determinado grupo na cidade, além de promover a imagem da São Paulo ‘da diversidade’ e reduto dos imigrantes. Muitas celebrações reafirmam o senso de comunidade daqueles que deixaram suas terras para tentar novas oportunidades no Brasil. As aclamadas festas de padroeiros italianos são muito comuns nos bairros centrais paulistanos: San Vitto e Nossa Senhora de Casaluce, no Brás; San Gennaro, na Mooca, e a própria festa de N. Sra. Achiropita.

Quatro das três principais festas italianas são realizadas desde o início do século XX para homenagem e devoção. Contudo, ao buscarmos comemorações similares vigentes e advindas da cultura afro-brasileira, os resultados são bem diferentes; é comum não conseguirmos identificá-las nos contextos paulista e paulistano. No coração do Bixiga ocorrem duas dessas celebrações: A Festa de São Benedito e a Festa da Mãe Negra, ambas inseridas no Calendário Turístico do Estado, outorgadas pela Lei 13.407 (2009).

As celebrações foram desenvolvidas por intermédio da **Pastoral Afro**, grupo criado pelo primeiro pároco negro da Igreja N. Sra. Achiropita, padre Antônio Aparecido da Silva, o padre Toninho. Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, a Pastoral Afro foi criada e ocorreu a primeira missa inculturada. A Pastoral e os festejos nasceram com

o objetivo de resgatar as raízes, valorizar a cultura afro-brasileira por meio de celebrações religiosas e atividades socioculturais, além do combate ao racismo e à intolerância religiosa.

A chamada “missa inculturada” é uma celebração afrolitúrgica que mescla a ritualística católica com elementos da cultura negra. Esses elementos são inseridos em vários momentos da celebração, há um coral com pessoas negras que acompanha toda a liturgia com atabaques, berimbaus, violão, cavaquinhos e cânticos que remetem aos “pontos cantados” das religiões de matrizes africanas, frequentemente ritmados pelos tambores e palmas.

Todos os ritos da missa da tradição Católica Apostólica Romana são respeitados, porém, são feitos de maneiras distintas. Pouco antes do início, há um informativo sobre a homenagem que se fará, deixa-se claro as diferenças ao dizer que a celebração tem o “canto como reza, dança como louvor” e reforça-se a importância de todos os presentes na participação nas danças e cânticos. Além das duas festas mencionadas, a Igreja também realiza casamentos e batizados afro, seguindo os mesmos preceitos.

A **Festa de São Benedito** é celebrada em homenagem ao santo padroeiro dos negros; além da missa inculturada, há apresentação de grupos de congadas, participação de escolas de samba e uma procissão nas ruas adjacentes à Igreja. Pela tradição vinculada ao santo, todas as preparações ocorrem por meio de doações dos fiéis e não há cobrança de ingressos ou algum tipo de arrecadação financeira.

Figura 30 – Divulgação da Festa de São Benedito 2019

AFRO 2019 ACHIROPITA
Fé, Resistência e Identidade Negra

FESTA São Benedito

05 de Maio/2019
3o. Domingo de Páscoa

**UNIDADE DA FÉ
NA DIVERSIDADE DAS CULTURAS**

Tríduo
02/05-19:30h- Missa e Benção das Panelas
03/05- 19:30- Missa e Benção dos Pães
04/05- 18:00- Missa e Benção das Flores

Festa
07:00h- Anúncio dos Tambores
Quadra Escola de Samba Vai Vai
09:00h.- Louvor das Congadas- Escadaria
09:30h.- Procissão- Rua 13 de Maio até à Igreja.
10:00h.- Missa afro-festiva- Igreja
12:30h.- Almoço de São Benedito- Salão

Igreja N. Sra. Achiropita
Rua 13 de Maio, 478 Bela Vista

Fonte: Paróquia N. Sra. Achiropita (2019).

A **Festa da Mãe Negra** é uma homenagem à figura da mãe negra e às mulheres negras escravizadas, e tem um significado muito próximo ao da estátua localizada no Largo do Paçandu. A missa inculturada ocorre todo mês de maio, após o dia das mães e ao treze de maio, data na qual se comemora a abolição da escravidão no país. Há também uma feijoada, samba de roda e uma feira artesanal com produtores e artesãos negros para angariar fundos para cobrir os custos das atividades.

Figura 31 - Divulgação da Festa da Mãe Negra 2019

Fonte: Paróquia N. Sra. Achiropita (2019).

Em 2019, comemoraram-se 31 anos da celebração, contudo, a tradicional feijoada com samba de roda e a Feira de Artesanato Afro que acompanham o rito foram cancelados. Segundo a coordenadora da Pastoral, não houve repasse de verba da Secretaria Municipal de Cultura para a festa e, por não ter patrocinadores, os eventos complementares foram cancelados e substituídos por um café com os alimentos utilizados durante a cerimônia eucarística e doados pela própria comunidade da Achiropita.

Segundo a Pastoral, em 30 anos, a média de público é cerca de 800 pessoas em um domingo. Em comparação, a Festa de N. Sra. Achiropita recebe mais de 200 mil pessoas em três finais de semana. Além de ser financiada e patrocinada por grandes marcas e bancos, ainda há divulgação espontânea, enquanto a Festa da Mãe Negra recebeu um público bem menor em 2019, e sequer foi lembrada pelo poder público ou patrocinadores em seu domingo solitário.

Percorrer as ruas do Bixiga é uma imersão na Itália: postes de luz e um portal de boas-vindas com as cores da bandeira italiana, as inúmeras cantinas e os nomes de santos nas ruas afloram no local. Nesse contexto tão mergulhado na Itália, os olhares mais atentos percebem os detalhes: casas de umbanda, os sambas, as missas inculturadas, mulheres e homens vestidos

com roupas com cores fortes, turbantes e símbolos que remetem à África, referências à abolição da escravidão nas duas ruas mais importantes do bairro, a Treze de Maio e a Rua da Abolição, casas do norte e restaurantes nordestinos se destacam entre o verde, vermelho e branco. Para aqueles que não conhecem o processo de desenvolvimento do bairro e da própria cidade isso pode até gerar estranheza, mas ao analisar as espacialidades territoriais e identitárias no bairro ainda hoje é possível notar essas marcas. Essas manifestações culturais e resgates mostram uma história pouco contada, mas ainda presente dentro de um dos mais “tradicionais” bairros da cidade; no Bixiga, como afirmam Castro (2006) e Nascimento (2016) “nem tudo é italiano”.

Do centro-histórico ao Bixiga, o que se observou foi um contínuo processo que oculta as narrativas negras desses territórios. A princípio, considerados como lugares marginais, sem infraestrutura básica e evitados pela elite da época. O crescimento e a urbanização da cidade apresentam um movimento recorrente de gentrificação dos negros, no qual a população considerada marginal é afastada da região devido à valorização e expansão comercial ou a interesses políticos, e levados às periferias. Encoberta por vieses racistas, essas limitações, travestidas de “modernização”, aparecem na forma de decretos, leis, melhoramentos urbanísticos que expulsaram, excluíram e tentaram apagar a história e cultura negra nesses territórios centrais.

A narrativa oficial aponta aquilo que se deseja preservar e não é a história da população negra, mas sim uma história de branqueamento que adentrou as estruturas e permitiu que se esquecesse da participação negra no processo de desenvolvimento da metrópole. A história oficial mostra que houve sim um êxito nisso, mas não um êxito total, já que agora ainda resistimos para mostrar o que foi apagado e ocultado, mesmo que nem todos os símbolos materiais estejam em pé.

Se por um lado as gestões políticas tentam sufocar e apagar essas histórias, esses territórios também são palcos de disputas para afirmar e reivindicar as narrativas negras. Graças a essa resistência e às lutas de mulheres e homens negros, a memória afro-paulistana não foi efetivamente apagada, pois ela (sobre)vive continuamente para transmitir essas “histórias não contadas”. Se nem tudo é italiano no Bixiga, nem tudo é oriental na Liberdade, e constatar essas histórias demarcadas também é papel do Turismo.

5.4 Turismo, apagamento e afroturismo

Como vimos, o processo de modernização de São Paulo reforçou uma história contada pela perspectiva do branqueamento e reforçada na memória coletiva da cidade. Conforme alertou Brusadin (2015), essa construção coletiva relacionada à memória – que é vivida, passível de mudança e disputada nos territórios-, desenvolveu uma narrativa sobre o passado que resultou em uma prática de exclusão e discriminação da história, memória e cultura negra, mesmo que não facilmente identificada em um primeiro momento.

Se por um lado o imigrantismo é elogiado e enaltecido como prática cultural e reforçado como aspecto definidor do desenvolvimento da cidade, por outro, ele contribuiu para os apagamentos, discriminações e exclusões de parte da cultura e representações negras existentes. É importante frisar que todos esses processos ocorreram na dinâmica da cidade de forma muito intensa e corriqueira; essas transformações não ocorreram de forma linear, homogênea e organizada, mas sim em diversos níveis, com interações reais entre imigrantes e brasileiros. Se a população imigrante estava tão presente na cidade, naturalmente isso também se refletiu nas interações sociais, na presença urbana e nas configurações de usos desses espaços. Também podemos afirmar que essas mesmas dinâmicas delimitaram o contexto cultural e os usos da cidade e, como constatou-se, isso ainda se reflete nos usos de hoje.

A história de São Paulo é uma constante disputa de territórios, na qual indígenas, negros e imigrantes tentam manter vivas suas memórias e os vínculos de pertencimento à cidade. Por meio dessas tentativas é que surgem as contraposições às histórias oficiais, por mais que a cidade tente sufocar algumas dessas narrativas, elas ainda resistem e são evidenciadas. É o que ocorre com a questão negra.

Em uma cidade na qual a política de branqueamento foi tão efetiva e bem marcada, falar sobre territórios negro-paulistanos é falar de resistências. Como reforçado por Rolnik (2007), as territorialidades negras em São Paulo não estão concentradas em um único lugar, mas isso não significa que não sejam expressivas. Essa forma adquirida de estar em vários lugares, de se espalhar, mostra os processos de resistência e luta para manter vivas e presentes essas histórias e memórias, mesmo quando negligenciadas e discriminadas pelas políticas da cidade. A fala de Moura (2014, p. 213) traduz exatamente o esforço das culturas negras para manter-se em evidência:

Durante todo esse tempo as culturas africanas dominadas foram relatadas como uma cultura afro-brasileira de resistência. Resistiram de todas as

maneiras, procurando, durante este tempo, encontrar forças dinâmicas internas para não se transformar em uma cultura lumpenizada pela dominadora.

Por “forças dinâmicas” entendem-se as formas de oposição desenvolvidas por mulheres e homens negros para não sucumbirem diante de um sistema opressor que ainda tenta invisibilizá-los. Trazer as narrativas da São Paulo Negra é contar a história de São Paulo, não para deslegitimar a luta de outros grupos, mas para instituir meios para que essas histórias perdurem e que a população negra também se reconheça, se aproprie, crie redes de identificação com a cidade já que, coletivamente, todos têm direito a usufruir dela, ocupá-la e produzir seus acessos de forma igualitária.

Essas disputas dos territórios também recaem sobre o Turismo, sobre o olhar da cidade tanto pelos gestores, quanto pela academia, visitantes e pelos próprios moradores. Se a perspectiva turística é direcionada para o desejável e requerido, não é de se estranhar que essas disputas também recaiam sobre os espaços construídos para o turismo (URRY, 1999).

Para essa pesquisa, compreende-se Turismo como fenômeno sociocultural e interdisciplinar, indo além da visão mercadológico-econômica ao analisar a construção e desenvolvimento do espaço turístico por meio das interações sociais (ARAUJO; GODOY, 2016; SOUZA; BAHL; KUSHANO, 2013). Dessa forma, entende-se a atividade turística para além do ato de viajar, como possibilidade de mais um espaço para o pensamento crítico, formador e que esteja em constante diálogo com as práticas da sociedade e articulado às realidades históricas, às questões culturais, aos problemas sociais e às configurações políticas inerentes à área (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009; TRIGO, 2008, 2020).

Em consonância com essa perspectiva, o Ministério do Turismo do Brasil (MTUR) trabalha com a definição de “Turismo Social”, a qual considera a atividade como meio de agregar benefícios sociais, o órgão compreende o turismo e seu papel social como “a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (BRASIL, 2006, p. 6).

A partir disso, o MTUR identifica segmentações para determinar diretrizes e orientações para formulações de políticas públicas e ações direcionadas. Ao articular as compreensões sobre cultura, memória, história e a presença negra ao Turismo, nos remete à segmentação “Turismo Cultural” e algumas de suas vertentes. Para o Ministério, o “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MYANAKI et al., 2007, p. 19).

Devido a sua abrangência e complexidade, o Turismo Cultural possui outras ramificações que especificam suas práticas, como o turismo religioso, místico/esotérico, cinematográfico, histórico, gastronômico, de base comunitária, entre outros. No contexto das relações raciais destacam-se o turismo étnico e o afroturismo.

O Turismo Étnico “constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos” (BRASIL, 2010, p. 20). De acordo com essa definição, busca-se uma maior aproximação por meio das experiências vivenciadas em grupos étnicos, sejam eles comunidades indígenas, quilombolas, imigrantes etc. com o objetivo de salvaguardar os legados, saberes e culturas dos grupos aos quais estão vinculados. Relacionada à questão negra, há a derivação do termo como “turismo étnico-afro”.

Já os termos turismo afro, turismo afrocentrado, afroturismo ou afroturístico são relativamente recentes, comumente usados como sinônimos pela mídia e eventos, contudo, há uma lacuna na literatura sobre os termos, por isso ainda não há um consenso sobre a terminologia ou sua conceituação. O Sebrae (2020, p. 1) utiliza o termo afroturismo como tendência do setor, o qual tem por objetivo

[...] criar experiências que envolvam as raízes e a cultura afrodescendente. A essência é conectar pessoas a histórias, culinária, costumes e questões sociais. É uma rica vertente de um turismo cultural, que contribui para a preservação e a perpetuação do patrimônio e da identidade da população negra.

Pela abordagem do Sebrae, o afroturismo traz uma especificidade dentro do turismo cultural relacionada à questão negra, muito próxima ao turismo étnico definido pelo MTUR, no qual evoca a aproximação cultural com determinados grupos por meio de experiências, mas ambas definições trazem algumas limitações.

A partir das observações teóricas e empíricas, propõe-se uma conceituação de afroturismo na qual a atividade é entendida como práticas de resgate, valorização, preservação, reconexão com a identidade e história por meio dos bens culturais, materiais e imateriais, as quais têm os sujeitos negros como protagonistas. Ao desvelar as contribuições e perspectivas negras na sociedade por meio do turismo, o segmento pode auxiliar na luta antirracista. Considerar o caráter cultural, social e político do segmento não o desvincula das práticas econômicas; ao contrário: há proposições que objetivam incentivar e fomentar a aquisição de produtos e serviços elaborados e executados **por e para** pessoas negras.

Apesar de a pesquisa não ter por objetivo a análise teórica das segmentações, reconhece sua importância como ferramenta para elaboração, planejamento de ações e políticas de turismo

direcionadas para um determinado público. Dessa forma, os segmentos são pontos de partida para as análises dos mapas e dos roteiros turísticos que serão feitos adiante e versam com a proposta de uma perspectiva interdisciplinar do Turismo, que amplia essa discussão.

É neste contexto que o Turismo, em seu papel social, uma área composta e pensada para e por pessoas, entra no diálogo das relações raciais para discutir os usos dos espaços, das reivindicações e disputas dessas memórias, histórias e territorialidades. Não somente para reproduzir discursos já prontos, mostrar aquilo que já é conhecido, mas também para ampliar a discussão sobre como podemos combater as injustiças históricas e redirecionar o olhar do turista. A sociedade entrou na discussão antirracista e o Turismo não pode negligenciá-la, os agentes transformadores, a academia, as gestões públicas e privadas, o terceiro setor devem interseccionar as falas e participar ativamente dessa luta.

5.4.1 Roteiros turísticos e a reprodução do apagamento

Segundo a Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo (SÃO PAULO, 2019b), estima-se que, em 2018, a cidade recebeu 15,7 milhões de turistas, sendo 82% de brasileiros e 18% de turistas internacionais. A atividade turística da capital, sozinha, representou 9,8% no PIB nacional daquele ano. Devido a sua expressividade ao movimentar as áreas do lazer, entretenimento, eventos e negócios com inúmeras opções de atividades para todos os públicos, não é por acaso que o Turismo na cidade ganhe cada vez mais destaque; a Secretaria (2019c) ainda reforça que São Paulo foi a segunda cidade do mundo mais procurada no Google para se viajar em 2020, perdendo apenas para a cidade de Da Nang, no Vietnã.

Apoiado por esses dados e tendências, o Plano de Turismo Municipal (PLATUM) 2019-2021 foi atualizado com o objetivo de “promover políticas públicas direcionadas ao segmento nos próximos anos, criando condições para que o turismo em São Paulo cresça cada vez mais, de maneira consolidada e sustentável, e atraia cada vez mais turistas à metrópole que tem muito a oferecer a visitantes de todo o Brasil e do mundo” (SÃO PAULO, 2019c, p. 6).

As diretrizes do PLATUM estabeleceram quinze objetivos estratégicos, dois destacam-se para esta pesquisa, pois versam diretamente sobre o tema: i) fomentar e apoiar segmentos temáticos e nichos (compras, **cultural**, gastronômico, religioso, **étnico**, esportivo, ecoturismo, LGBTQI, infantil, dentre outros existentes, e ii) reativar o território do Triângulo SP, no centro histórico de São Paulo (SÃO PAULO, 2019c, p. 11, grifos nossos). O plano ainda indica que um dos seus principais valores, os princípios que norteiam a política municipal de turismo, é o “respeito à diversidade”, no qual destaca a pluralidade e a inclusão social “em especial quando

se reconhece e se dá visibilidade a segmentos e nichos populacionais que podem ser valorizados, como a cultura das comunidades japonesa, **negra**, e LGBTI, por exemplo” (SÃO PAULO, 2019c, p. 20, grifo nosso).

Desta forma, a própria SMTUR insere como metas para os próximos anos medidas que incentivam a prática da diversidade, inclusão social, apoio aos segmentos e a visibilidade cultural por meio do turismo. Reconhecer a presença desses grupos é um importante passo para a prática da valorização que se almeja.

Fundamentados pelo PLATUM e resgatando as análises dos mapas vistos anteriormente, selecionaram-se três documentos vinculados amplamente pela Secretaria e pela SPTuris, são eles: Roteiro Temático Afro (SÃO PAULO TURISMO, 2012), Guia da Cidade (SÃO PAULO TURISMO, 2018) e Mapa Geral de São Paulo (SÃO PAULO, 2020). Os dois primeiros, elaborados antes do PLATUM 2019-2021, ainda são divulgados pelos órgãos de Turismo, e é importante destacar que as edições anteriores do plano municipal de turismo, de 2011 e 2015, já citavam a diversidade como um dos princípios norteadores e um dos principais aspectos positivos da capital paulista.

O primeiro a ser analisado será o **Mapa Geral de São Paulo**, figura 32, elaborado em 2020, cujo objetivo é exibir os principais lugares de interesses no perímetro central, sobretudo aqueles em torno do mapa metroviário; aparecem centros de exposição, ruas de comércio, lista de atrativos turísticos, monumentos e alguns outros atrativos “imperdíveis” ao se visitar a cidade. É a estes últimos aspectos que daremos destaque.

Figura 32 - Capa do mapa geral de São Paulo

Fonte: São Paulo - Secretaria Municipal de Turismo (2020).

Como vimos, os patrimônios edificados referentes à cultura negra no centro de São Paulo são bastante reduzidos. No mapa geral, ao todo são listados 170 atrativos e 11 monumentos. Dentre os atrativos elencados, aquilo que ocorreu nas cartografias anteriores se repete no mapa turístico, as igrejas continuam como principal referência a essa presença negra, a saber: Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Igreja dos Aflitos - a Capela é chamada de igreja no documento - o Cemitério da Consolação e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo também aparecem, apesar de estas últimas serem reflexos da presença e da história negra-paulistana por meios dos personagens que as circundavam. No entanto, em um primeiro momento, as igrejas não se destacam, já que há vários templos religiosos presentes no Mapa Geral. Ou seja, não há uma referência direta à negritude ou à questão negra que as identifique como espaços de cultura ou importância referente a esse grupo. O Museu Afro Brasil é o único equipamento de lazer e turismo citado o qual efetivamente traz essa referência.

O **Museu Afro Brasil**, localizado no distrito da Vl. Mariana, dentro do Parque do Ibirapuera, não entrou no recorte central da pesquisa. Apesar disso, sua importância deve ser reforçada. Inaugurado em 2004, é o primeiro – e único – museu da cidade que aborda integralmente em seu acervo a contribuição afro-brasileira para a nossa sociedade e cultura. Ao trazer em seu espaço museológico uma perspectiva do negro como protagonista em diversos campos, como nas artes, na religiosidade, na educação, no entretenimento, na gastronomia etc.,

o museu amplia a discussão sobre a temática racial, quebrando as barreiras que a vinculam somente à escravidão e mostrando toda a participação negra na trajetória histórica e suas influências no país, inclusive na contemporaneidade. 17 anos após sua inauguração, o Museu Afro é uma importante conquista, não somente para a população negra, mas também como marco cultural na cidade.

Já no que se refere aos monumentos, dos 377 listados pela SMC, em sua maioria presentes na região central, os destaques dos encartes são para onze deles: Monumento à Independência, Monumento aos 80 anos da imigração japonesa, Monumento às Bandeiras, Obelisco Mausoléu aos Heróis de 32, Depois do Banho, Fonte Monumental, Glória Imortal aos Fundadores, Graças, Monumento a Carlos Gomes, Monumento a Duque de Caxias e o Obelisco do Largo da Memória.

No documento, não há uma explicação do porquê de esses onze monumentos terem sido selecionados num universo muito maior de monumentos e estátuas, então interpretou-se que eles representam a cidade de alguma forma e, devido a isso, devam ter um destaque maior sobre os demais. Identifica-se um padrão de querer enaltecer um determinado grupo ou personalidade que tenha um importante significado para a cidade ou para o país: o primeiro monumento da capital, obras de artistas modernistas, homenagens à independência do Brasil e aos fundadores da cidade, aos seus heróis ou aos seus “desbravadores”; há também duas referências diretas aos imigrantes japoneses e italianos: o Monumento aos 80 anos da Imigração Japonesa e a homenagem a Carlos Gomes, musicista ítalo-brasileiro. Neste último há um texto que diz “à colônia italiana de São Paulo”, o que corrobora essa análise.

Dois dos monumentos citados foram considerados racistas pelos movimentos indígenas e negros: o Monumento Glória aos Fundadores, localizado no Pateo do Collegio, em cujo topo a figura de uma mulher se destaca representando a glória da cidade, e em cuja base, indígenas são representados realizando trabalho braçal, e o Monumento às Bandeiras, localizado no Pq. do Ibirapuera, que é uma homenagem aos bandeirantes e às suas “conquistas” como desbravadores dos interiores do país; na escultura, os homenageados são retratados conduzindo um grupo de negros e indígenas.

Na segunda parte do Mapa Geral há um espaço para “atrações imperdíveis”. Aqui deram destaque a treze lugares e um pequeno texto conta brevemente sobre os locais, são eles: Catedral da Sé, Avenida Paulista, Edifício Martinelli, Estádio do Pacaembu, Pateo do Collegio, Theatro Municipal, Liberdade, Mercado Municipal, Museu da Imigração, Parque do Ibirapuera, Mosteiro São Bento, Zoológico/Jardim Botânico e Vila Madalena. A seleção ressalta a

diversidade cultural da cidade, trazendo desde espaços religiosos, vinculados à cultura, história, natureza, até entretenimento e boemia.

A Liberdade ganha destaque em dois momentos; primeiro fala-se sobre “a influência dos imigrantes orientais” e toda a representação asiática em suas ruas, estabelecimentos, eventos culturais e a feira de artesanato. Em um segundo momento, numa área intitulada “sinta-se paulistano”, são apresentadas experiências para vivenciar “culturas diferentes” em São Paulo. Aqui o local é citado como um dos “bairros típicos” e “reduto oriental”. Nesse trecho o Bixiga também é citado como “tradicional reduto italiano”.

Outro equipamento cultural citado é o Museu da Imigração. Apesar de localizado fora do perímetro central analisado inicialmente, ele é consonante ao tema, e é evidenciado como “imperdível” e como “local de preservação de memória das pessoas que chegaram ao Brasil em meados do século XIX e XX e ajudaram a construir e transformar o país” (SÃO PAULO, 2020, p. 2).

No Mapa Geral, a influência imigrante e as homenagens às personalidades ‘basilares’ da construção e desenvolvimento de São Paulo são reforçadas constantemente. A diversidade cultural de equipamentos e atividades é exibida, mas a inclusão social da população negra e também da indígena é pouco abordada. O Museu Afro somente é citado na listagem geral dos atrativos quando se fala nas variedades de atividades no Pq. Ibirapuera. Não há outra menção a ele ou um destaque mais efusivo. Nesse mapa, em sua função de um primeiro contato com as atrações da cidade, não há indícios de que houve participação negra em algum momento valoroso que deva ser recordado e evidenciado aos turistas e visitantes.

Já o **Guia da Cidade**, elaborado em 2018, é mais completo, possui 176 páginas, tem por objetivo elencar os pontos turísticos mais visitados, eventos e divulgar as principais atrações do calendário turístico paulistano, além de informações sobre mobilidade, compras, gastronomia e dicas gerais.

Figura 33 - Guia da cidade de São Paulo

Fonte: SPTuris (2018).

Apesar de ser mais robusto, o Guia mantém muitas semelhanças com o Mapa Geral, como se fosse um complemento mais detalhado dos pontos focados no primeiro. As principais diferenças entre o Mapa e o Guia estão na divisão de apresentação (o guia agrupa os atrativos nos perímetros de determinada localidade, sendo divididos em sete regiões), nas descrições dos lugares que apresentam mais informações sobre os atrativos apresentados, no calendário de eventos com sugestões dos “destaques da agenda paulistana” e São Paulo a Pé, espaço reservado para indicar atrativos que estejam próximos um do outro com sugestões de roteiros.

A Liberdade reaparece em posição de destaque nas atrações “imperdíveis”; nesse espaço as atividades são listadas com mais detalhes, a presença dos imigrantes asiáticos e seus festejos são reforçados em outros momentos ao abordar as atividades da região central e na seção “São Paulo a pé”, com uma sugestão de roteiro que indica a Capela dos Aflitos e Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, mas ambas são tratadas muito rapidamente e, mais uma vez, não há nenhuma referência às histórias antigas do bairro ou que a vinculem à presença negra. As marcas reforçadas são todas após a turistificação do bairro.

No Centro Histórico e na seção sobre o Centro, os destaques ficam para o Pateo do Collegio, Cathedral da Sé, Mosteiro São Bento e Theatro Municipal; a Galeria do Rock é citada, mas a Igreja N. S. dos Homens Pretos, localizada à sua frente, sequer é lembrada. O bairro do Bixiga também é citado ao se falar sobre a região central e lembrado de duas formas com textos quase idênticos, um indica o bairro como “outrora reduto italiano” e, na sequência, “bairro italiano onde as tradições ainda são mantidas ao ritmo da tarantela nas padarias e

cantinas [...]”; nesse trecho, em que poderiam reforçar a presença negra, fosse citando as histórias antigas, fosse falando do presente com a Escola de Samba Vai-Vai, isso não ocorre (SÃO PAULO TURISMO, 2018, p. 56 e 73).

Fora do perímetro analisado, mas ainda na região central, o Museu Afro Brasil aparece novamente como referência à cultura negra, mas o equipamento é citado novamente como uma das atrações do Parque Ibirapuera, com um pequeno trecho que explica sua importância dentro do complexo. Outro equipamento citado, na zona sul de São Paulo, considerado um polo de Ecoturismo, é o Asé Ylê do Hozooane, em Parelheiros, centro religioso voltado à prática do Candomblé que promove atividades referentes à cultura negra.

Para incentivar as visitas atreladas a alguns eventos da cidade, o calendário de eventos exhibe “os destaques da agenda paulistana”, listando alguns eventos de janeiro a dezembro. Há bastantes variedades: aniversário da cidade, o Carnaval, a Parada LGBT, a Marcha para Jesus, Comic Com Experience e festivais de filmes, musicais ou esportivos são lembrados. Dos 38 eventos listados, oito envolvem algum festival étnico vinculado às culturas imigrantes: Ano Novo Chinês (chinesa), Hanamatsuri – Festival das flores (japonesa), MaiFest (alemã), Festa de São Vito (italiana), Festival do Japão (japonesa), Tanabata Matsuri – Festival das Estrelas (japonesa), Festa de N. S. Achiropita (italiana) e Festa de San Gennaro (italiana).

Dentre os diversos festivais étnicos espalhados pela cidade, os destaques do Guia se voltam para quatro atividades asiáticas e quatro atividades europeias, a Festa de São Benedito e a Festa da Mãe Negra, que ocorrem na Igreja N. S. Achiropita, não são mencionadas, mesmo constando no calendário oficial de turismo e eventos do município. Outra festa vinculada à cultura afro-brasileira, a Festa da N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, no bairro da Penha – zona leste de São Paulo, que ocorre desde 2000, também não aparece no encadernado.

O Guia da Cidade seria um espaço para apresentar a diversidade cultural paulistana de forma detalhada e poderia trazer mais informações sobre as contribuições e histórias afro-paulistanas em suas páginas, mas o que ocorre é o reforço de atividades já reconhecidas. Mesmo sendo uma oportunidade de citar outros eventos, ainda como forma de curiosidade, possíveis interesses dos visitantes e exaltar as diversas culturas paulistanas, isso não acontece.

O Mapa Geral e Guia da Cidade destacam as marcas de uma São Paulo plural, multicultural e moderna, mas somente ao vincular a contribuição imigrante, sobretudo europeia e asiática, e não abre espaço para outras narrativas. Os atrativos lembrados são sempre os mesmos, ainda que houvesse oportunidade para mudar o destaque isso não ocorre. Por exemplo, no Guia, ao citar a Capela dos Aflitos e o antigo Cemitério, poderiam destacar quem eram os

sepultados e explicar as histórias anteriores à imigração japonesa; no Bixiga, poderiam citar a Vai-Vai e o resgate de uma época da cidade em que o território era negro e ainda hoje há resquícios dessa presença na região. Os direcionamentos dos olhares turísticos se voltam aos imigrantes, aos bandeirantes, às ordens das Igrejas, pouco se mostra das referências negras na cidade.

A proposta da SPTuris, mantida pela Secretaria Municipal de Turismo, para complementar o Guia e o Mapa Geral, foi criar roteiros com temas específicos para descobrir a cidade. Atualmente existem 14 roteiros temáticos que tentam suprir as lacunas que esses dois guias turísticos deixaram. Para a Gestora da SPTuris roteiros são importantes ferramentas de divulgação das atividades que ocorrem na cidade e isso aparece em seu discurso:

A São Paulo Turismo, como órgão oficial de turismo, nosso papel é induzir o desenvolvimento das atividades [...] então o nosso papel não é oferecer para o turista a opção, **mas induzir a atividade e o mercado assumir a operação do turismo e principalmente mostrar o que tem na cidade, fazer com que a pessoa se interesse** [...] mostrar que é uma possibilidade em São Paulo, nós fizemos os 9 roteiros e aí foram surgindo outras demandas. (ROMANO, 2018, p. 132, grifo nosso)

Dentre os nove roteiros criados inicialmente encontra-se o **Roteiro Afro**, desenvolvido em 2012 em parceria com a Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (CONE), que traz como objetivo “resgatar a história dos afrodescendentes na cidade por meio do incentivo à visitação de atrativos turísticos com referência a esta vasta e admirável cultura” (SÃO PAULO TURISMO, 2012, p. 3). O Roteiro Afro lista 21 atrativos que remetem à presença negra em toda a cidade. O roteiro vincula as personalidades negras e/ou as manifestações culturais afro-brasileiras aos espaços físicos. Dentre os espaços elencados estão associações culturais, museus, terreiros e templos religiosos, grupos de samba e capoeiras.

Figura 34 - Capa do Roteiro Afro

Fonte: SPTuris (2012).

A iniciativa de criação do roteiro temático evidencia uma demanda para mostrar a presença negra em São Paulo, mas pouco versa sobre as histórias e origens dos bairros como enfatizado nos mapas anteriores ou em outros roteiros temáticos, e carece de informações mais detalhadas sobre essas narrativas negras no contexto de desenvolvimento da cidade.

A abertura do guia menciona Luiz Gama e Tebas, mas não há mais detalhes sobre quem foram ou quando viveram, além de poucas informações sobre suas atividades na São Paulo colonial/imperial. Gama é indicado como advogado dos escravos e um dos juristas mais respeitados pelos abolicionistas e temidos pelos escravocratas da época. Ele aparece em três momentos, ao se falar sobre a Academia Paulista de Letras, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e o Cemitério da Consolação. Seus feitos como líder abolicionista, jornalista, morador do Brás, autodidata e o fato de que fora escravizado mesmo tendo nascido livre não são mencionados. O busto que aparece em imagens, localizado bem próximo à APL, não é apresentado como ponto de visitação.

Já Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas, não tem seu nome completo revelado, muito menos suas contribuições na arquitetura da cidade ou época em que viveu. Evidencia-se que fora escravizado e que gerou a expressão “ser tebas” para indicar um “empreendedor hábil e

capaz”. A única obra do arquiteto citada muito brevemente é a torre do segundo edifício da Catedral da Sé, nada se menciona sobre seus outros feitos.

Os padres Antônio Aparecido da Silva, o Padre Toninho, criador da Pastoral Afro, e Pe. Benedito Batista Laurindo, o Pe. Batista, pioneiro na assistência às crianças em situação de rua e ativista na luta pelos direitos da população negra são retratados muito rapidamente no guia, sem que suas obras e atividades sejam destacadas.

Dos territórios elencados anteriormente pela pesquisa, surpreende que alguns deles não são mencionados no Roteiro Afro, sobretudo aqueles que nos recordam da existência de uma São Paulo escravocrata. O Obelisco do Piques, o Pelourinho, o Cemitério e a Capela dos Aflitos sequer são lembrados no decorrer das 44 páginas do itinerário, o Largo da Força aparece ao se referir à Construção da Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, mas não se fala da devoção ao Chaguinhas que a originou, nem das ligações das amarras da escravidão que envolvem o bairro da Liberdade. A ausência de informação se repete mesmo em atrativos selecionados no documento.

A Igreja N. S. do Rosário dos Homens Pretos tem sua história contada parcialmente; a SPTuris destaca em seu texto a data da reconstrução da Igreja, já no Largo do Paiçandu, em 1906, sem citar a localização anterior, embora destaque que a Irmandade tenha mais de 300 anos, não relaciona sua construção com os primórdios da São Paulo escravocrata, quando se proibiam escravizados e libertos de frequentarem as Igrejas dos brancos e “senhores” da sociedade paulistana.

O Pe. Toninho é citado ao se falar das atividades da Pastoral Afro na Igreja N. S. Achiropita, mas novamente faltam detalhes que o vinculem à presença negra no Bixiga, além de explicações sobre as missas afros – denominação anterior às “missas inculturadas” – e, apesar de citar a Festa da Mãe Negra, a celebração de São Benedito com as congadas e procissões nas ruas do bairro não aparece, nem as datas das festividades.

Dos territórios analisados no trabalho, o melhor apresentado e que evidencia sua importância atual por meio do samba e as histórias do bairro em que está localizado é a agremiação carnavalesca Vai-Vai, que recebe destaque ao se falar das escolas de samba e também remonta em suas origens à presença do Quilombo do Saracura.

O Roteiro Afro busca dar enfoque aos patrimônios materiais que remetem às marcas e manifestações negras na cidade, embora a maioria desses lugares possua um papel complementar à história retratada, os edifícios contam apenas parte dessas histórias. Por exemplo, Tebas deveria receber destaque por sua história e a partir dela deveríamos observar os resquícios de seu trabalho de mais de 200 anos e que ainda se encontram na Igreja da Ordem

Terceira do Carmo, na Igreja do Seráfico Pai São Francisco e agora, com uma estátua que o homenageia. O mesmo ocorre com Luiz Gama; o abolicionista merece destaque por sua vida e obra, e por meio delas deveríamos ser convidados a relembrar suas passagens no Largo São Francisco, sua importância para a APL e no Cemitério da Consolação. Os feitos de Pe. Toninho e sua liderança para a criação da Pastoral Afro devem ser correlacionados à presença negra no bairro do Bixiga, assim como as celebrações da Festa da Mãe Negra e de São Benedito, na Igreja da Achiropita. Até mesmo a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, que tem uma história anterior ao Largo do Paçandu.

Nota-se que o Roteiro Afro da SPTuris não sofreu nenhuma atualização desde sua publicação, embora outros Roteiros Temáticos tenham sido publicados nos últimos anos e o Mapa Geral da cidade seja de 2020. Além dos patrimônios históricos citados anteriormente, outros atrativos não foram listados, como o bloco afro Ilú Obá de Min, o Festejo do Rosário dos Homens Pretos da Penha e, por ser uma publicação de 2012, instalações e associações posteriores também não se encontram no roteiro, como a estátua a Zumbi dos Palmares, instalada em 2016, a estátua do Tebas, de 2020, e a Aparelha Luzia, associação cultural, inaugurado em 2016. Uma atualização permitiria readequar os textos, elencar os atrativos que não foram citados anteriormente e sugerir um “roteiro a pé”, aos moldes do Guia Geral, que traz uma sugestão de itinerário pela proximidade dos atrativos.

É importante frisar que a iniciativa de criação de um roteiro temático afro é um avanço, pois pauta associações culturais que mostram como a presença negra ocupa não somente o centro, mas persiste e existe por toda a cidade. Contudo, para se enfatizar as estreitas ligações entre o desenvolvimento de São Paulo, os bairros centrais ditos “tradicionais redutos de imigrantes”, a contribuição e a trajetória da população negra nesses espaços, algumas referências deveriam aparecer destacadas no Mapa Geral e no Guia da Cidade, exaltando as personalidades e manifestações culturais afro-paulistanas, já nesse primeiro contato nos mapas turísticos, como ocorre continuamente com a presença imigrante europeia e asiática. Dessa forma, o roteiro afro seria um complemento às informações preliminares abordadas nesses que são guias turísticos gerais da cidade.

Os mapas e roteiros turísticos de São Paulo, assim como os mapas cartográficos analisados anteriormente, são ferramentas de reprodução de um discurso. Direccionam olhares, enfatizam aspectos a serem exaltados na metrópole. O Mapa Geral e o Guia da Cidade silenciam sobre a presença negra em São Paulo e reforçam o apagamento dessas memórias que ainda resistem na paisagem paulistana. Enquanto isso, apesar da iniciativa positiva da criação do Roteiro Afro, ele encontra-se incompleto, parcial, descortina parte dessa história, mas não a

questiona, não intersecciona com a história geral da cidade, seu crescimento e o desenvolvimento dos bairros.

5.4.2 *Afroturismo e resistência: análise das entrevistas*

Além do Roteiro Afro da SPTuris, outros projetos que abordam a temática negra foram surgindo nos circuitos da cidade e destacam a região central, como o roteiro Negra Liberdade, da Sampa Negra (2014); o RolêSP Territórios Negros, do Instituto Bixiga (2015); os Itinerários da Experiência Negra, do Coletivo Crônicas Urbanas (2017); a Caminhada São Paulo Negra, da Black Bird Viagens (2018) e a Volta Negra, do Coletivo Cartografia Negra (2018). Iniciativas que colocam a perspectiva negra como protagonista, reivindicam uma história não contada e contestam as narrativas oficiais.

A partir desse levantamento, foram coletadas informações nas redes sociais dos projetos, reportagens em veículos de comunicação⁶, além de entrevistas com quatro dos cinco organizadores dos roteiros: Eriberto Castilho (Instituto Bixiga), Fernanda Zanelli (Coletivo Crônicas Urbanas), Isabella Santos (Sampa Negra), Guilherme Soares Dias (Black Bird Viagens), e três ativistas dos movimentos negros e culturais, a ativista do universo do livro, da literatura e turismóloga Bel Santos Mayer; o jornalista e escritor José Abílio Ferreira e o cofundador e coordenador regional de educação do MNU, José Adão Oliveira, que buscam resgatar e manter vivas as histórias do passado, do presente e de um futuro das marcas negras, e reivindicam essas narrativas em São Paulo.

⁶ CANOFRE, F. Do largo da Memória ao Paissandu, passeio mapeia história negra em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, (2018). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/do-largo-da-memoria-ao-paissandu-passeio-mapeia-historia-negra-em-sp.shtml>. Acesso em: 03/05/2019.

SILVA, H.; MARCONDES, L. H.; SALAMÉ, J. Caminhada pelo Centro resgata história dos negros em São Paulo. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/o-que-fazer-em-sao-paulo/noticia/2020/11/20/caminhada-pelo-centro-resgata-historia-dos-negros-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 20/11/2020.

TERRA, A. Guia mapeia experiência negra em SP pra falar de memória e direito à cidade. **Blog SP a pé**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://spape.blogosfera.uol.com.br/2018/07/16/guia-mapeia-experiencia-negra-em-sp-pra-falar-de-memoria-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 03/05/2019.

Quadro 3 - Roteiros sobre a São Paulo Negra

Organizadores	Roteiro(s)
Black Bird Viagens	Caminhada São Paulo Negra Caminhada Barra Funda Negra Caminhada Bixiga Negro
Coletivo Crônicas Urbanas	Itinerários da Experiência Negra: Roteiro Centro Itinerários da Experiência Negra: Roteiro Bexiga
Coletivo Cartografia Negra*	Volta Negra
Instituto Bixiga	RolêSP – Territórios Negros no Centro RolêSP – Territórios Negros no Bixiga RolêSP – Territórios Negros na Santa Ifigênia RolêSP – Territórios Negros no Glicério
Sampa Negra	Rosário a Rosário Negra Liberdade Bixiga: Quilombo Urbano Paulistano Sampa em Rimas, Versos e Prosas Sambas, Batuques e Rezas
*O Coletivo Cartografia Negra não participou das entrevistas	

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Como observa-se no quadro acima, os cinco organizadores trazem um roteiro em comum com enfoque na região central e nas histórias negras nesse território. Quatro deles desenvolveram outros produtos que vinculam a presença negra ao bairro do Bixiga. As pesquisas ainda geraram outros roteiros na região da Barra Funda, abordando a história do samba, roteiros na Santa Ifigênia e Glicério que abordam a expansão da cidade e como a população negra vivia e ocupava esses territórios, há também um roteiro que intersecciona as histórias das Irmandades do Rosário dos Homens Pretos e as duas Igrejas do Rosário da cidade: a do Largo do Paçandu e a da Penha. A criação de outros produtos mostra como o afroturismo está ganhando força e os resgates às histórias poucas contadas estão ficando em evidência no turismo paulistano.

Esses roteiros possuem similaridades que os unem; embora cada organizador traga olhares e abordagens diversas sobre a presença negra na cidade, há experiências nas quais os enfoques estão nas histórias dos bairros, na religiosidade, na arquitetura ou na geografia. Independente das diferenças narrativas, todos resgatam como a população negra participou e participa do processo de construção de São Paulo e como um sistema racista induziu as ausências das narrativas negras na “modernização” da cidade, lacuna que ainda hoje permanece.

Observa-se pelos títulos das atividades que nenhuma se identifica como “tour”. A Sampa Negra e a Black Bird Viagens são as únicas que trazem em suas redes sociais e entrevistas o uso de “tour”, “passeio turístico” ou “caminhada turística”, mas isso não ocorre

nos demais, que utilizam como divulgação as palavras “memórias”, “passeio histórico”, “lugares de resistência”, “roteiros”, “territórios” ou “rolês”.

Os cofundadores do Instituto Bixiga, Eriberto Castilho, e do Crônicas Urbanas, Fernanda Zanelli, identificam objetivos similares nas criações e execuções desses projetos, trazendo em seus enfoques a formação educacional e o resgate histórico. Em suas perspectivas iniciais não pensaram numa abordagem turística, sobretudo por não serem especializados em Turismo, além de não identificarem esses territórios como turísticos nem pensarem no “turismo convencional” que é exibido e retratado na cidade.

Como afirma a responsável pelo Coletivo Crônicas Urbanas:

[...] quando a [gente fala] da nossa diferença em relação ao turismo, acaba que nossa experiência de roteiro acaba sendo muito **mais formativa e de problematização**, é também por essas escolhas, num roteiro turístico como é que se explica isso? ‘Ah, aqui foi um espaço de imprensa negra que não existe mais’, **não tem nada para mostrar para o turista**, se ele não tiver aberto àquela formação com você, a entrar naquele descortinar com você, entende? [...] as escolhas que o coletivo fez foi levando para lugares que para o turismo é muito diferente, muito descolado. **Você está em espaços que não existem mais**. Essa lembrança, esse lugar de memória, que a gente precisa escorar, como diz o Pierre Nora [...] (grifos nossos)

A preocupação de Fernanda é muito próxima da fala do cofundador do Instituto Bixiga, a qual destaca a formação como principal objetivo dos Rolês SP e salienta que as alterações nos territórios tornam difícil identificar as marcas negras na paisagem, o que faz necessário um exercício de imaginação por parte do público. Mesmo evitando essas perspectivas do Turismo, todos os cinco roteiros podem ser caracterizados como turísticos, pois apresentam as especificações elencadas pelo MTUR, já que abordam uma temática específica que lhes confere identidade, traz um trajeto delimitado, planejado, com pontos a serem visitados, além de promover os atrativos da localidade – sejam eles materiais ou imateriais (BRASIL, 2007).

A ausência da materialidade dos edifícios e de personalidades negras importantes na paisagem paulistana trazida na fala de ambos os organizadores recai sobre um tema recorrente durante as entrevistas: o **apagamento** dessas contribuições não somente em São Paulo, mas na história brasileira e, vinculado a ele, o sistema **racista** que tenta continuamente reprimir todas as formas de expressão de cultura negra.

[...] eu enxergo esse **apagamento como um produto da história brasileira**, principalmente da conformação da nossa sociedade. A nossa sociedade é formada por uma autocracia. A nossa burguesia é autocrática, ela governa para si e esse governo para si acaba gerando tudo para si, inclusive o próprio espaço, **a própria configuração do espaço**. Aqui em São Paulo essa burguesia, que era uma burguesia inclusive escravocrata, do fim do século

XIX, ela começa o processo de apagamento efetivamente e especialmente desses territórios negros. (Eriberto - Instituto Bixiga, 2020, grifos nossos)

Esse apagamento é efetivado pela perspectiva política; nesse contexto, as alterações nos nomes da Praça e do metrô para Liberdade-Japão e Japão-Liberdade, respectivamente, foram trazidas em pauta como exemplos de disputas dos espaços. Bel Mayer destaca como esse apagamento não é contestado pela população em geral:

[...] **Essa cidade foi construída por nossa gente...** Como pode ser que depois se torne tudo invisível? Parece aquela coisa das pirâmides, quando a gente viaja para outros países encontra os obeliscos, pirâmides, para nós, que **passamos por uma história de apagamento da nossa participação na construção das cidades, a pergunta que sempre fica para mim foi quem pôs essa pirâmide aqui?** Quanta gente morreu para essa pirâmide nascer? Estar aqui? Para esse obelisco chegar aqui? Aqui na cidade de São Paulo ninguém se faz a pergunta “Cadê as pessoas?” Jura mesmo que vocês acham que eram os senhores que estavam carregando as pedras que estavam construindo essa cidade? [...] (grifos nossos)

Os entrevistados reforçam que, apesar dessas tentativas de esconder a história negra da cidade, as disputas dos territórios ainda ocorrem e resistem. Bel completa: “são lutas constantes [...] Isso não pode ser tarefa, pauta, só das pessoas negras, [dos] movimentos negros, deveria ser assunto para todo mundo que se interessa por memória e por história.”. Para o cofundador do MNU, Adão Oliveira, “a história da nossa cultura é a história de vivências e tentativas de valorização constantes”.

Ao serem perguntados sobre o reconhecimento dessa cultura e história negra em São Paulo, todos são enfáticos: elas existem e isso é incontestável, a historiografia apresenta os fatos, mas falta desvelá-los e destacá-los nas narrativas oficiais apresentadas, como é retratado na fala a seguir:

[...] **Eu acredito que a história negra existe muito fortemente, o que existe foi um projeto de poder e que se usou de dispositivos hegemônicos para apagar essa história.** E apagar do ponto de vista político, do ponto de vista simbólico, mas não do que existe de fato, porque quando a gente estuda historicamente, você coleta evidências, e a história é feita de fatos. Isso você coleta a partir de evidências, **São Paulo foi construída pela população negra**, é fato, não dá para mudar isso, apesar de existir um projeto de apagamento [...] (Fernanda - Col. Crônicas Urbanas, 2020, grifos nossos)

Essas tentativas de apagamento encontram uma barreira na própria população negra, que mantém essas memórias ativas nos territórios, e esses roteiros são exemplos disso, pois buscam resgatar essa história ancestral da negritude que influenciou e ainda se encontra muito viva na cidade. A fala da turismóloga, guia de turismo e idealizadora do Sampa Negra, Isabella

Santos, exprime que, enquanto sociedade, devemos “reeducar o olhar” para ver aquilo que, para ela, está muito evidente na cidade:

[...] Eu não acho que a nossa história não está evidente, eu acho que ela só não é contada, porque se a gente olhar as personagens da cidade, a gente vai ver a Sampa Negra, se a gente olhar para as festas da cidade, a gente vai ver a Sampa Negra, se a gente olhar para os bairros marginalizados no próprio centro, a gente vai ver a Sampa Negra... Então, eu não acho que ela não está evidente, eu acho que a gente precisa reeducar o nosso olhar para compreender que São Paulo é essa ou quais são essas São Paulos [...]

Essa percepção sobre o apagamento da história negra em São Paulo traz, entre os entrevistados, uma perspectiva muito particular, e, ao mesmo tempo, similar sobre apropriação da cidade e a representatividade nos espaços. Dos sete entrevistados, entre organizadores dos roteiros e ativistas, seis são negros e um branco. O único não-negro, Eriberto Castilho, é professor e leciona em uma instituição de ensino afrocentrada, na qual tem por objetivo atender preferencialmente as pessoas que se autodeclaram negras, trazendo essa perspectiva para a sala de aula e para os roteiros. Todos reconhecem a falta de representatividade e que a maioria dos espaços não traduz a expressiva marca da cidade com maior número de negros do país.

Os três ativistas trazem olhares muitos próximos de uso da cidade, quando na adolescência passaram a ocupá-la por meio de projetos dos quais participavam, sejam os grupos de teatro, das comunidades eclesiais de base, os bailes ou coletivos culturais – todos relacionados à cultura negra. Foi por meio desses encontros que perceberam as facetas do racismo, as ausências dos negros nos mais diversos espaços, as formas de resistência e se reconheceram como sujeitos negros. O jornalista e escritor Abílio Ferreira assim define essa constatação: “Como morador da periferia de São Paulo, eu olhava a cidade como uma cidade cujo centro precisava ser conquistado”.

O “conquistar o centro” também significa se enxergar nele. Bel Mayer diz que, na infância e adolescência, não se reconhecia em nenhum lugar, fosse na cidade ou nas mídias, e pondera:

[...] acho que hoje muita coisa mudou, nos últimos anos a gente tem conseguido lutar pela representatividade. Nós, dos vários movimentos negros, culturais, políticos, conseguimos aprender também que não era uma bobagem lidar com essas subjetividades, o quanto isso agredia nossa integridade humana. Então, que bom que a gente deu mais importância para esse assunto [...]

Adão Oliveira relata que ainda hoje a população negra tem dificuldade em ocupar os espaços. Ao falar de instituições culturais, ele ressalta que a maioria dos visitantes é branca, e

é taxativo: “[...] Significa que as pessoas [negras] não se veem no espelho dessa cidade”. As falas, coletadas separadamente, convergem. Fernanda diz que conscientemente sabe dessa herança negra, mas muitas vezes encontra-se em situações de racismo que ainda a deixam sem reação.

[...] racionalmente, eu consigo perceber essa herança negra, por ter estudado isso, por me colocar nesse campo sempre, mas é muito forte quando você anda no espaço comercial ou em alguns bairros muito marcados dessa gentrificação e só ver brancos, **é impossível lidar com isso racionalmente**, então você tem uma experiência de entrar num restaurante e só ver pessoas brancas... é impossível você... Você fica assim ‘não, eu posso entrar aqui, esse espaço também é meu’, mas **você enxerga os olhares, você enxerga a diferença, o descompasso de trajetória**, entre a sua trajetória e a trajetória das pessoas [brancas] e isso é muito forte. Então, o que eu digo é que não tá tudo resolvido, não é porque a gente sabe que existe uma herança negra e que essas vidas negras fizeram São Paulo tanto quanto os outros, por mais que a gente saiba disso, não é um botão que automaticamente te faz se sentir bem [...] (grifos nossos)

Guilherme Soares Dias não se vê quando anda em São Paulo e destaca que a representatividade nos monumentos e nas ruas também é sinônimo de reconhecimento dos feitos dessas personalidades negras:

[...] a gente precisa se reconhecer nesses espaços. Quando eu ando pela cidade de São Paulo **eu não me vejo nos monumentos, em nomes de ruas**. Eu acho que as pessoas que são parecidas comigo, **que fizeram coisas grandiosas não chegaram a esse nível de reconhecimento**. É muito triste você caminhar por uma cidade [em] que você não se vê, eu acho que ter essas marcas da história negra são importantes para essa representatividade. (grifos nossos)

Isabella Santos também vincula a importância da representatividade nos espaços aos monumentos e ícones, mas aos moldes da crítica de José Correia Leite à escultura da Mãe Preta, a turismóloga não se vê representada pela estátua de Zumbi, no antigo Largo do Rosário:

[...] aquela escultura de Zumbi... me dá calafrios! Ela é horrorosa, é um negro pequeno com proporções no mínimo racistas, para eu não dar outros adjetivos. Assim... é a coisa mais chula: pé chato, largo, pequenininho, cabeça grande, aí ele tá com o punho cerrado para cima e uma lança e dizendo que é o Zumbi. Aquilo não foi pensando por uma pessoa que entende que o Zumbi é realmente, para gente, para o povo negro e também para todo Brasil, um líder representativo de lutas e de liberdade, olhar para aquilo é ver alguém pequeno. Isso não me representa [...]

Guilherme, em palestra para a Jornada do Patrimônio 2020⁷, tem discurso parecido. Apesar da importância da existência de uma estátua de Zumbi, ele acredita que o líder de Palmares não está bem representado. Dentre as críticas estão o tamanho da estátua e suas feições.

Aqui entra em discussão não somente a quantidade de monumentos, mas também o valor simbólico, como patrimônios e formas de reconhecimento dos sujeitos negros pelas representações disponibilizadas pela cidade. Ambas as falas reivindicam estátuas com dimensões maiores, de destaque, e criticam a forma estereotipada como são retratadas as figuras de importância negra.

O idealizador da Caminhada São Paulo Negra deseja que haja mudanças em nomes de praças e ruas importantes pelo município, que se repensem os inúmeros monumentos aos bandeirantes e escravocratas e deem maior visibilidade à história negra do Brasil e em São Paulo.

Os roteiros ligados à memória negra entram nesse contexto, ao enfatizar essas histórias, e o afroturismo pode potencializá-los. Para os entrevistados, o Turismo é visto como mais uma alternativa para resgatar, contar as heranças negras, além de trabalhar com essas representações e representatividades. Fernanda diz que antes dos Itinerários da Experiência Negra, São Paulo “era uma cidade a ser superada, a ser vencida pelo transporte público, [...] a relação com a cidade era uma relação apressada, não de desfrute”. Guilherme, que é sul mato-grossense, ao vir morar em São Paulo ficou feliz ao conhecer essas narrativas e se mostrou surpreso ao descobrir que mesmo os paulistanos não sabiam de tudo aquilo. Esses fatos o motivaram a contar essas histórias e a formar a Black Bird Viagens, juntamente com a sua sócia, Luciana Paulino. Guilherme destaca que

[...] geralmente os conteúdos sobre turismo são muito embranquecidos, são pessoas brancas que são a cara, são as atrações que contam essas narrativas mais brancas que ganham destaque [...] Eu percebo que essa nossa consciência racial foi aumentando, o fato da gente querer buscar espaços que tenham a ver com a nossa cultura, eu percebi um aumento desses espaços e uma profissionalização, digamos assim, e já nessa fase de desenvolver *tours*, eu comecei a receber pessoas que vinham de fora, afro-americanos principalmente, é interessante, porque eles se surpreendem quando chegam em São Paulo [...]

Isabella mostra que as motivações para a criação do Sampa Negra também advieram por meio dessas descobertas e explorações da cidade “[...] o Sampa Negra surge como uma

⁷ DIAS, G. S. **Jornada do Patrimônio 2020: Memória e Racismo Urbano**. 2020e. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CIbcRVOnaog/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

conversa e um desejo de se encontrar na cidade, de encontrar o motivo dessas marginalidades, dessas periferias e dessas histórias não-contadas sobre nós”. Abílio traz a importância das narrativas negras sendo contadas pelas próprias pessoas negras:

[...] [quando] a gente desenvolve essas narrativas, a gente coloca o sujeito negro na produção do espaço e da história numa outra condição e aí me parece que fica muito fácil de entender, porque esse investimento tão grande, esse empenho tão grande em apagar a nossa história [...]

Essa fala vai ao encontro dos pensamentos da ativista e turismóloga Bel Mayer: “porque uma pessoa que sabe quem ela é... se a gente sabe de onde a gente veio, isso dá muita força para gente dizer para onde que a gente quer ir. Acho que isso assusta, você saber de onde você veio e para onde você quer ir, isso pressupõe justiça [...]”. Bel ainda enfatiza que existem outros meios de se apropriar dessas narrativas, desses territórios, e usar outros espaços como ferramentas de (auto)conhecimento, valorização da cultura negra, e que se encontram espalhados por São Paulo:

[...] a cultura negra pode estar presente dentro desse fazer museológico, dentro de um espaço de um museu, mas, também, nos eventos... nos eventos que acontecem na cidade, alguns deles ligados às memórias históricas, mas outros reivindicatórios da existência desse negro, dessa negra que estão aí hoje produzindo, escrevendo, fazendo, produzindo cultura. [...]

Dessas possibilidades do fazer turístico, Isabella acredita na área como ferramenta de educação: “[...] uma das possibilidades é olhar para esse Turismo como forma de reeducar nosso olhar e de se atentar a essas narrativas que estão gritando, querendo ser conhecidas e sabidas [...]”. Adão Oliveira vincula o Turismo como possibilidade de estimular às ações de formação à Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Para ele os roteiros turísticos permitem “uma forma mais leve de vivenciar aquilo que já passou e aí os professores do fundamental, da creche, no ensino médio, universitário têm condições de melhor aprofundar em sala de aula”. Bel Mayer também concorda que é possível articular Turismo, Educação e História, e que a gestão pública intersetorial pode ajudar no enfrentamento do racismo.

Contudo, apesar de reconhecerem que o Turismo pode contribuir para as discussões antirracistas e a educação, os entrevistados têm visões parecidas sobre as políticas públicas de Turismo e áreas correlatas. Ao serem questionados sobre o que falta nas políticas públicas para trabalhar a presença negra em São Paulo, foi **unânime a constatação de que falta uma agenda pública sobre a relação racial, o Turismo e a cidade**. Dentre os apontamentos destaca-se a

falta de pessoas negras dentro da máquina pública. Além disso, também foram mencionados o racismo e a ausência de continuidade às ações – sejam ou não vinculadas à questão racial ou ao Turismo.

Zanelli, em sua resposta, enfatiza o racismo: “primeiro as políticas públicas precisam entender que o racismo é estrutural; segundo, é preciso trabalhar com esses dados [...] e depois ter políticas específicas para [combater] isso [...]”. Adão Oliveira traz a importância de repensar os gestores públicos enquanto a sociedade civil se une:

[...] nós, enquanto cidadãos, nós, enquanto unidades familiares, nós devemos começar a fazer muitas coisas por nossa própria conta e, ao mesmo tempo, votando em pessoas melhores [...] essas pessoas que estão nos gerenciando, a nível nacional, em alguns estados [...] são pessoas que estão em estado doentio do racismo, e o racismo é estrutural [...]

Na falta de uma agenda pública ou de pessoas que representem esses interesses da população negra, todos os entrevistados acreditam que as ações devam partir, sobretudo e essencialmente, da sociedade civil. Todos concordam e reconhecem que é preciso de apoio, aliados que compreendam a importância dessa luta e queiram lutar juntos, para fazer com que essas políticas sejam pensadas e saiam do papel. Já que não é uma luta somente das pessoas negras, mas da sociedade como um todo. Enquanto essas políticas não são consolidadas e as pessoas negras ainda não estão nesses espaços de decisões e poder, é preciso abrir caminhos alternativos, como reforça Abílio:

[...] nós temos que buscar caminhos alternativos à construção de políticas públicas. Caminhos alternativos, por exemplo, a Lei de Fomento à Cultura das Periferias que foi construída, elaborada pelos movimentos culturais nas periferias, esse programa, essa política pública foi construída pela sociedade civil. [...]

Eribelto acredita que a população não deva esperar “um salvador”, e completa “[...]Eu acredito muito nessa perspectiva popular, de ir fazendo esse trabalho, inclusive de formação. Formação não significa levar conhecimento, não é isso, mas é partilhar essas descobertas que a gente tem, a partir da perspectiva que a gente tem [...]”.

Já Abílio enfatiza outro aspecto coletivo: a “[...] política pública é construída por nós, em algum momento ela é encampada pelo poder público que investe nela, mas somos nós que construímos [...]”. A turismóloga Isabella ratifica:

[...] a gente sempre fala de política como se fosse algo distante, mas a política é o que a gente está pensando, aqui, agora, conversando... Isso é política, e as nossas reivindicações vão chegar em algum lugar e essas reivindicações

chegando é que as políticas públicas são criadas, e isso volta para gente de novo e assim a gente vai fazendo política [...]

Guilherme Dias é específico em sua fala e destaca que não observa articulação do poder público que pense no afroturismo como diferencial para atrair mais visitantes à cidade:

Eu nunca vi nenhum incentivo da cidade de São Paulo e nenhuma intenção da cidade de São Paulo de trabalhar esse turismo como uma fortaleza, e eu acho que isso falta. Por exemplo, Salvador estava construindo um plano de turismo afro, está construindo esse plano para tornar isso mais visível e ter uma política estabelecida. Eu acho que **São Paulo ainda não entendeu que esse é o diferencial e essa é uma fortaleza, e acho que nem o governo do Estado, nem a Prefeitura trabalha esse turismo de uma forma mais propositiva. Isso não está nas campanhas que são feitas, falta ainda a gente ter essa consciência maior** (grifo nosso)

As falas evidenciam que consideram o Turismo como instrumento que pode resgatar, visibilizar e valorizar a história e a cultura negra em São Paulo, mas, simultaneamente, não acreditam que isso ocorra somente pelas forças da iniciativa das políticas públicas. Apesar de reconhecer a importância de pessoas que compreendam a causa e tenham poder de decisões nesses espaços – sejam negros ou brancos – aparentam certa incredibilidade em que as ações partam exclusivamente por essas vias, por isso se amparam no discurso da sociedade civil, trazendo para si mesmos a responsabilidade de manter vivas as memórias negras.

No decorrer das entrevistas, as trajetórias pessoais se intercalaram com as vivências tidas na cidade, trazendo uma pessoalidade, uma aproximação, partilhada por todos. Suas experiências de vida estavam presentes em seus discursos e foram refletidas nas formas com encaram São Paulo e resistem a ela. Da indignação pelo racismo ao zelo pelas memórias resgatadas e construídas nas ruas, vemos marcas de identidades que buscam se enxergar cada vez mais em uma cidade que se diz diversa, mas pouco faz para mostrar essa diversidade.

Para tentar compreender os vínculos estabelecidos entre a presença negra e a Pauliceia foi solicitado que os entrevistados citassem de três a cinco lugares que, para eles, representassem a presença negra em São Paulo; pedimos que considerassem a cidade inteira e não somente a região central, todos ficaram livres para fazer ou não comentários sobre as indicações, e alguns dos entrevistados expressaram as razões de suas escolhas. O resultado aparece abaixo:

Figura 35 - Lugares que remetem à presença negra em São Paulo

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Quadro 4 - Lugares citados pelos entrevistados

Entrevistado	Lugares citados
Adão Oliveira	Periferias, Museu Afro Brasil, ALESP e MASP
Abílio Ferreira	Liberdade, Piques, Triângulo Histórico, Saracura e Vila Itororó
Bel Santos Mayer	Liberdade, Parelheiros, Aparelha Luzia, Museu Afro Brasil e Ilú Obá de Min
Eribelto Castilho	Vai-Vai, Glicério, Igreja do Rosário e Barra Funda.
Fernanda Zanelli	Galeria do Rock, Igreja do Rosário, Capela dos Aflitos e Obelisco do Piques
Guilherme Dias	Vai-Vai, Igreja do Rosário, Liberdade e Aparelha Luiza
Isabella Santos	Largo do Rosário da Penha, Igreja do Rosário do Paiçandu, Vai-Vai, Barra Funda e Liberdade

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

Dos sete entrevistados, obtivemos um total de 32 indicações, sendo 21 lugares sem repetição, algumas das respostas têm conexões que representam a mesma região. A **Igreja do Rosário** do Largo do Paiçandu e o bairro da **Liberdade** foram as mais lembradas, com quatro indicações cada. A **Capela dos Aflitos** e o **Glicério**, localizados no distrito da Liberdade, foram citados uma vez cada, assim como a **Galeria do Rock**, evocando a aproximação da juventude negra e o **Triângulo Histórico**, chamando a atenção para as obras do Tebas, além da antiga localização da Igreja do Rosário.

A Escola de Samba **Vai-Vai** foi indicada três vezes; o Bixiga não foi citado diretamente por nenhum dos entrevistados, embora apareça vinculado aos lugares apontados. Isabella destaca a “Vai-Vai como personificação do Bixiga”. Para Guilherme, a Escola “é um espaço que tem essa presença negra muito forte, porque são pessoas negras na rua, geralmente na frente da escola de samba, curtindo o samba no momento de lazer [...]”. Já Abílio optou por indicar o **Saracura**, que é citado uma vez, antigo rio que deu nome à região, vincula às origens do Quilombo e também à escola de samba; o jornalista também cita a **Vila Itororó**, localizada no distrito da Bela Vista.

Recebendo duas indicações aparece a **Aparelha Luzia** – apontada como “um quilombo de resistência, onde principais expressões artísticas, culturais, lançamentos de livros, tudo aparece lá hoje. [...] a Aparelha Luzia é hoje um pouco que representou os bailes negros nos anos 70 e 80 aqui na cidade [...]” (Bel Santos Mayer, 2020). Também foram citados duas vezes a **Barra Funda**, o **Museu Afro Brasil** – indicado como um museu da diáspora, o **Piques** – a região do Piques, tanto o Obelisco e extinto chafariz como seu entorno, foi lembrada como lugar de encontros e articulações da população negra.

As bordas da cidade também foram lembradas: **Cidade Tiradentes**, no extremo da zona leste; **Parelheiros**, no extremo da zona sul, e as próprias **Periferias**. Adão Oliveira lembra Carolina Maria de Jesus e, fazendo uma alusão ao título de sua obra mais famosa, indicou as periferias como locais simbólicos “[...] que são os Quartos de Despejos da cidade, uma cidade de cristais, que agora está refletindo profundamente sobre quem ela realmente é”. O **Largo do Rosário dos Homens Pretos da Penha**, localizado na zona leste, foi lembrado como “um lugar ainda negligenciado, mas resistente e que se reinventou” (Isabella Santos, 2020).

A Assembleia Legislativa de São Paulo (**ALESP**) foi lembrada como lugar das modificações políticas; Adão diz que a Assembleia é o “símbolo significativo de mudança profunda que o Brasil tem que fazer”, juntamente com as Câmaras Municipais, Federais e o Senado. O **Ilú Obá de Min** trazendo a força e a resistência da mulher negra e dos blocos afros e, por fim, o Museu de Arte de São Paulo (**MASP**). Adão cita o MASP como um espaço de ocupação da população em geral, das presenças dos indivíduos e suas reivindicações por melhorias na metrópole paulistana, no país e no mundo.

Os locais lembrados enfatizam a região central, sobretudo aqueles analisados na pesquisa, mas também abordam a expansão da presença negra, que também vai para outras partes da cidade, principalmente com os movimentos das periferias, os pontos também indicam lugares de reivindicações e resistências. Há uma variedade de manifestações culturais negras apresentadas: religiosas, associações culturais, museológicas e mesmo quando, a princípio, não

Quadro 5 - Palavras citadas pelos entrevistados

Entrevistado	Palavras citadas
Adão Oliveira	Consciência, participação, estudar, amorizar e MNU
Abílio Ferreira	Saracura, Piques, Frente Negra, Mutamba e Lavapés
Bel Santos Mayer	Negracidade, resistência, reexistência, beleza negra e escrevivência
Eriberto Castilho	Influência, resistência, território, violência e luta
Fernanda Zanelli	Decifração, apagamento, forte, religiosidade e trabalho
Guilherme Dias	Samba, feijoada, rap, grafite e periferia
Isabella Santos	Trabalho, festa, fé, caminhos e memórias

Fonte: Denise dos Santos Rodrigues, 2020.

A variedade foi expressiva, das 35 palavras elencadas, 33 foram citadas uma vez, apenas duas tiveram recorrências: resistência e trabalho. O discurso sobre a **resistência** apareceu em todas as entrevistas, representando os embates da população negra, tanto aqueles que lutaram no passado, como os que lutam no presente para manter essa história e cultura presentes e vivas. Em ambas as vezes em que palavra resistência apareceu nas respostas, ela está vinculada a uma outra. Eriberto, ao falar sobre sua escolha, a relaciona com a outra palavra elencada por ele: **territórios**. E diz:

[...] Resistência, porque, para mim, na maioria desses **territórios**, essa presença marcante ainda hoje é em virtude dessa **resistência**. Houve um processo intencional de expulsão, de apagamento, e como eu estou dizendo, não teve sucesso, porque se tivesse, eu nem saberia que existiria esses territórios, a gente nem saberia. Então alguma coisa houve de **resistência** neste processo para [nos] mostrar [...] (grifos nossos)

Bel Mayer evoca a palavra resistência atrelada a palavra “**reexistência**”, e explica:

[...] o que a gente tem feito o tempo todo é isso, é **resistir**, mas ao mesmo tempo reinventar a nossa existência, [...] agora virou o mundo das *lives* e a gente não tem banda larga nas periferias, então como é que a gente sobrevive? Já era um trampo ter que pegar o transporte para chegar até as unidades do SESC para realizar o evento, mas agora é conseguir fazer uma hora de *live* sem a conexão cair, então fica fácil para gente ficar de fora, né? Desses processos. Então acho que é uma resistência que ela também é uma **reinvenção da existência** [...] (grifos nossos)

O termo resistir também está muito próximo à palavra **trabalho**, em “vencer a cidade pelo transporte público”, o trabalho como atividade econômica e que movimenta a metrópole, mas também no repensar as mãos que a construíram e exercitar o olhar mais atento para

identificar, como turista ou morador, as pessoas que ajudaram a moldá-la. Como enfatiza Isabella:

[...] quando a gente pensa como é que essa cidade foi construída fisicamente, a gente encontra a presença negra, quando a gente anda pela rua, a gente vê os ofícios [...] é uma produção que não é só da mais-valia, é uma criação de espaço e o trabalho produziu essa cidade [...]"

Dentro desse contexto de usos da cidade, alguns locais foram lembrados: **Lavapés, Saracura, Piques e Mutamba**. Os três primeiros vinculados à presença negra que transitava pelas antigas ruas nos chafarizes da antiga vila, nas quitandas, resistindo nas imediações do quilombo do Saracura, assim como a palavra **caminhos**, mostrando esses movimentos de ir e chegar a algum lugar. O Mutamba, citado por Abílio, traz um dos locais iniciais de encontro do Quilombhoje, o coletivo cultural e editora da série Cadernos Negros, cujo objetivo é visibilizar e incentivar a leitura de escritores negros. Uma das colaboradoras da publicação foi Conceição Evaristo, escritora negra, referência na luta para a representatividade afro-brasileira no universo da literatura.

A autora também é relembrada por Bel Mayer por meio da palavra “**escrevivência**” que traz outro aspecto da presença negra, o das letras, e de como as vivências dos sujeitos negros se refletem na escrita, como a ativista diz:

[...] essa história, essa presença negra na cidade de São Paulo, tem que passar pela nossa escrita, pela nossa escrevivência, pela escrita de como a gente vive essa cidade, como as nossas ancestrais viveram essa cidade, uma escrita que pode até passar por qualquer assunto, pode ser como Cidinha da Silva fala de futebol, a gente não precisa falar só da nossa história, mas cada vez que a gente pega a caneta, tá digitando no computador ou no celular, a gente sabe... cada palavra que a gente está escrevendo, ela passa pelos nossos corpos, ela não sai só dá nossa cabeça, do nosso conhecimento teórico sobre literatura, sobre turismo, sobre qualquer coisa, para uma pessoa negra aqui no Brasil e em outros lugares também, qualquer coisa que a gente faça e escreva passa pelos nossos corpos [...]

Os neologismos “**negracidade**” e “**amorizar**” mostram uma São Paulo de inúmeras faces, usos. Bel explica que não se recorda onde ouviu o termo “negracidade”, mas explica: “se você tirar o R fica ‘negacidade’, que vem dessa negação do apagamento, se você põe um R, ‘negracidade’, tá dizendo [que] tem, existe uma cidade negra”. O “amorizar” tem um sentido duplo, como aponta Adão, equivale tanto à palavra amor como amora, ele explica que vê em amorizar os usos da cidade, que está distribuída em todos os cantos e as lutas das mulheres negras.

[...] [a amoreira] é uma árvore que está aí na cidade, nas escolas, nas ruas [...] remete à palavra amor. E amorizar enquanto verbo, enquanto execução do amor, aí essa fruta, essa planta ela simboliza todas as demais frutas e plantas, enquanto amor que nos gera e nos mantém [...]. A amora, a fruta amora, a cor dela é roxa, roxo é a cor do movimento das mulheres, e as mulheres negras estão aí, fazendo mil coisas de mudança, né? Então, quando eu olho para a amora, eu lembro das mulheres negras em marcha.

Os movimentos negros receberam destaque: foram citados a **Frente Negra Brasileira** e o Movimento Negro Unificado – **MNU**, entre outras palavras mencionadas, tais como **luta**, **consciência**, **participação**, **estudar**, **influência** e **forte**, que podem representar os muitos movimentos negros existentes, da própria construção coletiva e individual da negritude paulistana e brasileira.

As celebrações das irmandades, os festejos e o Carnaval foram recordados com as **festas**, assim como os ritmos **samba**, **rap**, a arte do **grafite** e a culinária, com a **feijoada**. A **beleza** das manifestações culturais negras e os movimentos das **periferias** foram trazidos pelos entrevistados.

O racismo não foi citado diretamente, mas o termo **violência** aparece vinculado às práticas racistas do Estado. Eriberto, como professor de direito penal para alunos majoritariamente negros, diz que não tem como negligenciar o racismo na aplicação da lei: “o racismo não é a falta de aplicação da lei, o racismo é produto da lei, a lei foi criada para ser racista”, e completa com suas experiências nos Rolês:

[...] ao tratar desse tema nos rolês não tem como não falar, porque [...] infelizmente, para a gente mudar esse estado de coisas, a gente tem que entender que essa violência faz parte da constituição do nosso Estado. Essa violência, ela faz parte da constituição da nossa lei, até para a gente questionar e mudar [...]

A presença negra em São Paulo foi ligada às palavras **apagamento**, **memória** e **decifração**. O decifrar a cidade que oculta e tenta invisibilizar as memórias negras. Isabella traz a memória como algo construído, e destaca: “a memória como algo vivo, como um organismo, como escolha, como nova escolha. Eu escolho de novo quem é São Paulo. Que cidade é essa?”.

Por fim, a **religiosidade** e a **fé** também foram lembradas, expressas como refúgios, reconexões e esperanças por dias e momentos melhores:

A gente é um povo que não anda sem fé, porque ela não costuma *faiá*, como diz o Gil. E aí são várias formas de fé, a gente tem terreiros, a gente tem igrejas, inclusive juntos com as irmandades, a gente tem fé, inclusive, que esse país um dia vai melhorar e vai diminuir o seu racismo, e eu tenho fé também, minha fé está expressa no Sampa Negra, eu tenho fé em dias melhores e mais democráticos. (Isabella Santos, 2020).

Todas as palavras listadas mostram a diversidade dos temas nos quais os legados negros estão inseridos em São Paulo. Os entrevistados trazem menções às suas individualidades e universos particulares, mesmo assim os discursos convergem em diversos momentos, alinhando ou reiterando ideias apresentadas por outros. As várias formas como a questão negra é vivenciada por esses sujeitos mostram uma São Paulo para ser observada por diversos ângulos e que precisa ter sua história e personagens em evidência, destacados por todos, como Bel Mayer enfatiza:

A gente precisa, como povo preto, ter essa sensação em todos os lugares que a gente caminhar nessa cidade, perceber que nós também, as nossas bisavós, as tuas tataravós construíram essa cidade. Aquilo que a colônia japonesa sente de andar pela Liberdade e ver a sua história, que os italianos sentem de olhar e sentir as suas marcas nos restaurantes, nos espaços, a gente tem esse direito de ter, de olhar e falar para os nossos filhos, netos, para as nossas mães, falar ‘olha, essa cidade também é nossa!’. O que isso causa em nós? Causa pertencimento.

A cidade de São Paulo, com a maior população negra do Brasil, não reflete em suas políticas, em seu Turismo e em suas ruas as contribuições negras retratadas nesta pesquisa. Apesar de reforçar constantemente uma “diversidade paulistana”, na prática, vemos que há muito o que melhorar para mostrar todas as culturas presentes na cidade. A começar pelos próprios guias e panfletos turísticos que continuam a reforçar uma São Paulo imigrante – europeia e asiática – e optam por negligenciar presenças negras e reforçar seu apagamento.

O cantor Emicida, em seu documentário “AmarElo: É tudo para ontem” (2020) evoca um ditado iorubá: “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”, indicando que os caminhos trilhados hoje podem reescrever o passado e reinventar a memória, ao reinterpretar uma história que, em um primeiro momento, já está dada. Desta forma, há uma urgência de se discutir a temática racial, desconstruir a ideia de uma democracia racial, explicitar o racismo e os apagamentos que a população negra ainda sofre. Ao mesmo tempo em que deixa em evidência o racismo que ainda hoje nos oprime e apaga construções negras deliberadamente na educação, na literatura, no Direito, na música, nas ruas e nas mais diversas áreas. O documentário traz também todo um resgate e valorização das produções negras que para muitos são desconhecidas por uma ignorância advinda de políticas massivas de apagamentos.

O palco do documentário é o Theatro Municipal de São Paulo, localizado no Distrito da Sé, reconhecido espaço cultural da elite paulistana. Ao ser questionado do porquê da escolha, Emicida é taxativo: **“Porque não tem uma viga, não tem uma ponte, não tem uma rua que**

não tenha tido uma mão negra trabalhando”, e vai ao encontro da fala de Bel, que indaga quais foram as mãos e as pessoas que construíram aquilo que o Turismo está evidenciando e pede por um olhar mais questionador e atento aos turistas e moradores das localidades. O Theatro Municipal também é um simbólico espaço de resistência negra: em 1978, em plena ditadura militar, negras e negros se reuniram em suas escadarias para manifestarem contra o racismo e a violência policial; naquele momento, o Theatro assistiu ao nascimento do Movimento Negro Unificado.

O centro de São Paulo tem muitos espaços nos quais as contribuições e resistências negras estão presentes e que moldaram a criação da cidade cosmopolita que se conhece hoje. Esses lugares com memórias, histórias e lutas gritam com urgência de valorização e reconhecimento de sua importância e, como disse Emicida, **é tudo para ontem**.

Como vimos, o racismo entranhado em todos os níveis da sociedade legitimou formas de apagamento por meio de estudos “científicos”, decretos, políticas que invisibilizaram e apartaram a população negra de se reconhecer no desenvolvimento de São Paulo. As transformações da cidade e os objetivos de uma política de branqueamento favoreceram as narrativas dos bandeirantes e imigrantes em detrimento das populações negras, e isso recai sobre o Turismo divulgado pelos órgãos responsáveis que continua a reproduzir uma narrativa oficial racista que negligencia, oculta e apaga essas participações da história da cidade. É indispensável que se passe a refletir sobre o papel do Turismo nessas escolhas narrativas, pois o racismo diário não espera.

Em outubro/2020, após mais de sete meses de paralisações turísticas, econômicas e comerciais devido às medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de covid-19, a Black Bird Viagens teve seu roteiro turístico, a Caminhada São Paulo Negra, monitorada e perseguida pela Polícia Militar (PM) durante as três horas do passeio. A empresa relatou que mesmo apresentando documentações, seguindo os protocolos sanitários e de distanciamento, a polícia continuou acompanhando e filmando o grupo, formado por doze pessoas, majoritariamente negras (DIAS, 2020b).

Após denúncia ao Ministério Público, repercussão nas redes sociais e mídias, houve uma reunião com a corregedoria da PM, e foi informado que a ação se deu devido a uma interpretação que entendeu o título do passeio, “Caminhada São Paulo Negra”, como uma manifestação, e que a partir daí foi emitido um ofício para acompanhá-los e evitar a suposta aglomeração (DIAS, 2020c, 2020d).

Como encaminhamento da reunião, os representantes da Black Bird Viagens, Guilherme Soares Dias e Heitor Salatiel foram convidados para palestrarem sobre o roteiro num curso de

Direitos Humanos para policiais militares, que então realizaram o passeio junto ao agrupamento. Guilherme, em sua fala para as autoridades, é categórico: “pessoas negras juntas podem estar fazendo turismo” (DIAS, 2020d). O racismo e a marginalização da história e da cultura negra provocaram situações como a perseguição vivenciada pelo grupo. Paira uma dúvida no ar: outros passeios turísticos já foram seguidos e parados pela polícia? O responsável pela PM diz desconhecer ação semelhante ocorrida anteriormente.

Os cerceamentos impostos à população negra por uma sociedade racista se manifestam de diversas formas, a perseguição ao grupo foi somente mais uma delas. O apagamento da participação negra na construção da maior metrópole da América Latina não somente interfere na identidade do sujeito negro paulistano, mas é um reflexo do racismo estrutural que está enraizado na identidade nacional. Se essa valorização da história e da cultura negra fosse explícita dentro das políticas turísticas e culturais, os territórios seriam visualmente identificados como atrativos e esse tipo de abordagem não seria naturalizada pela sociedade.

O Turismo inserido dentro dessa sociedade racista também deve se apresentar na luta antirracista e ir contra as políticas de apagamento. Os mapas e roteiros de São Paulo, apesar de promover a cidade como diversa, reforçam uma política de invisibilidades. Como vimos, os órgãos que planejam, pensam e executam o Turismo ainda têm um pensamento limitado, estereotipado e que evoca o “tradicional”, por meios dos bandeirantes, imigrantes asiáticos e europeus, enquanto os indígenas e negros recebem pouco destaque. Um Roteiro Afro é uma medida paliativa, é necessário introjetá-la e amplificá-la no Turismo da cidade para que se tenha (re)conhecimento sobre ele.

As escolhas do que deve ou não ter representatividade na divulgação de São Paulo são influenciadas pelas políticas de patrimonialização, memória e resgate que se valem da narrativa do bandeirante, desbravador de terras, do imigrante mais “civilizado e evoluído”, e reforçam as homenagens a essas figuras em suas ruas, avenidas e estátuas e, conseqüentemente, também são refletidas nas políticas e divulgações do Turismo.

O que acontece na capital paulista é um espelho de muitas capitais do Brasil: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Recife, Campo Grande, entre outras, onde as representações negras que ajudaram a construir essas cidades são obliteradas por políticas de embranquecimento e higienistas que ocultaram essas narrativas.

A resistência negra pelo Turismo, o afroturismo, vem por meio de ações promovidas por entidades e coletivos como a Sampa Negra, Coletivo Crônicas Urbanas, Black Bird viagens, Instituto Bixiga, mesmo quando os organizadores não enxergam as possibilidades de seus projetos estarem inseridos no contexto turístico. Como foi reforçado nas falas, as mudanças e

discussões antirracistas estão ocorrendo por meio da sociedade civil, nessa linha de frente que está localizando brechas para reivindicar as narrativas do povo negro; contudo, é urgente que essa discussão também chegue às políticas oficiais de turismo e cultura da cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. Conceição Evaristo

Ao analisar como a construção das narrativas difundidas na história de São Paulo interage com a presença e memória negra e como essas relações recaem no turismo paulistano, buscou-se compreender qual era o destaque preponderante na cidade. Para isso, foi necessário resgatar os pensamentos dos autores no final do século XIX e início do século XX, período do pós-abolição e expansão cafeeira paulista, o qual trouxe o viés do racismo científico, que acreditava numa inferioridade dos sujeitos negros. A discussão não ficou somente na área acadêmica; o discurso era reflexo de uma sociedade que reproduzia as mesmas justificativas racistas que associavam o “atraso nacional” à figura dos africanos e seus descendentes, e não ao processo de escravização que assolou o país durante séculos. A reprodução do racismo foi perpetuada em diversas camadas da sociedade; o que hoje chamamos de racismo estrutural moldou diversas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais.

A dita “inferioridade negra” foi motivo de políticas de branqueamento travestidas em medidas para alcançar o “progresso e a modernização” almejados, por meio da vinda de imigrantes, com a justificativa da ausência de mão de obra, entretanto, o real objetivo era extinguir as marcas negras do Brasil; as políticas geraram incentivos financeiros às colônias de imigrantes, inicialmente de europeus e posteriormente de asiáticos. Enquanto isso, a população negra manteve-se afastada dos processos indenizatórios, esquecida pelas políticas públicas, preterida nos empregos e sujeita à marginalização.

São Paulo reproduziu essas práticas e criava outras formas proibitivas, restrições e punições à população negra para aqueles que mantivessem suas crenças, ofícios, festejos e usos das ruas. Além disso, a “modernização da cidade” também foi justificativa para demolir e apagar as marcas negras que à época ainda resistiam no centro da capital paulista, inclusive em suas cartografias oficiais, que muitas vezes ocultaram lugares onde a população negra habitava.

A partir da pesquisa notou-se como o processo de apagamento foi gradual, contínuo e intensivo por meio do poder público e dos intelectuais da época, para suplantar a presença negra e modificar a imagem da cidade para uma terra de imigrantes, europeizada, “moderna” e embranquecida. As práticas do racismo estrutural recaem sobre o Turismo nos dias de hoje, pois este continua a reproduzir um discurso oficial que invisibiliza as narrativas negras, a exemplo dos principais mapas e guias turísticos elaborados pelos órgãos oficiais de Turismo,

que pouco versam sobre a presença negra em São Paulo. Contudo, mesmo com essas ostensivas tentativas de apagamento, alguns territórios negros ainda se mantiveram na paisagem da cidade por meio de um processo de existência e resistência da população negra.

A história de São Paulo, assim como tantas outras, passa pela negritude que a construiu, mas ainda é negligenciada nas reproduções narrativas que reforçam como heróis bandeirantes e imigrantes. A cidade segue um pensamento que negligencia o povo negro que começou lá atrás, com um ideal racista de branqueamento, e hoje recai sobre as políticas que não enfatizam os legados negros na construção da cidade. Como vimos, as disputas dessas narrativas e dos próprios territórios ainda ocorrem, as modificações dos nomes de lugares, projetos de lei de “orientalização” da feira da Liberdade, ausência de patrocínio e divulgação de festejos negros, falta de identificação dos monumentos negros são alguns exemplos que trazem essas discussões sobre apagamento, memória, história e identidade para o tempo presente.

Se por um lado o Turismo oficial reproduz essas políticas de silenciamento, por outro, acredita-se que é possível reestruturá-lo e repensá-lo para a luta antirracista. O Turismo pode trazer em suas práticas a valorização das culturas, da diversidade, agregar e redirecionar as perspectivas daquilo que é mostrado convencionalmente. No âmbito geral, faz-se necessário reavaliar as práticas das políticas públicas, dos gestores, inserir pessoas negras nos processos decisórios, além de pesquisadores e profissionais para que se possa analisar a perspectiva racial dentro da área e nos mais diversos estratos que a envolvem.

No âmbito específico, a exemplo do afroturismo, os roteiros turísticos e educacionais propostos pelos grupos analisados evidenciam a população negra como protagonista para que esta se aproprie das narrativas, se sinta representada, e para que a população em geral passe a (re)conhecer, valorizar e compreender a participação negra dentro da construção da sociedade brasileira e paulistana para além do processo de escravidão. Esses projetos foram possíveis graças ao trabalho de resgate aos patrimônios relacionados à população negra, realizados por meio das associações culturais, irmandades religiosas e os diversos movimentos negros que reivindicaram essa história pouco contada nas narrativas, e que mantêm vivas às histórias, memórias e personagens desses territórios.

A discussão apontou que, após a abolição, e amparadas por políticas oficiais em níveis federal, estadual e municipal, a sociedade paulistana reforçou práticas racistas de apagamento dos territórios, histórias e culturas negras na cidade. Essas práticas de apagamento foram reproduzidas continuamente desde então e recaem sobre as práticas turísticas por meio dos mapas e guias oficiais, nos quais pouco se fala sobre os legados da população negra em São Paulo. Apesar da iniciativa de um Roteiro Afro oficial, o documento encontra-se desatualizado,

com informações incompletas, parciais e que não vinculam os territórios do centro histórico, da Liberdade e do Bixiga às histórias negras nesses espaços. O resgate às memórias negras ocorre graças às iniciativas da sociedade civil, que, por meio de projetos de roteiros e atividades de formação educacional os quais contestam as histórias oficiais, reivindicam as narrativas e histórias das pessoas negras em São Paulo.

Dos objetivos específicos elencados: 1. investigar as relações entre racismo, política de branqueamento e suas reproduções nas narrativas oficiais. 2. analisar como a Secretaria Municipal de Turismo aborda em seus roteiros a memória e manifestações negras. 3. investigar como a São Paulo Negra é compreendida pelos agentes que reivindicam as memórias e manifestações negras na cidade. 4. investigar se os turistas e visitantes desses espaços reconhecem as contribuições negras na região central do município, considera-se que os três primeiros foram alcançados, o quarto objetivo específico não foi concretizado devido às restrições proporcionadas pela pandemia de covid-19. Sugere-se que a perspectiva dos visitantes seja analisada em pesquisas futuras para ampliar a discussão sobre o tema.

Acredita-se que, a partir dos levantamentos analisados, o trabalho possa contribuir para elaborações de políticas de Turismo e áreas correlatas que se preocupem em resgatar e valorizar as culturas, memórias e histórias negras em São Paulo. Que possibilite que o Turismo participe ativamente na luta antirracista, ao se reposicionar como instrumento de conhecimento, divulgação e informação. Que contribua para que possamos compreender que reproduzir uma única narrativa acaba por ocultar várias outras, que também compõem a história da localidade.

Para que os profissionais e pesquisadores que buscam referências sobre as discussões acerca das relações raciais, suas intersecções com as áreas da cultura, lazer e turismo considerem as especificidades dos sujeitos negros e ampliem a discussão para outras cidades e estados, a fim de compreender os desdobramentos de anos de políticas de branqueamento e como as disputas territoriais são direcionadas nesses lugares, além de apontar suas similaridades e diferenças. É possível expandir a análise do apagamento que ocorreu no centro de São Paulo e, a partir disso, investigar como a presença negra ganhou outros bairros paulistanos.

Embora a pesquisa trate especificamente a história e memória negra, há possibilidade de aplicação para as comunidades dos povos indígenas originários que também sofreram com o processo de apagamento e, dadas as devidas diferenças, fomentar a discussão sobre memória, história, identidade e turismo nas comunidades caiçaras, caipiras, ribeirinhas e quilombolas.

Outras possibilidades de estudos são aqueles voltados às discussões conceituais sobre afroturismo e suas caracterizações. As pesquisas que interseccionem identidade, história, memória e representatividade também podem ser trabalhadas pela perspectiva turística, bem

como correlacionar as representações raciais na patrimonialização das localidades e como são reforçadas nas práticas turísticas.

Recomendam-se ações prementes que assegurem que os objetivos do Plano de Turismo que elenca sua responsabilidade para com as diversidades étnicas da cidade sejam efetivamente contemplados, e que a importância destacada no documento seja de fato aplicada por meio de políticas que resguardecem, valorizem e divulguem as narrativas negras no turismo de São Paulo. Dessa forma, como destacado pelos entrevistados, haverá representação dessa participação negra nas ruas para que moradores e turistas passem a entender os processos de construção de nossas cidades.

Reforça-se a relevância do estudo no âmbito das atividades turísticas, pois as elaborações de seu planejamento transpassam as questões culturais, históricas, econômicas e sociais que estão intrinsicamente relacionadas às questões raciais. Não se discutir é reforçar apagamentos, reproduzir estereótipos sobre as formas como ocorrem as representações negras e negligenciar o racismo que há séculos oprime e deslegitima a história, memória e participação da população negra.

Salienta-se que reconhecer a existência das marcas de uma São Paulo escravocrata e destacar esses lugares no Turismo é uma forma de pensar criticamente sobre os processos de construção do país. A escravidão trouxe, sim, dores, que devem ser lembradas para que isso nunca mais se repita. Quase 5 milhões de africanos foram trazidos forçadamente para um país desconhecido, apartados de seus territórios, nações, famílias, histórias e culturas. Mesmo com todo o sofrimento de um processo ostensivo de desumanização, a população negra conseguiu imprimir em território estrangeiro seus saberes, culturas, legados, e ainda hoje luta contra o racismo. Não é lembrar para exaltar a escravização, mas mostrar aos descendentes de mulheres e homens negros que participaram ativamente na formação da sociedade brasileira e se mantiveram presentes nas ruas, nas construções das histórias das cidades, que eles também merecem e devem ser reconhecidos nesse processo.

Chimamanda nos alertou sobre os perigos de uma história única, os griôs transmitiram seus conhecimentos e as histórias da negritude para que os seus descendentes as mantivessem vivas desse lado do atlântico. Os patrimônios trazem suas histórias, a cidade traz suas marcas mesmo quando ocultadas. A reprodução de uma narrativa racista e embranquecedora está sendo contestada e ficando para trás. Cabe ao Turismo participar das reivindicações dessas narrativas e reescrever um novo capítulo dessa história.

6.1 Limitações da pesquisa

O processo de produção científica é passível de restrições e dificuldades no decorrer de seu desenvolvimento; apresentar tais limitações desmistifica a investigação científica e demonstra que mesmo contratempos permitem (re)adaptar os procedimentos e executar o estudo da melhor forma possível.

A pandemia advinda do novo coronavírus, Sars-CoV-2, impactou o cronograma da pesquisa de forma significativa. De acordo com o estabelecido na qualificação, as celebrações e eventos relacionados ao 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura, seriam utilizados como cenário para identificar atores não elencados inicialmente. A Festa da Mãe Negra e a Festa de São Benedito, ambas celebradas na Igreja da Achiropita, no bairro do Bixiga, não ocorreram devido à necessidade de isolamento e distanciamento social. Para o período também estavam previstas as entrevistas com os participantes, visitantes e turistas desses eventos e caminhadas.

A alternativa pensada para suprir essas ausências foi a Jornada do Patrimônio 2020, elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Contudo, o evento passou por prorrogações do edital e reformulações do calendário; previsto inicialmente para outubro/2020, foi transferido para dezembro/2020, as alterações tornaram inviáveis a utilização dos projetos selecionados com similaridade ao tema da pesquisa.

A pandemia também interferiu no acesso a alguns documentos previstos na bibliografia, principalmente exemplares de livros há muito tempo esgotados, que seriam acessados por meio das bibliotecas públicas e da própria Universidade.

Devido ao isolamento social, as entrevistas foram readequadas para o ambiente virtual, transição essa que demandou tempo, sobretudo referente à reelaboração das perguntas e viabilidade técnica, tanto dos entrevistados como da pesquisadora. Houve atraso na coleta e, consequentemente, em suas transcrições e análises.

A articulação entre os patrimônios e as manifestações culturais negras, racismo, memória e Turismo é relativamente nova, por isso, não se encontram tantas referências acadêmicas e debates na área. Por isso, este trabalho buscou, por meio da interdisciplinaridade, contemplar essas perspectivas e aproximá-las ao debate turístico.

Destacam-se também, as limitações emocionais e físicas intensificadas devido ao período delicado no qual a sociedade se viu imersa em 2020. O processo de produção de uma dissertação não é fácil, mas passar por isso durante uma pandemia foi ainda mais desafiador.

Por fim, não posso negligenciar o processo doloroso de conhecimento e (re)descoberta durante o processo de escrita dessas experiências negras na cidade na qual nasci e cresci. Essa

proximidade com o tema de estudo poderia implicar uma limitação na medida em que poderia comprometer minha avaliação e crítica. Diante dessa imersão e aproximação com a temática, buscaram-se formas de mitigá-las por meio de constantes autocríticas e análises atentas junto ao orientador. Contudo, como negra, periférica, paulistana e acadêmica, estou imersa em minha própria negritude, na negritude da cidade e dos outros corpos negros que a ocupam.

REFERÊNCIAS⁸

- ADAMI, Simone Aparecida Camargo; DIMAS, Antonio. **Gilberto Freyre em três tempos: um estudo da gênese de Casa-Grande & Senzala a partir de Tempo Morto & Outros Tempos**. 2002. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMÂNCIO, Thiago. Após incêndio igreja fica lotada de doações e precisa fechar as portas no centro de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/apos-incendio-igreja-fica-lotada-de-doacoes-e-precisa-fechar-as-portas-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em: 18 out. 2020.
- ARAUJO, Raniery Silva Guedes; GODOY, Karla Estelita. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM TURISMO 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/472.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - AHM. **Largo da Misericórdia**. 2020a. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/largo-da-misericordia>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - AHM. **Rua do Bixiga**. 2020b. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-do-bixiga>. Acesso em: 15 maio. 2019.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho De. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Militão Augusto. **Igreja da Misericórdia**. 1860. Disponível em: <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=467708>. Acesso em: 22 out. 2020.
- AZEVEDO, Militão Augusto. **Paredão do Piques II**. 1862. Disponível em: <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=450647>. Acesso em: 22 out. 2020.
- BACK, Les; SOLOMON, John. Theorizing Race and Racism. In: BACK, Les; SOLOMON, John (org.). **Theories of Race and Racism: A Reader**. London and New York: Routledge, 2000.
- BARBOSA, Drik. **Sobre nós - part. Rashid**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yt9PVNbUNaU>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei n.º 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 260–272, 2016. DOI: 10.14244/198271991525. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1525/502>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Surya Pombo De. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX**. 2016. DOI: 10.1590/s1517-9702201609141039.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 4ª ed. rev ed. São Paulo: Global, 2008.

⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. (ABNT NBR 6023).

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDT, Marcelo. Ossadas são localizadas em local documentado como a primeira necrópole da cidade de São Paulo, no bairro da Liberdade - f99a5551. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2018. a. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/12/arqueologos-encontram-mais-duas-ossadas-do-tempo-da-escravidao-em-terreno-na-liberdade-centro-de-sp.ghtml?fbclid=IwAR1Fx_3jYnVgBAKS0xKnh_nEXkpUuXlZNjNs4uHCl6igsNmv719LwDOwHC0. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRANDT, Marcelo. Um dos restos mortais foi encontrado com contas de vidro de um colar, o que indica o pertencimento a alguma religião de matriz africana — f99a5516. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2018. b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/06/arqueologos-encontram-ossadas-da-epoca-da-escravidao-em-terreno-no-centro-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. 1890a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. 1890b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Segmentação do Turismo**: marcos conceituais. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **Modo operacional**: roteirização turística. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3ª ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 9 set. 2020.

BRASIL DNA África. Direção: Mônica Monteiro. Brasil: Cine Group, 2016.

BRUSADIN, Leandro. A cultura e a tradição no imaginário social: ação simbólica no patrimônio e no turismo. **Turismo y Desarrollo Local**, [S. l.], v. 7, n. 17, 2014.

BRUSADIN, Leandro. A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 64–85, 2015.

BRUSADIN, Leandro. O poder simbólico do patrimônio no turismo: a “memória-imaginário” da Inconfidência Mineira sob o âmbito da História Cultural Leandro. **Patrimônio e Memória**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 202–221, 2018. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/720/985>.

CAMPOS, Eudes. São Paulo antigo: plantas da cidade. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, [S. l.], v. 4, n. 20, 2008. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-intro.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CANOFRE, Fernanda. Do largo da Memória ao Paissandu, passeio mapeia história negra em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/do-largo-da-memoria-ao-paissandu-passeio-mapeia-historia-negra-em-sp.shtml>. Acesso em: 3 maio. 2019.

CASTRO, Márcio Sampaio De. **Bexiga - um bairro afro-italiano**: comunicação, cultura e construção de identidade étnica. 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **As faces do racismo**. São Paulo: Locomotiva Pesquisa e Estratégia, 2020.

DEIAB, Rafaela de Andrade. **A mãe preta na literatura brasileira**: a ambigüidade como construção social (1880-1950). 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DENKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. 9ª ed. rev ed. São

Paulo: Futura, 2007.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Mãe Preta**. 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=8291. Acesso em: 19 out. 2020.

DIAS, Guilherme Soares. Projeto de lei quer proibir venda de produtos não orientais na feira da Liberdade. **Alma Preta**, [S. l.], 2020. a. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/projeto-de-lei-quer-proibir-venda-de-produtos-nao-orientais-na-feira-da-liberdade>. Acesso em: 2 set. 2020.

DIAS, Guilherme Soares. Nota de repúdio - Caminhada São Paulo Negra. **Guia Negro**, [S. l.], 2020. b. Disponível em: <https://guianegro.com.br/nota-de-repudio/>. Acesso em: 26 out. 2020.

DIAS, Guilherme Soares. Corregedoria da PM recebe empresários da Caminhada São Paulo Negra. **Guia Negro**, [S. l.], 2020. c. Disponível em: <https://guianegro.com.br/3941-2/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

DIAS, Guilherme Soares. Ouvidor da PM diz que perseguição da Caminhada São Paulo Negra é absurdo; MP abre inquérito. **Guia Negro**, [S. l.], 2020. d. Disponível em: <https://guianegro.com.br/ouvidor-da-pm-diz-que-perseguiçao-da-caminhada-sao-paulo-e-absurdo-mp-abre-inquerito/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

DIAS, Guilherme Soares. **Jornada do Patrimônio 2020: Memória e Racismo Urbano**. 2020e. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CIbcRVOnaog/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. A “aurora de um grande feito”: a herma a Luiz Gama. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 389–416, 2016. DOI: 10.22456/1983-201x.52512.

EMICIDA: AmarElo - é tudo para ontem. Direção: Fred Ouro Preto. Brasil: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81306298>. Acesso em: 23 dez. 2020.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. Desigualdades sociais por sor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informações Demográficas e Socioeconômicas, [S. l.], v. 41, p. 1–12, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html%0AEstudos>.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Abilio; CERQUEIRA, Carlos Gutierrez; YOUNG, Emma; JACINO, Ramatis; CHIARETTI, Maurilio Ribeiro. **Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata**. São Paulo: IDEA, 2018.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Teresa**, São Paulo, n. 8–9, p. 300–321, 2008. DOI: 10.11606/issn.2447-8997.teresa.2008.116741.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as Primeiras Trovas Burlescas de 1859 e 1861. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 33, n. 96, p. 109–136, 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3396.0008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200109&tlng=pt.

FREITAS, Affonso. **Tradições e reminiscências paulistanas**. São Paulo: Ed. da Revisa do Brasil, Monteiro Lobato & Cia, 1921. Disponível em: <http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=LIVROSSP&pagfis=5576&>. Acesso em: 12 jul. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 35ª ed. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GAENSLY, Guilherme. **Largo do Rosário**. 1902. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=42693. Acesso em: 17 out. 2020.

GAMA, Luiz. Treze de Maio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 1909. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19090513-11111-nac-0003-999-3>. Acesso em: 7 maio. 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

GRAESER, Herman (SPHAN). **Capela dos Aflitos**. São Paulo, 1939.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Lugares de memória da cultura negra no Recife: inscrever a memória na cidade. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL 2018, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP, 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524268689_ARQUIVO_Lugaresdememoriadaculturanguillen.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo. **Novos estudos**, [S. l.], v. Nº 43, p. 26–44, 1995.

GUIMARÃES, Lais de Barros Monteiro. **Liberdade**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Depto do Patrimônio Histórico, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOUAISS, Antônio. Memória. In: **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua trimestral**. Tabela 6403 - População, por cor ou raça (1o trim). Brasil, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O que é cartografia**. 2020b. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/o-que-e-cartografia.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

JACINO, Ramatis. Tebas e o legado africano na produção da riqueza e na urbanização paulistana. In: FERREIRA, Abilio (org.). **Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata**. São Paulo: IDEA, 2018. p. 95–118.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>.

LIMA, Márcia. As múltiplas abordagens sobre a temática racial no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5, 2016. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.peso.2016.118374.

MACHADO, Livia. Praça e estação Liberdade do Metrô de SP ganham “Japão” no nome e alteração gera críticas nas redes sociais. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/01/praca-e-estacao-liberdade-do-metro-de-sp-ganham-japao-no-nome-e-alteracao-gera-criticas-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2018.

MACIEL, Camila. Escavação descobre nove ossadas do primeiro cemitério público de SP. **Agência Brasil**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/escavacao-descobre-nove-ossadas-do-primeiro-cemiterio-publico-de-sp?fbclid=IwAR06bRKWq34MnshgZdMWBPcUOTrj9b1SJVNhU8Y5-5btymv4TasPqaaOriY>. Acesso em: 5 abr. 2019.

MARTINS, Antonio Egygio. **São Paulo antigo (1554 a 1910)**. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves & C. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1911. Disponível em: <http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=LIVROSSP&pagfis=5576&>.

MARZOLA, Nádia. **Bela Vista**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Depto do Patrimônio Histórico, 1979.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª ed. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Miguel Ângelo Silva De; BANDEIRA, João Adolfo Ribeiro. Crítica aos estereótipos e ideias racistas no Brasil sob o prisma dos estudos pós-coloniais. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 213–246,

2016. DOI: 10.12957/dep.2016.19100.

1000 TRUTAS, 1000 tretas - Racionais MCS (documentário). Direção: Ice Blue; Mano Brown; Roberto Oliveira. São Paulo, Brasil: 1 vídeo (60 min), Radar Record, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=slwalSi03g8>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MORAES, Lucas Lopes De. Luiz Gama: As grandes trovas de um ícone. **Memórias trabalhistas - Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://memoriart2.wordpress.com/2020/08/24/luiz-gama-as-grandes-trovas-de-um-icone/>. Acesso em: 9 set. 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anitta Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed. rev ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5ª ed. rev ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MYANAKI, Jacqueline; LEITE, Édson; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **Cultura e Turismo**. ed. rev. e ed. São Paulo: Ministério do Turismo, 2007.

NASCIMENTO, Larissa Aparecida Camargo. No Bixiga nem tudo é italiano: relatos de vivência sobre um bairro da região central em São Paulo. **Pensando Áfricas e suas diásporas**, Mariana, MG, v. 01, n. 1, p. 104–118, 2016.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010. DOI: 10.7476/9788579820106.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. DOI: 10.7476/9788579820755.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2012.

O'MALLEY, Gregory E.; BORUCKI, Alex. Padrões no tráfico intercolonial de escravos nas Américas antes do século XIX. **Tempo (Brasil)**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 314–338, 2017. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2017v230207.

OLIVEIRA, Patricia Cristina Rodrigues De. **Tortura, punição e morte: os lugares de memória e consciência da escravidão na cidade de São Paulo**. 2020. Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP, 2020.

OLIVEIRA, Renata. As muitas lembranças da ladeira. **Revistas Apartes**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/obelisco-ladeira-da-memoria-sp/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cenários do Turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

PELEGRINI, Sandra. Venturas e desventuras da preservação da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo/Brasil). In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA 2015, **Anais [...]**. Maringá, 2015, p. 3083–3094. DOI: 10.4025/7cih.pphuem.755.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

POMPEIA, Raul. Última página da vida de um grande homem. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00252.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

PORTAL DO BIXIGA. **A história do Bixiga**: desde 1878 o bairro mais tradicional da cidade. 2020. Disponível em: <http://www.portaldobixiga.com.br/historia/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

REIS, Vivian. Arqueólogos encontram ossadas da época da escravidão em terreno no Centro de São Paulo. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2018. a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/06/arqueologos-encontram-ossadas-da-epoca-da-escravidao-em-terreno-no-centro-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2019.

REIS, Vivian. Arqueólogos encontram mais duas ossadas do tempo da escravidão em terreno na Liberdade, Centro de SP. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2018. b. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/12/arqueologos-encontram-mais-duas-ossadas-do-tempo-da-escravidao-em-terreno-na-liberdade-centro-de-sp.ghtml?fbclid=IwAR1Fx_3jYnVgBAKS0xKnh_nEXkpUuXIzNjNs4uHCl6igsNmv719LwDOWHC0. Acesso em: 12 dez. 2018.

REIS, Vivian. Um ano após furto de estátua no Anhangabaú, ONGs lançam campanha: “Qual referência negra você gostaria?” **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/19/um-ano-apos-furto-de-estatua-no-anhangabau-ongs-lancam-campanha-qual-referencia-negra-voce-gostaria.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2020.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. Vivências negras na cidade de São Paulo: entre territórios de exclusão e sociabilidade. **Projeto História**, São Paulo, v. 57, p. 108–138, 2016.

RIBEIRO, Renata; GOMES, Francisco. Feira da Liberdade continua suspensa: expositores temem que a feira seja descaracterizada. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/videos/v/feira-da-liberdade-continua-suspensa/8799888/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ROCHA, Fábio Dantas. **Saindo das sombras**: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930). 2018. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

ROCHA, Fábio Dantas; ZANELLI, Fernanda Frago. **Guia dos Itinerários da Experiência Negra**: um passeio histórico por São Paulo. São Paulo: Coletivo Crônicas Urbanas e Prefeitura de São Paulo, 2018.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson Dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: O negro na Geografia do Brasil. São Paulo: Autêntica Editora, 2007. p. 75–90.

ROMANO, Fillipe Soares. **Atratividade turística em estádios de futebol**: visitaçao no estádio Arena Corinthians. 2018. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SALIBA, Elias Thomé. A crônica urbana de São Paulo pela luneta invertida do historiador (1910-1922). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 31–46, 2016.

SANTOS, Carlos José Ferreira Dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 -1915)**. 3ª ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

SANTOS, Gislene Aparecida Dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC, 2002.

SÃO PAULO. **Resolução nº 62, de 31 de maio de 1875**. Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo. 1875. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/certificado/resolucao_n.62_de_31.05.1875.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

SÃO PAULO. **Lei Provincial nº 28, de 29 de março de 1884**. Autoriza o governo a auxiliar os imigrantes da Europa e Ilhas dos Açores e Canárias, que se estabelecerem na província, com as seguintes quantias: 70\$ para os maiores de 12 anos, 35\$ para os de 7 a 12, e 17\$50 para os de 3 a 7 anos de idade. 1884. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/138408>. Acesso em: 17 maio. 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 698, de 24 de dezembro de 1903**. Aprova o acordo feito com a prefeitura com a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. 1903. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-698-de-24-de-dezembro-de-1903/detalhe>. Acesso em: 21 maio. 2020.

SÃO PAULO. **Actas das sessões da Câmara Municipal de São Paulo (1903)**. Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 1904. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Volumes/at1903.pdf.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.407, de 15 de janeiro de 2009**. Inclui no Calendário Turístico do Estado eventos que especifica. 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/147667>. Acesso em: 20 maio. 2019.

SÃO PAULO. **Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos comemora 300 anos**. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=317902>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.960, de 18 de julho de 2018**. Denomina Praça da Liberdade – Japão a área livre que especifica, localizada no Distrito da Liberdade, Prefeitura Regional da Sé, e dá outras providências. 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16960-de-18-de-julho-de-2018>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SÃO PAULO. **Triângulo SP**. 2019a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/eventos/index.php?p=274556>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SÃO PAULO. **São Paulo: cidade do mundo - dados e fatos do setor de negócios, eventos, viagens e turismo na capital paulista**. São Paulo, 2019b. p. 1–40. Disponível em: http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/DADOS_E_FATOS.pdf. Acesso em: 5 maio. 2020.

SÃO PAULO. **PLATUM - Plano de Turismo Municipal 2019-2021 | Perspectiva 2030**. Secretaria Municipal de Turismo. São Paulo, 2019c.

SÃO PAULO. **Mapa Geral de São Paulo**. Secretaria Municipal de Turismo. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://cidadedesapaulo.com/v2/wp-content/uploads/2015/07/MAPA-GERAL-ING-SITE-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SÃO PAULO TURISMO. **Roteiro Temático: Afro**. 2012. Disponível em: http://cidadedesapaulo.com/v2/wp-content/uploads/2017/04/Cultura_Afro.pdf. Acesso em: 13 maio. 2019.

SÃO PAULO TURISMO. **Guia da Cidade**. 2018. Disponível em: <http://cidadedesapaulo.com/v2/wp-content/uploads/2015/07/INGLÊS-bx.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2019.

SCHOLZ, Cley. Prédios de São Paulo: Palacete Martinico Prado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,predios-de-sao-paulo-palacete-martinico-prado,10141,0.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SEBRAE. **Turismo: Boletim de tendência (janeiro-fevereiro/2020)**. Brasil.

SILVA, Henrique; MARCONDES, Luis Henrique; SALAMÉ, Júlia. Caminhada pelo Centro resgata história dos negros em São Paulo. **G1 - São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/o-que-fazer-em-sao-paulo/noticia/2020/11/20/caminhada-pelo-centro-resgata-historia-dos-negros-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Editora, Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Silvana do Rocio; BAHLL, Miguel; KUSHANO, Elizabete Sayuri. O espaço do turismo produção apropriação e transformação do espaço social. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. X, n. 2, p. 313–331, 2013.

STEVENS, Jeroen; DE MEULDER, Bruno. On allotopia: the spatial accumulation of difference in Bixiga (São Paulo, Brazil). **Space and Culture**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 387–404, 2019. DOI: 10.1177/1206331218760772.

STUMPF, Lúcia Klück; VELLOZO, Júlio César De Oliveira. “Um retumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: A luta pela construção do monumento a Luiz Gama. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 32, n. 92, p. 167–191, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180012.

TERRA, Adriana. Guia mapeia experiência negra em SP pra falar de memória e direito à cidade. **Blog SP a pé**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://spape.blogosfera.uol.com.br/2018/07/16/guia-mapeia-experiencia-negra-em-sp-pra-falar-de-memoria-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 3 maio. 2019.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Apresentação à edição brasileira. In: **Educação Internacional em Turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 1–13, 2020. DOI: 10.7784/rbtur.v14i3.2107.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2ª ed. ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1999.

VEAL, Anthony James. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VERGANI, Pedro. **Celebração da vida de Tebas (Joaquim Pinto de Oliveira)**. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/doodles/celebrating-tebas-joaquim-pinto-de-oliveira>. Acesso em: 30 jun. 2020.

WINANT, Howard. Race and Race Theory. **Annual Review of Sociology**, [S. l.], v. 26, p. 169–185, 2000. DOI: 10.1146/annurev.soc.26.1.169.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Responsável pelo trabalho e entrevista: Denise dos Santos Rodrigues

Telefone para contato: (11) 98XXX-XXXX

E-mails: denise.rodrigues@usp.br e nise.rodrigues@hotmail.com

Descrição da pesquisa

Caráter: Coleta de dados sobre as manifestações culturais negras na cidade de São Paulo e o turismo, parte da dissertação de mestrado em Turismo.

Programa: Pós-graduação em Turismo

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Orientação: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Descrição da entrevista

A entrevista será realizada somente após o consentimento do entrevistado, sendo que, no termo de autorização, constam que todos os dados tornar-se-ão públicos após sua permissão. O participante autoriza a divulgação de seu nome completo, profissão e entidade a qual representa para fins de identificação dos atores da pesquisa. O entrevistado poderá desistir da entrevista a qualquer tempo ou se recusar a responder alguma pergunta, caso não se sinta confortável.

A entrevista será conduzida por videoconferência e gravada com a autorização do participante. Todo material coletado servirá primariamente para o desenvolvimento do trabalho, podendo ser utilizado, posteriormente, em congressos e revistas científicas.

É de total responsabilidade do entrevistador divulgar os resultados obtidos pela pesquisa para os interessados.

Atenciosamente,

Sujeito da pesquisa

Responsável pela pesquisa

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS ATIVISTAS E ORGANIZADORES DOS ROTEIROS SOBRE A SÃO PAULO NEGRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A SÃO PAULO NEGRA

1. Qual é a sua relação com a questão negra e a cidade de São Paulo?
2. Como você enxerga a cultura negra no turismo da cidade de São Paulo?
3. Você acredita que a cultura e a história negra em São Paulo são reconhecidas?
4. O que despertou seu interesse pela questão da presença negra e a cidade?
5. Você acredita que a representatividade nos espaços pode interferir na perspectiva das pessoas negras e na luta antirracista?
6. O que você acha que falta nas políticas públicas de turismo e áreas correlatas para trabalhar essa presença negra em São Paulo?
7. Indique de três a cinco lugares que remetam à presença negra na cidade.
8. Indique cinco palavras que representem ou que remetam a essa presença negra na cidade.